



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

Assunto				Objetivo
Designação	Interessado	Local		
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL				
1	Ata nº 10/2016, da reunião de câmara de 2016/05/18		Aprovação	
2	Atribuição de apoio financeiro no âmbito da realização do Colete Encarnado e da Feira Anual de Outubro, em 2016	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira	Aprovação	
3	4ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da Câmara Municipal para 2016		Aprovação	
4	Acordo Parassocial no âmbito da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	Valorsul, SA	Aprovação	
5	Fornecimento de combustíveis rodoviários - Início do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual		Aprovação	
6	Aquisição de um autocarro de 50 lugares para o Município - Início do procedimento e remessa à Assembleia Municipal para abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual		Aprovação	
7	Nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município		Aprovação	
8	Relatório da consulta pública da alteração ao Regulamento Específico de Reversão do Loteamento Clandestino Fonte Santa		Vialonga Aprovação	
9	Alteração ao Regulamento Específico de Reversão do Loteamento Clandestino Fonte Santa		Vialonga Aprovação	
10	Remodelação das instalações elétricas, sistema de AVAC e telecomunicações da biblioteca municipal de Alverca - Abertura de procedimento e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Alverca do Ribatejo Aprovação	
11	Atividades de Animação e Apoio à Família na educação pré-escolar - Ano letivo 2016/2017 - Compromisso de verbas e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Aprovação	



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
12	Subsídio ao funcionamento e atividades - Ano letivo 2016/2017 - Protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
13	Transportes escolares - Ano letivo 2016/2017 - Protocolo de cooperação com o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho e a Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
14	Transportes escolares - Ano letivo 2016/2017 - Transferências para as freguesias - Remessa à Assembleia Municipal para aprovação e autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
15	Transportes escolares - Ano letivo 2016/2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
16	Ação Social Escolar 2016/2017 - Atribuição de subsídio para visitas de estudo, material escolar e livros - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
17	Apoio aos refeitórios escolares - Ano letivo 2016/2017 - Protocolo a celebrar com IPSS - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
18	Refeições escolares - Ano letivo 2016/2017 - Protocolo a celebrar com IPSS - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
19	Atividades de Enriquecimento Curricular - Ano letivo 2016/2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
20	Refeições escolares - Ano letivo 2016/2017 - Protocolo com o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde		Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
21	Protocolo de fornecimento de refeições escolares da EB Dr. Vasco Moniz - Ano letivo 2016/2017	Agrupamento de Escolas Alves Redol		Aprovação
22	Protocolo de fornecimento de refeições escolares aos alunos do 2º ciclo do ensino básico na EB Dr. Vasco Moniz - Ano letivo 2016/2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira		Aprovação
23	Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de 2016			Aprovação
24	Candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para apoio aos refeitórios escolares - Ano letivo 2016/2017 - Autorização de despesa			Aprovação
25	Abertura de procedimento - Ajuste direto - Regime geral - Prestação de serviços na Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana na área de psicologia educacional - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	Vanessa Cristina Flores Pargana Caldeira		Aprovação
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA				
. Assuntos apresentados para conhecimento				
Da competência do Presidente da C.M.				
26	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
27	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
28	Pagamentos autorizados			Conhecimento
29	Balancetes			Conhecimento
. Outros assuntos				
30	Empreitada de recargas de pavimentos 2016 no Concelho - Minuta do contrato	Construções Pragosa, SA		Aprovação



Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
31	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
32	Revogação da escritura nº 11/08, com manutenção do direito de superfície atribuído ao Futebol Clube de Alverca em escritura nº 02/04, e alteração do objeto de direito de superfície de instalação de um posto de abastecimento de combustível para restauração e bebidas, comércio e serviços	Futebol Clube de Alverca	Alverca do Ribatejo	Aprovação
33	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 191, do loteamento da Quinta da Ponte	António Maria Miguel	S. João dos Montes	Aprovação
34	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 192, do loteamento da Quinta da Ponte	António Maria Miguel	S. João dos Montes	Aprovação
35	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 238, do loteamento da Quinta da Ponte	Augusto de Oliveira Santos	S. João dos Montes	Aprovação
36	Alteração ao alvará de loteamento nº 1/2011-AUGI, de 23/03 - AUGI Fonte Santa, parcela 1, artigo 24º, secção F		Vialonga	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
37	Execução do Parque Urbano de Santa Sofia - Auto de vistoria e receção definitiva e conta final	Vibeiras, SA / Mota-Engil, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
38	Execução de equipamento de utilização coletiva na Vala do Carregado - Auto de Vistoria e receção definitiva parcial	Nogueira e Santos de Almeida, Lda	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
39	2ª Corrida Cidade de Alverca - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Associação Portugal Talents	Alverca do Ribatejo	Aprovação
40	Caminhada/passeio pedonal de comemoração dos 42 anos do 25 de Abril - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Centro Popular de Cultura e Desporto	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
41	Realização de festas anuais em honra da Padroeira - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima	Póvoa de Stª Iria	Aprovação

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
42	10ª Corrida Solidária - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Associação Popular de Apoio à Criança (APAC)	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
43	VI Mercado Medieval - Isenção de taxa de condicionamento de trânsito	Centro de Bem-Estar Infantil (CBEI)	Vila Franca de Xira	Aprovação
44	Rotunda no entrocamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Nicolau de Macedo, Lda	Vialonga	Aprovação
45	Rotunda no entroncamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Construções Pragosa, SA	Vialonga	Aprovação
46	Recargas de pavimentos 2016 no Concelho - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Alves Ribeiro, SA		Aprovação
47	Conclusão da recuperação e ampliação da EB nº 2 e Jardim de Infância nº 4 de Alverca do Ribatejo - Liberação de garantias	Costa & Carvalho, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
48	Reabilitação da rua do Curado e rua Joaquim Pedro Monteiro - Rejeição das listas de erros e omissões		Vila Franca de Xira	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
* 49	Protocolos para Atividades de Tempos Livres - Ano letivo 2016/2017			Aprovação
50	Preço de venda ao público do livro de homenagem ao Maestro José Júlio			Aprovação
51	Venda ao público do catálogo e postais ilustrados da exposição "É de Vila Franca e chama-se José Júlio"			Aprovação
52	Prémio de teatro Mário Rui Gonçalves - Alteração às normas de participação			Aprovação
53	Constituição de fundo de maneio temporário - Colóquios da Semana da Cultura Tauromáquica			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
54	Atribuição da 1ª fase de subsídios no âmbito do Programa Férias Desportivas de Verão 2016			Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2016/06/15

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
55	Apoio municipal à audição de jovens músicos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria		Aprovação
* 56	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato	Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
* 57	Moção - A escola pública, gratuita, universal, inclusiva e de qualidade é um direito de todos os cidadãos e uma obrigação do Estado Português			Aprovação
* 58	Proposta nº 5/2016 - Condições de trabalho e instalações do Município de Vila Franca de Xira			Aprovação
* 59	Proposta nº 02/2016 - Apoio ao teatro profissional no concelho de Vila Franca de Xira			Aprovação
* 60	Proposta nº 03/2016 - Recomendação ao Governo para que desenvolva esforços para o encerramento da central nuclear de Almaraz			Aprovação
* 61	Proposta nº 04/2016 - Apoio da Câmara Municipal aos professores de natação			Aprovação
* 62	Processo disciplinar - Relatório final			Decisão
63	Ata em minuta da reunião			Aprovação

* Não analisado

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2016/06/15

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas 09h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Ernesto Simões Ferreira; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Rui Miguel da Silva Pereira; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes; -----
- . Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores, Ana Lúcia Alves Cardoso, João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Ernesto Simões Ferreira, Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus e Rui Miguel da Silva Pereira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 09h45, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

PM

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 002

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjuntos-----

Drª Susana Santos-----

Jorge Zacarias-----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO-----

. Adjunto-----

Dr. Alexandre Sargento-----

. Assessoria-----

Dr. Luís Carvalho-----

José António Silva-----

André Escoval-----

Oswaldo Pires-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos-----

Dr. Paulo Alenquer-----

. Chefe da Divisão de Planeamento, Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélda Soares-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

. Coordenador da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana-----

Urb. Ricardo Ramalho-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 003

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

. Técnica Superior -----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas -----

Engº José Fernandes-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas -----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA -----

. Diretora -----

Drª Maria de Fátima Roque-----

. Chefe da Divisão de Educação-----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Maria João Carraça-----

. Coordenador para a área de teatro -----

Dr. Paulo Renato Rodrigues -----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

. Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

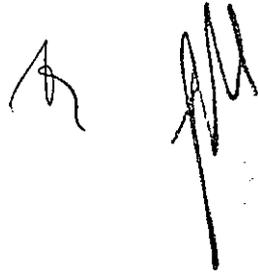
Drª Anabela Pereira -----

OUTRAS PRESENÇAS-----

. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
XXVII EDIÇÃO DA SEMANA DA CULTURA TAUROMÁQUICA -----
Interveio o Sr. Presidente, informando que a XXVII edição da Semana da Cultura Tauromáquica decorre de 25 a 30 de junho, antecedendo o grande Colete Encarnado. -----
Ter-se-á uma semana muito preenchida de atividades, de que salienta uma iniciativa que se fará pela primeira vez, para os mais novos, o “carreton taurino”, no dia 28. Com esta iniciativa pretende-se ir ao encontro das brincadeiras espontâneas que todos os dias se vê os mais novos terem na rua, em que brincam aos touros. -----
Depois, sublinha ainda a exposição de homenagem ao Maestro José Júlio, que se inaugura no dia 25, e o lançamento do livro sobre a sua vida e carreira, no dia 27. -
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que da parte dos membros da CDU, e a si em particular, houve algo que o magoou muito, que foi a apresentação da Semana da Cultura Tauromáquica e do Colete Encarnado. -----
Os vereadores da CDU não foram convidados, ao contrário do que é habitual, há 2 anos não receberam convite, e depois, porque protestaram, pensa que receberam o ano passado, sendo que o Sr. Vereador Nuno Libório e o próprio tiveram conhecimento às 17h00, num evento em que o Sr. Presidente esteve, bem como o Sr. Vereador António Oliveira e a Srª Vereadora. Fátima Antunes, que foi na universidade sénior, em Alhandra, já o Sr. Presidente não estava, nem o Sr. Vereador António Oliveira. -----
Não sabe se os membros do executivo PS não queriam que estivessem lá, não vai fazer essa maldade, pensa que não, admite que tenha sido um lapso, porque os membros da CDU, nesta questão de fundo, que é o “ex-libris” de Vila Franca de Xira, o Colete Encarnado e a Semana da Cultura Tauromáquica, gostam de participar, como é evidente, e têm participado ativamente em tudo o que é a tauromaquia. A Semana da Cultura Tauromáquica, ainda por cima, tem o matador de touros José Júlio, com a publicação de um livro seu, em que, e pede desculpa, pois não querem paternidade nem maternidade de nada, lembra que foram os membros da CDU que trouxeram, e não vai dizer que foi a proposta, porque o Sr. Presidente pode não gostar, mas a sugestão e ideia à reunião de câmara, que



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SAUDAÇÕES RELATIVAS A RESULTADOS DEPORTIVOS -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo-se a alguns resultados desportivos, dizendo que na canoagem os atletas do Alhandra Sporting Club destacaram-se em várias provas.-----
David Varela, enquanto estudante da Universidade de Coimbra, sagrou-se vice-campeão do mundo universitário de canoagem K1 1000 metros, em representação de Portugal. Na mesma competição foi ainda medalha de bronze em K2 500 metros masculino, fazendo dupla com Hugo Figueiras.-----
Também os atletas Henrique Cerqueira e Ana Rodrigues participaram nesta competição, tendo o primeiro sido quinto classificado em K4 1000 metros masculino, e a segunda quinta classificada em K4 500 metros feminino.-----
A competição decorreu no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, entre os dias 7 e 10 de junho.-----
A dupla David Varela e Fábio Cameira estiveram em destaque na Taça do Mundo de Canoagem, foram nonos classificados em K4 1000 metros, juntamente com Pedro Bonito e Bruno Moreira, em representação de Portugal. Na mesma competição participaram ainda em K2 1000 metros masculino, onde se classificaram em décimo terceiro lugar.-----
A competição decorreu no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, entre os dias 3 e 5 de junho. -----
Depois, a mesma dupla foi vice-campeã nacional de canoagem em K2 1000 metros sénior masculino, e na mesma competição Fábio Cameira foi medalha de bronze em K1 1000 metros sénior masculino, apenas perdendo com os atletas olímpicos Fernando Pimenta e João Ribeiro. -----
A competição decorreu igualmente no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, nos dias 11 e 12 de junho. -----
Quanto à ginástica acrobática da Sociedade Euterpe Alhandrense, esteve em destaque no Campeonato Nacional de Base, e as suas atletas conseguiram vários títulos nacionais. Raquel Fernandes, em pares femininos iniciados, Margarida Félix, Maria Gaspar e Bruna Capeto, em grupos iniciados femininos, e Vasco Bilro, Pedro Aparício, Rafael Estradas e Bruno Asseiceiro, em grupos iniciados masculinos,



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RESPOSTAS A QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA DA
REUNIÃO DE 18/05 -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que passará a responder a algumas questões colocadas anteriormente, e coloca à consideração dos Srs. Vereadores se responde agora ou dará já a palavra aos Srs. Vereadores e no final responderá, caso ainda se esteja no período de uma hora do período antes da ordem do dia. Se os Srs. Vereadores quiserem já usar da palavra, usarão, se não dará as respostas que ainda estão por dar.-----

Tendo os Srs. Vereadores concordado, prosseguiu, dizendo que há respostas que ainda não foram dadas relativamente à reunião de 18/05, e o Sr. Vereador Nuno Libório colocou algumas questões, bem como outros vereadores, que vai passar rapidamente a referir.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório colocou uma questão sobre o centro de formação do Futebol Clube de Alverca, se havia privados interessados na sua construção, e na altura respondeu-lhe que desconhecia, que ia averiguar, e efetivamente não passam de coisas que se dizem por aí, que não têm consistência.-----

Portanto, não há neste momento qualquer privado interessado, nem o Futebol Clube de Alverca tomou iniciativas para que privados estejam interessados na construção do centro de formação. Quanto ao campo pelado, o Futebol Clube de Alverca continua na sua posse, no que diz respeito ao uso.-----

Relativamente à Quinta do Cochão e às infraestruturas, estas só poderão avançar quando efetivamente o processo estiver concluído, e o promotor avançar com a sua construção.-----

Depois, o Sr. Vereador Aurélio Marques colocou uma questão sobre as intempéries e o passeio ribeirinho, com entulhos, e o Sr. Vice-Presidente depois falará.-----

Também falou sobre uma questão de A-dos-Bispos, do passeio muito degradado, crê que na altura se acabou por falar sobre a matéria, mas não tem bem a certeza, de qualquer modo ver-se-á de que forma se pode resolver.-----

Referiu ainda que uma bancada e outra falou sobre o Casal dos Baixinhos, e esta é uma questão que foi analisada tecnicamente, lendo seguidamente um documento sobre a questão, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da




ata, que distribuirá seguidamente aos Srs. Vereadores. Solicitou que fossem distribuídas fotos, provavelmente não foram, mas os Srs. Vereadores têm as suas próprias fotos, que referem esta matéria, e o próprio já foi ao local e verificou isso mesmo.-----

Quanto ao que aparenta serem 2 pisos, há a garagem, os pilares, e um vazado, e o vazado é aquilo que sustenta o piso propriamente dito.-----

Prosseguiu, com uma última referência, que não foi colocada, nem por uma bancada, nem por outra, que se refere à opção arquitetónica adotada, dizendo que entendeu colocar também esta matéria, que provavelmente será aquela que coloca algumas questões a algumas pessoas. -----

Em suma, considera que aquilo que se tem naquele loteamento, se se verificar bem, é o aproveitamento da orografia do terreno, que é bastante inclinado, como se sabe, e a generalidade das moradias que lá estão aproveitou justamente essa inclinação para construir as garagens e aquilo que parece serem 2 pisos de facto é só um. -----

Como se pode ver, houve escavação no terreno para fazer aquele aproveitamento, e assim construir, com uma arquitetura que pessoalmente gosta. Há quem não goste, mas é como tudo na vida, e em termos daquilo que o loteamento refere, dos parâmetros, dos critérios, não há nenhum fator de ilegalidade naquela construção. Pode haver apreciações de vária espécie, mas ilegalidades naquela construção não existem.-----

Desta forma, é o que gostaria de transmitir.-----

Quanto à questão da interligação entre os dois loteamentos e do IMI, levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, foi colocada internamente e está-se a analisar, relativamente à sua pertinência ou não. -----

O que diz, sinceramente, é que se fez um esforço bastante grande em termos de infraestruturização daquele loteamento, para o dotar das condições exigíveis para quem fez uma opção de compra lá, conseguiu-se, e hoje tem-se ali um loteamento agradável, onde as pessoas gostam de viver, e onde foi feita uma outra vivenda, com uma arquitetura que é contemporânea.-----

A arquitetura contemporânea é uma coisa absolutamente banal daqui a 20 ou 30 anos, e aquilo que se acha hoje que é uma arquitetura clássica também há muitos



anos atrás era se calhar revolucionária, e o que se tem hoje em termos de arquitetura contemporânea é o futuro da arquitetura. Assim, provavelmente será essa uma das questões que poderá eventualmente incomodar alguém.-----

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso colocou questões que tinham a ver com a estrada da Vinha, estrada da Rabasca e rua 9 de Agosto, o enquadramento paisagístico, e são matérias que o Sr. Vereador António Oliveira registou, para efetivamente se poder ver o que se pode fazer.-----

Depois, falou também na EB 2,3 de Vialonga, e gostaria de transmitir, e é pena que a Srª Vereadora não esteja, mas certamente lhe transmitirão, que teve, mais o Sr. Vice-Presidente, uma reunião com a Srª Secretária de Estado da Educação, e colocaram uma série de questões sobre edifícios escolares em Vila Franca de Xira. Colocaram prioridades, uma das quais é justamente a EB 2,3, e convidaram inclusivamente a Srª Secretária de Estado a visitar esta escola, ficando-se na expectativa que assim aconteça. De qualquer modo, ir-se-á continuar a insistir na necessidade da priorização da intervenção nesta escola.-----

Para o efeito, como sempre, está-se sempre disponível para, com qualquer Governo, ajudar naquilo que for possível, e far-se-á um trabalho que se vai enviar ao Ministério, a dizer das dificuldades que a escola tem e aquilo que é necessário fazer do ponto de vista da câmara municipal.-----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira colocou a questão dos passeios de Povos, nomeadamente na rua Van Zeller Palha, e do semáforo do Bom Retiro, e crê que também já teve uma conversa com o Sr. Vereador António Oliveira, que lhe explicou as questões que ali se colocam, e foi uma questão que também se colocou numa reunião que se teve com a Infraestruturas de Portugal.-----

Falou na semana de luta da CGTP, que não vai comentar, e foi só também uma informação.-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus colocou uma questão que tinha a ver com a iluminação pública apagada na Quinta da Flamengo, já lá foram os serviços, e não sabe se há mais alguma informação sobre isto.-----

Falou ainda sobre o caminho junto ao Campo da Hortinha até à estação, e que é necessário fazer ali um passeio, e ver-se-á, apesar do pouco espaço disponível naquela zona, o que se pode fazer.-----

A



A Srª Vereadora colocou também a questão da eventual necessidade de um separador junto à passagem superior em Alhandra, e quando não há outro remédio provavelmente não há nada a fazer, e têm que se tomar medidas que até, em princípio, desagradam, mas são necessárias. Assim, como se fez no norte da cidade de Vila Franca de Xira, é provável que se tenha de fazer em alguns pontos, e que para segurança das pessoas se tenham que adotar soluções de que em princípio não se gosta. -----

O Sr. Vereador Rui Rei falou sobre uma série de questões de mobilidade, e falou sobre a abolição das portagens em Alverca e Vila Franca de Xira, sendo esta uma questão que é recorrente, com que pensa que todos estarão de acordo. Ao longo dos anos é uma matéria com a qual todas as forças políticas, segundo pensa, estão de acordo, porém ainda não houve uma sequência positiva, e espera que venha a ter. A CREL não tinha portagens e passou a ter, pelo que há evoluções às vezes positivas e negativas à volta desta matéria. -----

O Sr. Vereador fez uma saudação ao Clube Taurino, com a qual o executivo PS comunga e, como sempre, está disponível para colaborar. -----

Falou ainda sobre tauromaquia, e já é uma questão que está ultrapassada, na medida em que os projetos de lei que queriam interferir naquilo que é a cultura e tradições do concelho foram chumbados, pelo que aquilo que se tem de fazer é continuar o trabalho da afirmação da Festa Brava e da tauromaquia. -----

Quanto ao ponto de situação da Marinha, e coloca também, porque o território é o mesmo, a Cimianto, aquilo que quer dizer é que crê que no momento em que se conseguir ter um estudo claro e inequívoco do que se pretende ali fazer, e depois estimular através disso parceiros, é bem possível que se consiga encontrar uma solução financeira para adquirir aqueles espaços. -----

Falou-se sobre transportes públicos, mas isso também já foi falado, não vai agora despender mais nenhuma questão acerca disso, e passará a palavra de imediato ao Sr. Vice-Presidente. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, dando resposta a uma questão que foi colocada já há 2 reuniões atrás pelo Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Como se sabe, há cerca de 3 semanas o país foi assolado por graves intempéries,




que coincidiram com grandes marés, a que se somou a abertura das barragens a montante de Vila Franca de Xira, o que agravou os níveis de cheia do Tejo. Esses três fatores todos juntos elevaram os níveis do Tejo a alturas inabituais, que só não causaram mais dificuldade nas zonas baixas do concelho em virtude dos enormes investimentos que a câmara municipal tem feito, quer nas linhas de água, quer nas redes de drenagem, e por isso foi possível à Vala do Carregado, a Vila Franca de Xira, a Alhandra e à zona baixa de Alverca e da Póvoa, passarem relativamente incólumes desta situação anormal climatérica. -----

Ainda assim, o caminho ribeirinho de Vila Franca de Xira a Alhandra foi coberto de água durante vários dias, e por razões de segurança, inclusivamente, ficou interditado ao público durante 2 dias, uma vez que podia acontecer que uma ou outra pessoa ficasse isolada em termos de água, uma vez que a mesma cobriu mesmo o piso do caminho. Assim sendo, o Tejo depositou no caminho ribeirinho e nas suas margens várias toneladas de materiais diversos, que vieram descendo o rio, desde troncos, folhagens e outros materiais que vinham no curso do Tejo. -----

Depois dessa interdição por razões de segurança houve uma intervenção imediata de limpeza de todos esses detritos trazidos pela água, na zona do piso utilizado pelas pessoas. Isso foi imediato, e gostaria de saudar os trabalhadores envolvidos nesse processo por esse esforço, pois tiraram muitas toneladas de materiais daí, e foi possível, logo no dia a seguir às intempéries, ter o caminho ribeirinho utilizável por toda a gente. -----

Quanto às margens, que foi também uma questão levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, e aos materiais nelas depositados, a sua retirada apenas foi possível e está a ser possível, porque só esta semana é que se está a fazer, depois do nível do rio baixar o suficiente, coisa que não aconteceu na semana seguinte às intempéries. Demorou a regularizar, e depois do material estar devidamente seco, uma vez que é a única hipótese de, em segurança, os trabalhadores o poderem fazer, coisa que está em curso ao longo desta semana. -----

A afirmação que o Sr. Vereador fez, de que a limpeza do caminho ribeirinho teria sido feita atirando para as margens os materiais aí depositados pelo rio, não corresponde à verdade. Efetivamente, o que os trabalhadores fizeram foi a retirada dos materiais todos que se encontravam no caminho ribeirinho, e levaram-nos para



aterro, como é habitual, não deitaram nada para as margens. Agora, verdade seja dita que o rio, como trouxe muita coisa para o caminho, trouxe também muita coisa para as margens, e só foi possível intervir neste momento em que a área já está seca o suficiente para os trabalhadores poderem operar em segurança naquele local. -----

Terminou, referindo que pensa que deu resposta à questão colocada. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo agradecem as respostas que o Sr. Presidente deu, mas relativamente ao loteamento do Casal dos Baixinhos, as fotografias que têm não estão em sintonia com aquilo que o Sr. Presidente lhes transmitiu, com todo o devido respeito, como é óbvio. -----

Não conseguiram detetar a tal inclinação do terreno e também não conseguiram perceber, e o Sr. Presidente esclarecê-los-á, se a construção, que já nem lhe vai chamar piso, para não ferir suscetibilidades, abaixo do piso habitacional, vai ser um vazado, ou seja, no sentido de que vai estar em aberto, não vai estar fechado, e é como se fosse uma construção quase sobre estacas, pois tem uma parte em baixo toda aberta. Não conseguiu perceber, daquilo que o Sr. Presidente lhes transmitiu. -----

Por outro lado, gostariam de saber se o projeto que foi apresentado à câmara municipal já previa esta construção, tal e qual como está, e se o Sr. Presidente lhes pode fazer chegar o projeto. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando, quando à questão dos lixos nas margens do Tejo, que o Sr. Vice-Presidente já respondeu, e portanto os membros da Coligação Novo Rumo esperam que efetivamente faça essa limpeza, até porque há acumuladas, não sabe se toneladas, mas uns largos milhares de quilos haverá de certeza junto às margens, o que se vê naquelas zonas que estão recuperadas, de que a população usufrui e ainda bem que usufrui. -----

Em Vila Franca de Xira também há coisas muito bem-feitas, a zona ribeirinha, a que foi recuperada, é uma zona que deve orgulhar a todos, quanto a esse trabalho que foi feito, que torna o rio mais próximo, dando para ver as canas que estão acumuladas, mas, pior que as canas, os plásticos que estão acumulados. -----

Os plásticos são maus, porque são uma poluição que demora eventualmente mais



de 100 anos a desaparecer do ambiente, e têm um problema, entretanto entram na cadeia alimentar, e muitas pessoas comem produtos que vêm do rio, e se não comem do rio, comem do mar, que vai lá parar. -----

Portanto, isto deveria preocupar imediatamente e fazer-se esta limpeza regular. Contudo, como está planeada, aguardam para que seja feita. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, agradecendo os esclarecimentos que o Sr. Presidente prestou à bancada da CDU, e referindo-se à urbanização Imocochoão, dizendo que a preocupação que os seus membros têm é simples, porque a câmara municipal deliberou um conjunto de compromissos que constituíram direitos de construção para a sociedade Imocochoão. -----

Nesse sentido, foram criadas expectativas para que a câmara municipal ficasse, por exemplo, na posse de 25 000m² para a execução de uma parte do troço mais conhecido como 1ª fase da circular urbana de Alverca, ficasse com 7 712m² para a construção do prometido centro de feiras, lazer e exposições para Alverca, para além dos valores previstos em caução para um conjunto muito vasto de infraestruturas. -----

Assim, a pergunta que fazem é a seguinte: Se este empreendimento imobiliário não avançar, pode estar em causa a construção destas infraestruturas? Esta é uma pergunta à qual, obviamente, só a câmara municipal e o Partido Socialista poderão responder. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, e mencionando, em primeiro lugar, que agradece as respostas dadas a assuntos que foram levantados pelas várias bancadas, e alguns pelo próprio. -----

Dois dos que foram levantados também foram respondidos por escrito, em nome do Sr. Presidente, pelo seu adjunto, e o próprio irá falar na questão do rio Tejo, de que os membros da CDU já têm informação escrita. Assim, respondendo ao Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, da sua parte nunca houve nada a criticar a câmara municipal em relação ao entulho que existia no passeio ribeirinho, nem colocou a questão daquilo que foi feito pela câmara municipal, das valas, etc. -----

O que pediu foi que se fizesse a limpeza das margens, e depois questionou, não afirmou, se o que ficou no passeio ribeirinho foi limpo ou foi atirado para a margem. -----



Também levantou a questão da arborização que lá está, que, segundo julga saber, por resposta, vai ser feita. -----

Agradece ainda ao Sr. Presidente, quanto à questão dos passeios de A-dos-Bispos, da estrada que vai para Arruda, e fica satisfeito por a câmara municipal ir tratar disso, já que na informação diz-se uma coisa, que se vai remeter para a junta de freguesia. Pensa que nessa questão a junta de freguesia faz a manutenção e não a requalificação, mas é um aparte, foi respondido pelo Sr. Presidente duma maneira e no documento está doutra. -----

Sobre a questão do Casal dos Baixinhos, o Sr. Presidente entregou o documento, que os membros da CDU agradecem, e gostaria de pedir cópia, por escrito, ou a gravação da intervenção do Sr. Presidente, rapidamente, e não é nada de qualquer coisa contra o mesmo, é só para captar mais aquilo que disse. -----

Não vai servir para tribunal, quer sossegá-lo, é apenas para os vereadores da CDU, que vão analisar e, depois, numa próxima reunião falarão sobre o assunto. Por isso é que falou na questão da intervenção o Sr. Presidente, em complemento ao que entregou. -----

Também, corroborando as palavras da Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, têm muitas dúvidas. O próprio não é, como disse na intervenção, engenheiro nem arquiteto, nem construtor civil, com o devido respeito por todos, mas não lhe parece que aquilo seja só um andar. Tem as fotografias, os membros da CDU foram lá ver quando apresentaram a questão, como o Sr. Presidente sabe, e até admite que se arranjem agora todas as questões para se levantarem. Foi aqui dito, há o "diz que disse", e questiona-se se não vai ser fechado, como estaria em pensamento, ficando só com uns pilaretes. -----

São várias coisas que lhes colocam muitas dúvidas e, sem pôr em causa aquilo que o Sr. Presidente disse e traz, irão analisar e depois, se entenderem, trarão a reunião de câmara. -----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que o Sr. Vice-Presidente falou, e é evidente que, quanto ao lixo, como o Sr. Vereador Aurélio Marques falou, o próprio passou lá ontem ou anteontem, está na margem, é o que está lá. Assim, é pena que não se aproveite, tendo em conta o que está lá, muito plástico que veio do rio, de cima, para se tentar limpar aquilo. Não é fácil, presume que não seja



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ASSINATURAS DOS PROTOCOLOS RELATIVOS AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando aos membros da CDU para dar a palavra aos Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo, pois de vez em quando pode-se variar, não tem que ser sempre da mesma maneira. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, agradecendo ao Sr. Presidente e cumprimentando todos os presentes, dizendo que até ficou assustada, pois não estava à espera.-----

Respondeu o Sr. Presidente que nem o próprio estava à espera de dizer o que disse, mas pensa que até tem sentido. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora, referindo que vai tentar ser rápida, a fim de não perder muito tempo, e a CDU também não ficar sem o seu tempo. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo têm duas situações, que eventualmente não sabem se foi algum lapso ou esquecimento, e uma delas foi a falta do envio do convite para a assinatura dos protocolos do GAMAJ – Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo. Não receberam esse convite e costumavam receber, pelo que não sabe o que se terá passado concretamente. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que vai averiguar, e a única coisa que pode dizer é que lamenta, pois teria tido muito gosto em tê-los presentes, como é evidente.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, dizendo que estiveram a averiguar tudo, só souberam depois, e calcula que sim, mas era só para alertar o Sr. Presidente, que, de facto, para além de ser uma situação relevante, não receberam esse convite. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU também não foram convocados, ou seja, foram convidados no próprio dia, por telefone, e não sabe dizer como, por escrito não há nada, pois viu no seu gabinete e não há nada, para a entrega dos subsídios do PAMA, na SFRA - Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, em Alverca.-----

Como vereador, e pensa que todos, foi quase junto ao meio-dia que foram informados pelo gabinete de que havia esta entrega do PAMA, e não quer fazer processos de intenção, pois não sabe se foi lapso ou o que foi, mas gostariam de saber. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REUNIÃO COM OS COMERCIANTES DAS RUAS DO CURADO E JOAQUIM PEDRO
MONTEIRO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da
Coligação Novo Rumo souberam que terá sido realizada uma reunião com os
comerciantes das ruas do Curado e Joaquim Pedro Monteiro, em Vila Franca de
Xira. -----

Como o Sr. Presidente sabe, na requalificação das outras ruas tiveram um papel
interventivo e ativo, e gostariam de continuar a ter, porque estas situações, como
sabe, mexem muito com o dia a dia das pessoas, e também gostavam de ter uma
palavra. Por isso gostariam de ter também sido, pelo menos, informados que a
reunião iria ser realizada, e de poder estar presentes. -----

Seja como for, sabendo que foi realizada no dia 3 de junho, salvo erro, pensa que
terá sido mesmo efetuada, gostariam que o Sr. Presidente lhes pudesse dizer quais
as conclusões a que se chegou nessa reunião e quais as pretensões ou o que é que
os comerciantes dessas ruas disseram, e as preocupações que manifestaram. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ABATIMENTO DE ASFALTO – RUA NOVA ESPERANÇA – CASAL DO ÁLAMO –
FREGUESIA DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da
Coligação Novo Rumo gostariam de relatar uma situação sobre o abatimento de
asfalto que está a ocorrer na rua Nova Esperança, no Casal do Álamo, na freguesia
de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz. -----
O asfalto abateu, criando uma cratera com quase 1 metro de profundidade, e estão
lá colocadas umas canas pelos moradores, para aviso, porque, de facto, é preciso
lá ir ver. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CONVITE AO ENGº DEMÉTRIO ALVES – TRANSPORTES -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, dizendo que tem um conjunto de questões para colocar, e começa por perguntar ao Sr. Presidente se entretanto enviou o convite que os membros da Coligação Novo Rumo solicitaram ao Engº Demétrio Alves, para se deslocar a Vila Franca de Xira, para explicar o que está a fazer. Ainda agora estava a fazer uma consulta, e o Engº Demétrio Alves é um cidadão com opinião sobre muitas coisas, entre elas sobre a Malaposta, que agora, aparentemente, vai ser privatizada, sendo que o engenheiro, nas suas funções da Área Metropolitana de Lisboa - AML, dos transportes, também se está a pronunciar sobre a cultura, e não sabe se eventualmente o Partido Socialista, em Vila Franca de Xira, tem alguma questão sobre a matéria.-----

Como a Área Metropolitana de Lisboa se está a pronunciar sobre estas questões da mobilidade e dos transportes, e o próprio engenheiro diz, nos seus “posts”, que é um direito que os cidadãos têm, à mobilidade, e é contra a privatização, presume que o que vai fazer a AML é criar uma estrutura própria, pública e do Estado, na área dos transportes.-----

Estão muito preocupados, porque os cidadãos das Cachoeiras, Calhandriz, São João dos Montes, Vialonga ou Santa Eulália, têm uma ou duas carreiras durante o dia para se deslocarem “de, e para lá”, e portanto não se pode andar a dizer a estes concidadãos, que têm problemas de transportes há 40 anos, e agora, que se tem um conjunto de pessoas à frente, que sempre defenderam isto, que não resolvem.- Querem, efetivamente, que a AML, que agora até quer eleger o responsável, seja um órgão democrático, não seja um órgão autocrático e se esconda atrás de procedimentos.-----

Se não é uma situação de o chamar, então vai-se convidar o senhor, sempre de uma forma educada, e eventualmente mais educada do que se andou a fazer nos últimos 40 anos.-----

Querem efetivamente discutir o problema dos transportes, porque é um problema que afeta a todos, não afeta só um grupo de pessoas. Afeta a todos, afeta o povo, aquele povo de que o Engº Demétrio Alves andou a falar e diz defender durante 40



anos. -----
Portanto, se é esse povo que se quer defender, é esse povo e é com esse povo que se tem de discutir a matéria. É aqui que os membros da Coligação Novo Rumo querem discutir, na casa da democracia, em Vila Franca de Xira, os problemas dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa. Esperam, pois está-se a chegar ao fim do mês, que não se deem novas concessões aos privados, esses malandros dos privados, que andam a fazer mau serviço de transportes públicos.-----
Assim, espera sinceramente que a Carris comece a prestar serviço em Vila Franca de Xira, venha até Vila Franca de Xira, à Castanheira e às Cachoeiras, e agora, que a extrema-esquerda governa, não haja nenhum argumento para que isto não aconteça. Espera pois sinceramente que se venha a resolver, até porque o problema dos fascistas passou. -----
Agora tem-se um Governo democrático, cheio de democracia, e com certeza que agora se vão ter transportes públicos do Estado, não é públicos dos privados, é públicos e do Estado, a servir verdadeiramente os interesses das pessoas, o que é fundamental. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando as questões dos transportes, dizendo que os membros da CDU não percebem qual é, de facto, a preocupação do PSD sobre esta matéria, porque o PSD, preocupado que está com a questão dos transportes, não coloca exatamente qual é a sua preocupação, não está a colocar a sua preocupação, mas foi o PSD que aprovou o regime jurídico, que é deficiente, que empurrou para as câmaras municipais o financiamento dos operadores privados de transportes, no pressuposto da garantia da sustentabilidade do sistema, como também foi o PSD e o Governo do CDS que chumbou a proposta do PCP, de alargamento, por exemplo, do passe social intermodal. -----
Portanto, não deixa de ser muito interessante ver o PSD, que é responsável pela situação de destruição do serviço público de transportes, de ter feito o processo de privatização de que não há memória desde o 25 de Abril sobre os operadores de transportes, preocupado agora, em Vila Franca de Xira, com esta matéria. -----
Termina, dizendo que obviamente o município de Vila Franca de Xira tem que ter uma palavra ativa e vinculativa sobre esta matéria, sendo que, como os membros



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 029

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE AFRICANOS - VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que, como o Sr. Presidente sabe, esteve presente no aniversário da Associação de Africanos, em Vialonga, e foram lá colocadas algumas questões sobre problemas em relação ao bairro, sendo verdade, e ali não deixou de ser curioso, que o bloco central foi entre o Partido Socialista e o Partido Comunista.-----

Ali o grande "centrão" não interessava defender muitas pessoas, ali o Partido Socialista e o Partido Comunista defenderam-se, acusando as pessoas que sim, que elas é que não respeitavam o espaço público, deitavam lixo para o chão, partiam os polidesportivos e faziam isso tudo. Portanto, não deixa de ser curioso que umas vezes interpretam-se os interesses das pessoas, outras tenta-se dizer às pessoas que não, o caminho não é por aí, e ali conjugou-se o facto do Partido Comunista e do Partido Socialista estarem em conjunto, sem efetivamente defender o interesse das pessoas.-----

Naquela sessão estava o próprio, o Sr. Vereador António Oliveira, a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, e estavam lá para discutirem alguns destes problemas, e bem. Foram discutidos, isso é verdade, mas não deixa de ser interessante que se tenha lá levantado um conjunto de problemas que a população levantou, em que se tem a obrigação de os tentar resolver, e além disso de preservar um dos direitos constitucionais, de que tanta gente gosta de falar, mas depois, quando chega a hora, esquece-se deles, que é o direito constitucional a uma habitação condigna.-----

Estavam lá cidadãos que há mais de 4 anos que querem uma habitação e a câmara municipal não as dá, o que quer dizer que não se está a respeitar aquilo que os Srs. Vereadores variadíssimas vezes falam, que é a Constituição.-----

Não se respeita a Constituição da República Portuguesa e dever-se-ia respeitar. ----

Assim, gostavam de saber o ponto de situação do bairro, das obras no bairro, da limpeza e da manutenção das casas e quando é que se vai efetivamente atribuir habitação às pessoas que dela necessitam.-----

Fl. Livro _____
Fl. Ata - 030
Reunião de 2016/06/15
Procº _____
Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ESTACIONAMENTO EM VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a sua camarada e amiga, Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, hoje já levantou a questão dos comerciantes, em Vila Franca de Xira, que leva à questão do estacionamento. -----

São muito importantes todas as obras que se fizeram na cidade de Vila Franca de Xira, mas é preciso atenção, pois o que se está a fazer, além de embelezar as ruas, é retirar efetivamente o estacionamento da zona central da cidade. Se por princípio até pode ser positivo, é bom que se perceba que não há atração de pessoas ao centro, a não ser que se tenha próximo estacionamento, o que não é o caso.-----

Portanto, convém que, acompanhado destas melhorias, se possa fazer um conjunto de investimentos para que os cidadãos possam vir à cidade e estacionar o carro, porque, se isso não acontecer, vai-se é incentivar a desertificação e o abandono da cidade, e a morte do comércio na cidade. -----

Assim, era bom que se pudesse fazer alguma coisa nesse sentido. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, referindo muito rapidamente que tinha dois pontos para falar, que já foram abordados anteriormente, e tentará só colocar uma outra maneira de ver as coisas. Reporta-se à rua do Curado, mas não só, e relembra que aquando da alteração do estacionamento e das paragens dos autocarros para a zona norte da estação, perdeu-se mais uma quantidade de estacionamentos nas ruas Sacadura Cabral e do Curado, com a consequência de que faz falta estacionamento, estacionamento gratuito, as bolsas de estacionamento tantas vezes abordadas em reunião, para as quais ainda não se conseguiu encontrar uma única solução. -----

Continua-se a ter os parques, como foi dito há bocado, um pouco longe do centro, a nível do centro continua a não haver grande hipótese de rotatividade de estacionamentos, e mesmo quem lá habita, porque infelizmente hoje, e diz mesmo infelizmente, pois é raro a casa que não tem mais do que uma viatura, e os prédios, quando são feitos, muitas vezes não comportam estacionamento para essas mesmas viaturas, não consegue estacionar mais perto das habitações. -----

Tiram-se lugares, não se criam novos lugares de estacionamento, nem alternativas, é o que se tem verificado pela cidade, e não se perspetivam soluções.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
TERRENOS PARA O ALHANDRA SPORTING CLUB-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de perguntar, na sequência das informações que o Sr. Presidente deu hoje, e que agradece, face à questão da Marinha e da Cimianto, qual é o ponto de situação da cedência dos terrenos ao Alhandra Sporting Club.-----

Efetivamente o Alhandra tem instalações que não são condignas, e não é só com o estatuto, pois às vezes é a coisa menos importante, com o espaço e as condições que as crianças têm para a prática do futebol. -----

Portanto, efetivamente hoje o Campo da Hortinha não tem condições para as crianças, para os filhos e netos dos alhandrenses, praticarem desporto, e dever-se-ia resolver este problema de uma vez por todas. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, começando por agradecer a capacidade de síntese de todos os que o antecederam, e, sem mais demoras, gostaria de apresentar algumas questões. -----

Quanto à primeira, os membros da CDU registam o facto de ter sido através do jornal do concelho "Voz Ribatejana" que tiveram conhecimento da situação, e ficaram mais preocupados em relação a toda a preocupação acumulada sobre a matéria. Assim, tiveram conhecimento que o negócio que envolvia, num pressuposto de boa-fé, o município de Vila Franca de Xira e a administração da insolvência da Cimianto para aquisição de terrenos absolutamente fundamentais para dar concretização à infraestrutura coletiva, para usufruto da atividade desportiva, não só da vila de Alhandra, mas fundamentalmente para o processo desportivo do Alhandra Sporting Club, ter sido abortado. -----

Gostariam de saber exatamente quais os motivos que levaram a este desfecho, e como pensa a câmara municipal reagir, no sentido de acautelar a defesa do princípio da boa-fé, até porque da parte do município de Vila Franca de Xira foram tomadas todas as diligências necessárias, a tempo e a horas, e com base em correspondência que foi dada a conhecer a estes vereadores, no sentido de garantir a igualdade, no pressuposto de que estavam de boa-fé a aprovar uma medida mais do que necessária para concretizar um equipamento há muito reivindicado por esta população. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 032

Reunião de 2016/06/15

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que vive, concretamente também enquanto pai, não só a situação que foi abordada, do Alhandra, mas também da própria União Desportiva Vilafranquense, das dificuldades de às vezes poderem comportar mais crianças na prática desportiva. -----

As condições são as que são, estão limitadas, e não há grande hipótese de crescer, mas relembra, inclusive, uma outra situação. Quando foi construído o novo pavilhão, foi sugerido, também pela bancada da CDU, que não fosse só para exposições e espetáculos, mas pudesse comportar atividades desportivas. Contudo, até hoje confessa que não se recorda disso, mas pelo menos uma atividade desportiva regular não existe, e essa possibilidade poderia ser eventualmente interessante, nomeadamente nas camadas mais jovens, na prática do futebol ainda de 5, ou mesmo para questões de treino que pudessem ser feitas até dentro do pavilhão. -----

Noutros tempos, quando havia ainda menos condições, os futebolistas até treinavam pelo Cevadeiro inteiro, mas hoje não é o caso, aquilo deixou de ser de terra batida, pelo que não dá muito jeito, e hoje em dia, também com as necessidades de competir em relva, isso não permitiria grande evolução dos atletas. -----

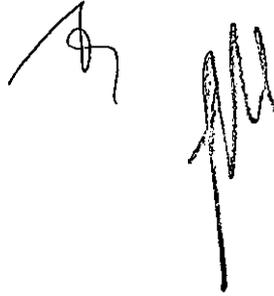
Pensa que se calhar uma situação até conjunta poderia beneficiar, tanto Vila Franca de Xira como Alhandra. Uma situação em zona limítrofe das freguesias poderia beneficiar tanto um clube, como outro, ou seja, haver a disponibilidade de um espaço que pudesse abarcar, tanto as necessidades de um clube, como de outro, e eventualmente até de outros. -----

Em vez de se estar só, muitas vezes, a fazer escolhas pontuais, só para o clube A e para o clube B, poderia haver alternativas a nível municipal que pudessem oferecer a vários clubes ao mesmo tempo a prática desportiva, que é isso que não se verifica, e não sabe se esse estudo alguma vez foi feito ou pensado. -----

Respondeu o Sr. Presidente que isso já foi feito em Lisboa. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que se calhar bem, porque aquilo de que se está a falar, de um espaço da Cimianto, também fica próximo. -----

Quantas e quantas vezes o próprio Vilafranquense chegou a treinar, na altura, quando era a Marinha? O campo que hoje ainda está dentro dos terrenos que



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
LIMPEZA DAS RIBEIRAS – RIBEIRA DA VERDELHA – ALVERCA DO RIBATEJO -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que no âmbito das suas caminhadas, que nos últimos dias até foram de bicicleta, passou na zona ribeirinha, e viu que alguém andou a fazer uma intervenção de limpeza das ribeiras, nomeadamente a ribeira da Verdelha, em Alverca do Ribatejo. -----
Não foi só uma limpeza, limpou e tirou efetivamente as canas, fez um trabalho para o próprio, que é leigo, aparentemente bem feito, só que, do seu ponto de vista, tem um problema, é que se está hoje em junho, mas quando a obra foi feita era maio, e está-se na altura da nidificação das aves. -----
Quem vai àquele espaço sabe que é uma zona que é IBA – Important Bird Area, uma zona protegida, e gostava de saber quem é que fez aquela limpeza, àquele nível, sendo que se se for hoje lá, estão lá passarinhos, e passarinhos um bocadinho maiores, que ainda têm as suas crias à volta. -----
Aquilo que diz não é mesmo uma crítica destrutiva no sentido de que todos são “presos por ter cão e por não ter”, mas pensa que é preciso ter muito cuidado, porque aquela limpeza poderia ser feita em agosto ou em setembro, em vez de ser feita em maio, nesta altura, e se se for lá constata-se exatamente o que está a dizer. -----
Assim, já agora que se fez este trabalho, e bem, poder-se-ia alargar para alguns daqueles caminhos, a zona do caminho ribeirinho, para a população poder usufruir melhor deles. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RECUPERAÇÃO DA ESCOLA D. MARTINHO VAZ DE CASTELO BRANCO – PÓVOA DE
SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo, na próxima reunião, apresentarão uma proposta para que a escola D. Martinho Vaz de Castelo Branco, que é o agrupamento e, conseqüentemente, a escola Aristides de Sousa Mendes, seja incluída como uma das prioridades na recuperação das escolas pelo Governo. -----

É uma necessidade, quem visita a escola sabe que é uma necessidade, pelo que é uma necessidade, uma oportunidade e tem que se demonstrar que a escola pública é, efetivamente, uma prioridade, não é uma prioridade nos discursos, nem a população que lá trabalha vive o efeito da sazonalidade. -----

A escola é uma prioridade 365 dias por ano, os jovens têm que ter uma educação de qualidade, porque a esmagadora maioria da população portuguesa a única herança que vai ter dos seus pais é a educação que estes lhe vão deixar. -----

É um património que não tem, efetivamente, preço, e tem que se preservar, melhorar e dar condições à população do concelho. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 045

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PASSADEIRA NA RUA ANTÓNIO FRANÇA BORGES - PÓVOA DE SANTA IRIA-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que na Póvoa de Santa Iria, e fala em
causa própria, na rua António França Borges, há uma passadeira que quanto a si
foi mal calculada, e os sinais estão por demais evidentes. -----
O próprio passou a 30 à hora, garante que não ia a mais, e mesmo assim bateu
com o cárter no chão. Parou, foi verificar, e vê-se que as próprias pedras de
calçada da passadeira estão completamente partidas, pela quantidade de
automóveis que já lá bateu, e o próprio betuminoso é uma constante de riscos,
arranhões, o que demonstra bem que algo está mal ali. -----
É sincero, nunca ouviu falar nada disso, até mesmo em reuniões na Póvoa de Santa
Iria, nunca se falou sobre esta situação, mas é a única, e pensa que há três
passadeiras naquela rua, para também ajudar a limitar a velocidade. No entanto,
algo de mal está feito naquela, e pensa que antes que apareçam, se calhar,
eventualmente até pedidos de indemnização à câmara municipal, por danos nos
veículos, poder-se-ia tentar verificar o que se passa ali, ou qual é o erro de
conceção/construção que ali está. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que passará de imediato à ordem do dia, mas antes faz um pedido aos Srs. Vereadores, que quando se passar para a ordem do dia se comece pelos pontos 8 e 9, na medida em que supõe que a maioria das pessoas que estão presentes, do público, têm interesse nessas matérias.-----

No entanto, antes de passar aos pontos que acabou de referir, como só há pouco é que viu o Sr. Presidente da junta, gostaria, em primeiro lugar, de o ver à frente, e, se quiser, de uma forma muito sucinta, que faça o favor de usar da palavra.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, cumprimentando todos os presentes e agradecendo ao Sr. Presidente pela consideração que acabou, mais uma vez, de manifestar, congratulando-se ainda por ver a sala cheia, que revela o interesse nas matérias que irão ser tratadas.-----

Contudo, uma das razões que o traz a reunião tem exatamente a ver, sobretudo, com aquilo que para si foi uma manifesta surpresa, e surpresa desagradável, que tem a ver com o sucedido na Semana da Cultura Tauromáquica, e com o programa que lhe está subjacente.-----

Num primeiro encontro que foi feito acerca do Colete Encarnado e destas questões com a Dr^a Maria João Carraça, que aliás está presente, foi-lhe presente o programa, e verificou-se na junta, bem como o próprio, para sua surpresa absoluta e até alguma incredibilidade, que no dia 28 de junho, dia da Cidade de Vila Franca de Xira, dia da entrega dos galardões de mérito a pessoas ou a associações que a junta considera ser absolutamente justa, iria ter lugar, à mesma hora, um acontecimento que reputa igualmente de muito importante, tendo em conta a figura que irá ser homenageada e considerada naquele dia, exatamente a homenagem ao Maestro José Júlio.-----

Gostaria de dizer ao Sr. Presidente que aquando da apresentação do Colete Encarnado, para o qual o Sr. Presidente teve a amabilidade de o convidar a estar presente, como aliás sempre fez desde que o próprio é presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, não pôde contornar esta situação, e falou dela publicamente. Contudo, pensava que não era ali o momento, até pela presença do



Maestro José Júlio e das pessoas que lá estavam, e não era agradável estar a discutir um assunto desta natureza.-----

No final da sua intervenção e observação acerca do assunto o Sr. Presidente disse-lhe que tinha que se ver, na próxima, para estas coisas não acontecerem, e que o próprio deveria ter sido avisado ou qualquer coisa, mais palavra, menos palavra.---

Desta forma, gostaria de dizer ao seu querido amigo, Sr. Presidente, Alberto Mesquita, que tem sido sempre todos os anos, pelo menos enquanto está como presidente de junta, e enquanto estiver, convidado, com muito prazer e muita honra, pela junta de freguesia e por si próprio, tendo o Sr. Presidente um papel de destaque naquele dia.-----

O Sr. Presidente faz a intervenção final daquele Dia da Cidade, tem um papel preponderante naquele dia e tem sido sempre assim. Desta forma, lamenta que tenha ocorrido uma situação destas, ninguém ganha com isto e toda gente perde, e é absolutamente desagradável.-----

É evidente que também gostaria de estar nessa manifestação em relação ao Maestro José Júlio, que é o seu ídolo de menino, de juventude, e dessas coisas todas. Gostaria muito de estar presente, mas vê-se impossibilitado de o fazer.-----

Por fim, gostaria de lembrar que esta questão não lhe parece estar isolada de outras que têm acontecido ultimamente, o que lamenta. Pensava que se ia ter, e espera que ainda se mantenha essa expectativa e esperança, e não vê razão para que tal não aconteça, esta relação de cordialidade, lealdade, transparência, lisura de processos e essas coisas todas, mas nalguns casos tem algumas reservas, tendo em conta o conhecimento que tem de alguns episódios um pouco desagradáveis que chegam ao seu conhecimento.-----

Portanto, gostaria muito de manter esta sua relação com o presidente da câmara, elevada, como tem acontecido até aqui, e gostava, ou pelo menos deseja, que episódios como este, na medida do que é possível, sejam evitados.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que há cordialidade, sempre, relação institucional, sempre, e aquilo que quer dizer ao Sr. Presidente da junta é que, em vários momentos, no Dia da Cidade coincidiram questões que têm a ver com a Semana da Cultura Tauromáquica. Agora, como o Sr. Presidente da junta disse, que quis dizer naquele momento, e disse agora, coloca suspeições, que o executivo da



câmara municipal anda a fazer, propositadamente, sobreposições, o que é manifestamente um atrevimento da sua parte, ou de alguém do seu executivo, que pensa assim, porque não é verdade.-----

Em todos os momentos importantes, e é assim que tem que ser, o Sr. Presidente da junta, para as iniciativas da câmara municipal, é sempre convidado, e isso revela justamente a consideração, em termos pessoais, mas sobretudo em termos institucionais, que tem pautado a relação que têm.-----

Se eventualmente lhe dissessem, atempadamente, onde é que se realizava o espetáculo do Dia da Cidade, a que horas, etc., provavelmente a câmara municipal tinha sido alertada a tempo e horas, e certamente que encontraria uma outra solução. De qualquer modo, quer dizer ao Sr. Presidente da junta que a câmara municipal estará representada ao mais alto nível nesse Dia da Cidade.-----

As pessoas que vêm de Espanha, etc., não lhe parece que viessem de propósito para o Dia da Cidade, vêm de propósito para o colóquio, são públicos diferentes, pelo que uma coisa não se sobrepõe à outra, estando certo que o Dia da Cidade vai ter o relevo de uma noite memorável de comemoração.-----

Nem sempre assim foi, às vezes os dias eram feitos à tarde, já foi feito de muita forma, pelo que se num determinado contexto, há um mês ou dois atrás, a junta dissesse que ia ser feito na Praça de Touros, às tantas horas, naturalmente que era um alerta importante para se tentarem encontrar soluções.-----

Contudo, isso não deve ficar no espírito do Sr. Presidente da junta. O próprio também ouviu muitas coisas, e agora há muita coisa para fazer, tanto o Sr. Presidente da junta como o próprio vão fazer aquilo que lhes compete fazer, que é trabalhar bem, mas depois do Colete Encarnado também tem uma "cábula" de muita coisa que lhe disseram, que se calhar vão trocar. Têm para a troca e, se calhar, de uma vez por todas vão resolver uma série de equívocos que andam para aí.-----

Respondeu o Sr. Presidente da junta que será com todo o prazer.-----

Terminou o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Presidente da junta, dizendo ter sido um gosto tê-lo na reunião, e se quiser continuar o gosto ainda será maior.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 050

Reunião de 2016/06/15

Procº NIPG 39580/16

Deliberação nº 382

1. Assunto: RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ESPECÍFICO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO CLANDESTINO FONTE SANTA - VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 91/16, de 07/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do relatório da consulta pública da alteração ao regulamento específico de reconversão do loteamento clandestino Fonte Santa, na freguesia de Vialonga, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 91/16, de 07/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, relatório da consulta pública, e lista de participações, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo-se em conjunto ao mesmo e ao ponto 9 da ordem do dia, dizendo que este ponto 8 é relativo ao relatório da consulta pública da alteração ao regulamento específico de reconversão dos clandestinos da Fonte Santa e, naturalmente, o ponto 9 é em complemento, e trata-se da alteração do respetivo regulamento. -----
Como os Srs. Vereadores sabem, o executivo PS trouxe a reunião de câmara esta alteração, depois de vários momentos em que se tentaram encontrar soluções, e quer referir que houve sempre, da parte de todas as forças políticas, uma intenção de encontrar soluções. Nem sempre estiveram de acordo num ou outro aspeto mais específico, mas crê que esta é a solução mais adequada para finalmente se resolver este processo. Tem-se uma AUGI, que é a AUGI da Fonte Santa, com imensos lotes, mais de 700, e há uma parte que é a primeira fase, que já tem o respetivo alvará, as outras fases não o têm, e é isso que se está aqui a resolver.----



Este processo decorreu de acordo com os prazos da lei, decorreu o período de consulta pública, que terminou no dia 7 de junho, e foram apresentadas várias participações, cujo relatório os Srs. Vereadores têm.-----

Neste período de consulta pública foram apresentadas participações para 112 lotes, que correspondem a 83 proprietários, sendo metade destes residentes na AUGI da Fonte Santa, pessoas que fizeram uma opção de vida ao comprarem ali aquilo que é hoje um lote. Foi uma opção de vida em que o tempo foi passando, a idade foi-se avolumando, e, já em fase de descrença, de que não se conseguiria resolver a situação, de facto hoje traz-se a reunião uma solução, que vai resolver. - Pensa que o número de participações revela o interesse que todos demonstraram, que a maioria demonstrou, e que hoje se vai conseguir ter uma solução para, rapidamente, e quando diz rapidamente é num período à volta de ano e meio, ter condições para que os registos das propriedades e as escrituras possam ser feitas. Posto isto, dá a palavra às forças políticas para se poderem pronunciar relativamente a este ponto 8 e, naturalmente, também, se assim o entenderem, quanto ao ponto 9.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que às vezes é preciso alguém dar o ponto para depois as restantes intervenções o seguirem, é só essa a questão, e não tem problema nenhum, porque, mais uma vez, a exemplo dos transportes, as pessoas têm que estar primeiro. Resolver o problema das pessoas e dos cidadãos tem que estar acima de questões ideológico-partidárias, porque a ideologia e a "partidarite" não dão de comer nem dão teto às pessoas, com a exceção das pessoas que trabalham para as entidades partidárias ou políticas, em que aí têm um teto recorrente do seu trabalho.-----

A maioria das pessoas vive do seu trabalho normal, criou ali uma oportunidade e uma necessidade, porque efetivamente há muitos anos atrás o país não tinha condições, não havia habitação, e as câmaras municipais não fizeram os necessários projetos, sendo que muitas, de norte a sul do país, mas com incidência particular na Área Metropolitana de Lisboa, compactuaram com isto, porque não quiseram efetivamente contrariar os interesses, que foram daqueles que venderam os lotes às entidades que compraram esses lotes. As pessoas compraram esses lotes para resolver um problema que tinham de habitação, tinham uma



necessidade, uma necessidade de trabalhar e de viver, e ainda se lembra, pois mora na Póvoa de Santa Iria desde os 2 anos, de ir com o seu pai à Fonte Santa e a Santa Eulália, em caminhos de terra, e ver ali muitas pessoas que percorriam às vezes 1 km e mais para irem buscar água, e para fazerem as suas casas ao fim de semana, à noite e aos fins de dia. -----

Portanto, trata-se de perceber que a maioria das pessoas fez um sacrifício tremendo para ter hoje uma habitação, que é no fundo o maior património, a par da educação dos seus filhos, que pode ter e pode deixar para o futuro. -----

Para os membros da Coligação Novo Rumo é algo importante, porque sempre defenderam a primazia à pessoa humana, a primazia ao cidadão, e sendo isto, em princípio, o princípio do fim e da legalização da habitação e deste espaço em Vialonga, é para os mesmos motivo de orgulho e de satisfação. Se alguma coisa os leva a dizer que cumpriram algum dever, quando exercem um cargo político, é efetivamente servir as pessoas, ajudar a resolver os seus problemas, e ajudar a garantir que têm uma habitação que é fruto do seu trabalho, do seu empenho, e consideram que é absolutamente essencial que assim seja. -----

Estão pois os proprietários de parabéns, e espera que possam usufruir por muitos e bons anos dessa habitação. -----

Terminou, agradecendo e dando os parabéns. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que os membros da CDU pensam que as posições estão relativamente definidas sobre esta matéria, e em momento bastante oportuno, quando do processo de revisão legislativa para as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, o grupo parlamentar do Partido Comunista Português tomou uma iniciativa na Assembleia da República para, de uma vez por todas, conferir capacidades plenas para que os municípios, onde se incluía o de Vila Franca de Xira, pudessem resolver de uma vez por todas o problema das AUGI, que é uma questão que está para além dos custos financeiros, é fundamentalmente de natureza técnica administrativa, cujos problemas são herdados muito antes do 25 de Abril. -----

Como todos os vereadores desta câmara municipal, em tempo oportuno, também já refletiram e concluíram, hoje, no concelho de Vila Franca de Xira, há problemas com as AUGI que se herdaram antes de se ter uma câmara municipal sufragada e

A



eleita democraticamente pelas populações, mas infelizmente, no concelho, e em muitas áreas territoriais da Área Metropolitana de Lisboa, é um problema que subsiste. Como disse, o PCP tomou esta iniciativa, antes da revogação administrativa desta legislação, para que se pudessem ter outras condições para que no município de Vila Franca de Xira houvesse agilidade no processo. Infelizmente, com a transição da legislatura ou a mudança de legislatura esse processo não foi terminado, e da parte do Partido Comunista Português continuam a insistir para que os municípios tenham um prazo definido para resolver o problema das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, conhecidas como AUGI, mas fundamentalmente sejam dotados de meios e de plenas capacidades para, para além da questão técnico-administrativa e também financeira, poderem resolver um problema que afeta bastante o concelho. -----

Ao mesmo tempo disseram-no numa reunião de câmara, efetuada na freguesia da Póvoa de Santa Iria, que a câmara municipal deveria privilegiar fundamentalmente o estabelecimento dos pactos de associação, ou seja, privilegiar as modalidades de reconversão por iniciativa municipal, chamando o município a si o máximo possível que a lei de então lhe conferia para resolver o que ainda estava por resolver, onde se incluía o problema da legalização da Fonte Santa. -----

Trocaram bastante discussão ou fizeram muita discussão sobre esta matéria, em alguns pontos não convergiram, tendo a CDU um entendimento, que, do ponto de vista da assunção de responsabilidades, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deveria privilegiar, fundamentalmente, para não dizer exclusivamente, que é o termo mais exato, a assunção dessa responsabilidade de reconversão, e ao mesmo tempo, para se tentar desbloquear a situação para a área urbana da Fonte Santa, sugeriram que se analisasse se, do ponto de vista jurídico, era possível a utilização do processo de dação, de doação ou contrapartidas por lotes, para fazer face ao cumprimento do regulamento aplicável, no que à comparticipação de infraestruturas dizia respeito. -----

A câmara municipal acolheu como boa a sugestão da CDU, admitiu que, do ponto de vista jurídico, o ressarcimento por via de lotes, por parte do Sr. Miranda Alves, era uma hipótese viável do ponto de vista legal, e convergiram na aceitação de um processo de revisão que pudesse possibilitar exatamente isto, para desenravar o



processo para a celebração das escrituras e dos respetivos registos.-----
Até então estiveram de acordo, passaram a estar em desacordo quando a câmara municipal, por iniciativa do Partido Socialista, deu a possibilidade de desonerar ou desobrigar todos aqueles que tenham mais de 2 lotes do agravamento no coeficiente de pagamento dos respetivos custos de urbanização. O que está em causa é aliviar, perdoar e desresponsabilizar o Sr. Miranda Alves, pelo menos o Sr. Miranda Alves ou todos aqueles que tenham mais de 2 lotes, ao contrário do que foi feito em todas as AUGI cujo processo de reconversão já foi efetuado e aprovado por este município, do pagamento, no caso concreto do Sr. Miranda Alves, como disse o Sr. Presidente, no valor estimado entre 1,4 a 1,5 milhões de euros, o que quer dizer que esse dinheiro terá de ser pago à custa do orçamento da câmara municipal, e não concordam com isso. -----
Percebendo a preocupação da população e aceitando-a como legítima, que quer ver o seu problema imediatamente resolvido, que se arrasta há anos a fio, não podem politicamente estar de acordo que se perdoe 1,4 ou 1,5 milhões de euros a quem quer que seja. Isto significa que, chegados a este momento, assumem a responsabilidade de não estarem de acordo com esta proposta de revisão, e, por isso mesmo, lamentam muito que isto tivesse que ter este desfecho.-----
Na opinião que têm a câmara municipal deveria ter estudado outras soluções, não deveria criar aqui uma situação de exceção e de tratamento desigual perante outras situações idênticas, que já foram aprovadas nesta câmara municipal, e que por isso, do ponto de vista político, e obviamente que é uma pessoa de bem, rege-se por princípios de igualdade, de tratamento igual, se aprovar isto que está a querer aprovar vai considerar uma situação de exceção, que o próprio repete, permite ao Sr. Miranda Alves, por exemplo, não pagar entre 1,4 a 1,5 milhões de euros, para além do custo de reconversão da câmara municipal, que só para esta AUGI está calculado em não menos de 1,8 milhões de euros. -----
Dito isto, acreditando que da parte das outras forças político-partidárias não haverá mais vontade para quererem continuar a aprofundar esta matéria, os membros da CDU, lamentavelmente, e infelizmente, são obrigados a dizer que não concordam com a solução, que vai penalizar o interesse público, e não lhes resta outra alternativa que não seja votar contra.-----



O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que se têm de tratar as situações tal qual são, porque, a continuar a seguir o raciocínio que a CDU trouxe, nem daqui a 100 anos se tinha isto resolvido, não há soluções. -----

A Fonte Santa é uma situação completamente díspar do resto das outras AUGI, já referiu que são 700 e tal lotes, há um proprietário que tem 164 ou 161, não tem presente, mas é à volta disso, não há nenhuma situação igual a esta, e quando nos concentramos única e exclusivamente nos interesses das pessoas, então somos capazes de ir mais longe, na capacidade de encontrar as soluções, e esta é uma situação dessas. -----

A CDU não acompanha, respeita-se politicamente, mas as pessoas que estão presentes na sala não entendem, nem o próprio, enquanto presidente da câmara, porque se não se aprovarem estas soluções que estão em cima da mesa, da alteração do regulamento, vão-se penalizar aquelas pessoas, e isso não é justo, pois já há muitos anos que andam à espera de uma solução. -----

Depois, e sinceramente, o Sr. Vereador Nuno Libório que não pense que os membros do Partido Socialista não pensaram, pois pensaram e refletiram. O executivo PS refletiu, e refletiram todos em reunião várias vezes, mas não encontraram uma solução que pudesse conciliar todos os interesses, acolhendo aquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório trouxe. -----

Pensa que há momentos na vida em que se têm de assumir as responsabilidades, esta é uma delas, os Srs. Vereadores tomaram a opção que tomaram, o Partido Socialista vai votar a favor, a Coligação Novo Rumo há de pronunciar-se, e espera, sinceramente, que esta solução seja hoje aprovada e rapidamente se consigam encontrar as soluções que estas pessoas há anos e anos, e há décadas, andam à espera. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que só queria clarificar duas ou três questões, até porque, quanto à questão mais importante, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, já fizeram essa afirmação no momento anterior, em que os interesses das pessoas, os interesses de quem lá mora e os interesses de quem lá construiu a casa, sobrepõem-se a todos os outros interesses. Portanto, irão, objetivamente, votar a favor deste documento, para resolver este problema de uma vez por todas. Votam a favor, mas não é votar a favor de



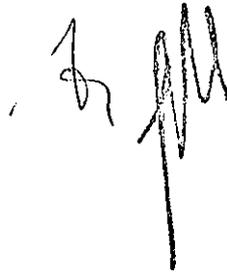
desonerar as responsabilidades do maior proprietário, do tal Sr. Miranda Alves, não tem nada a ver com isso, o senhor vai ter de assumir um conjunto de responsabilidades, tem que as assumir, e a câmara municipal tem que fazer com que ele as assuma. -----

Agora, não deixa de ser interessante que o Partido Comunista Português e a CDU tenham dois pesos e duas medidas, em pouco mais de um mês, aliás, em pouco menos de um mês, e refere-se aos cidadãos de Vialonga, em cima, na ponta de Vialonga, já na fronteira com Bucelas e o concelho de Loures, que é de onde estes senhores e senhoras vêm, que não têm nenhum interesse e nenhum "lobby" a defender. -----

Basicamente o que têm é o fruto do seu trabalho, de anos de trabalho, bastando ver que a maioria destes senhores e senhoras é reformada, mas muitos continuam a trabalhar, e estes senhores não têm nenhum "lobby" para defender, têm o seu interesse, o da sua habitação, que é legítimo, em que o poder político, ao longo dos anos, compactuou, não com a construção da casa deles, mas com quem vendeu esses lotes, que ganhou muito dinheiro à conta dessa brincadeira, e com muitos interesses que foram instalados nas câmaras municipais, que tiraram muito dinheiro a qualquer um dos clandestinos do concelho de Vila Franca de Xira e da Área Metropolitana de Lisboa. Foram advogados, arquitetos, interesses e interessados, milhares de euros, e o próprio nunca viu o Partido Comunista Português preocupado com isto. -----

Mais, há cerca de 2 meses, ou menos de 2 meses, veio à câmara municipal um lote na Malvarosa, que só o lote dá ao proprietário mais ou menos os custos que aqui foram falados do loteamento. Nas contas dos membros da Coligação Novo Rumo são 1,5 milhões de euros de mais-valia, com uma simples aprovação, e o que é que fez o Partido Comunista Português? Lavou as mãos como Pilatos, da Malvarosa, porquê? Porque o construtor daquele lote é um dos grandes construtores deste concelho, e o Partido Comunista Português lavou as mãos como Pilatos. O Partido Socialista votou a favor, os membros da Coligação Novo Rumo votaram contra, o Partido Comunista Português absteve-se e permitiu que o lote fosse aprovado. -----

Há mais, gerou mais de 400 participações na Malvarosa, dos cidadãos, aqueles que estes senhores dizem defender. Disseram que estavam contra, que não estão de



acordo, que querem estacionamento, que aquilo não pode ser, e a câmara municipal aprovou uma mais-valia de um lote, em que o promotor paga, imagine-se, 60 000,00€ de taxas, e qualquer apartamento ali custa mais de 200 000,00€.--- Agora está-se perante um conjunto de cidadãos que há anos caminha para a resolução, e, em vez de aprovarem, agarram-se a um conjunto de conceitos, e não tiveram a mesma prática no caso da Malvarosa, e já não vai buscar outros.----- Aquilo a que se assiste aqui é a quem, verdadeiramente, defende os interesses, e a quem defende as pessoas, foi o que ficou demonstrado, e espera sinceramente que qualquer um dos presentes não diga que os políticos são todos iguais, porque efetivamente não são, e os presentes hoje vão para casa e vêm efetivamente a diferença, de quem defendeu os interesses das pessoas, quem autorizou, por exemplo, a colocação lá de novo da pedreira, e quem não defende efetivamente, no momento certo em que tem que decidir, as pessoas e os interesses das pessoas no local.-----

Depois, só para validar, é bom que se recorra a 1995, no tempo do governo do Professor Cavaco Silva, em que se aprovou uma legislação das AUGI e deu direitos às pessoas que estão presentes. Não foi nenhum governo comunista que aprovou nada disso nem da “gerigonça”, agora têm lá a maioria, podem aprovar tudo o que dizem, mas ver-se-á se vão aprovar. Em 1995, num governo de maioria do Partido Social Democrata, foi aprovada uma legislação que deu direitos a esta população, o que é importante que se diga, não é andar permanentemente a enganar as pessoas, a dizer que se lhes vai resolver o problema, e durante mais de 20 anos que governaram resolveram muito pouco, e andaram a pôr estas pessoas, às vezes, a andarem mais de 1km para irem buscar água, a comerem pó, a não terem autocarros. Isto é que foi a verdade, e é importante que seja dito, para que as pessoas tenham memória e os presentes também.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que esta intervenção do PSD é uma intervenção habitual nas reuniões de câmara. Quando se assiste a este tipo de intervenções, e inicialmente os membros da CDU tinham a dúvida, mas hoje caminham para as certezas, a vereação do PSD não o faz para os vereadores da câmara municipal e para o presidente da câmara, faz para o público, e comporta-se como se estivesse num palco a fazer uma palestra, para pessoas que quisessem



ouvir. É uma questão de estilo, mas é, fundamentalmente, também de conteúdo, porque, para além da vereação do PSD manifestar, sem qualquer tipo de hesitações, uma perturbação qualquer com o Partido Comunista Português, e com a legitimidade democrática que lhe confere as eleições e garante a necessidade, dos seus eleitores, de elegerem e serem eleitos, e de haver outros partidos, naturalmente com outras sensibilidades e outras posições, coisa que parece que insiste em não querer reconhecer, há de facto, da parte desta intervenção, uma tentativa não conseguida de misturar aquilo que não era misturável. -----

Para espanto da CDU veio trazer à colação um processo que não tem rigorosamente nada a ver com a discussão em apreço, o processo Malvarosa. Para informação, quer dos presentes, quer, particularmente, da vereação do PSD, que, ou está distraída sobre aquilo que acaba de dizer, ou não sabe pura e simplesmente aquilo que está a dizer, em primeiro lugar, não foi aprovado nenhum direito de construção até à data. Em segundo lugar, a câmara municipal ainda não se pronunciou sobre o relatório da participação pública. Em terceiro lugar, na posse de todos esses elementos cá estarão os membros da CDU para tomarem as suas posições e assumirão a sua responsabilidade, em função daquilo que, em concreto, resultar da participação pública e de uma análise aprofundada que sempre fazem sobre todos os assuntos. -----

Não aproveitam questões outras para baralhar, porque foi exatamente o que o vereador do PSD fez, uma vez mais, para discutir uma coisa que afeta particularmente a vida dos cidadãos. Mas mais, foi mais longe, tentou mexer com sentimentos. -----

É uma questão de estilo, mas é fundamentalmente uma questão de forma e de conteúdo, no entanto as ações e as palavras não foram dos membros da CDU, responsabilizam aqueles que as proferiram. -----

O Sr. Presidente parece ter alguma pressa para aprovar isto, e também têm essa pressa, gostavam de aprovar isto, sendo que partiu da iniciativa dos mesmos a possibilidade de, nos termos da revisão do regulamento aplicável, em vez de pagar poder ser feita a entrega de lotes, porque a proposta inicial, como o Sr. Presidente se recorda, era pura e simplesmente não pagar. A proposta foi conversada entre os vereadores da câmara municipal em sucessivas intervenções, suscitadas pela CDU,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 059

Reunião de 2016/06/15

Procº NIPG 39580/16

Deliberação nº _____

manifestando a sua preocupação quanto à necessidade da câmara municipal tomar decisões para legalizar aquilo que era sua competência legalizar.-----

O Partido Socialista acolheu uma das propostas que fizeram, mas houve outra proposta que não acolheu, e está por provar que do ponto de vista jurídico essa proposta fosse desprovida de fundamento, que é, e que lhe perdoem os presentes, porque não há nada contra ninguém em particular, mas pela dimensão é difícil não se confrontarem com esta realidade, o facto do Sr. Miranda Alves ter a dever à câmara municipal 1,4 ou 1,5 milhões de euros. -----

Por que razão a câmara municipal não avaliou a possibilidade de um plano de pagamentos? Por que razão é que, para este concidãdo, que representa um sem número de lotes, é feito um tratamento diferente que é, por exemplo, feito a todos os outros da própria AUGI? -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Nuno Libório se está a repetir.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, respondendo que não se está a repetir, está a justificar exatamente porque é que a câmara municipal não pode lavar neste equívoco e, pior do que isso, é criar uma aparente imagem de que, ou é assim ou não é nada. Não têm esse entendimento, e lamentam muito profundamente que o Partido Socialista se recuse a defender o interesse da população, protegendo exatamente até o próprio orçamento da câmara municipal, porque cá estarão depois para assumir essa responsabilidade, e ver quem vai pagar os tais 1,4 ou 1,5 milhões de euros, se as escrituras não forem feitas em tempo útil. O Sr. Presidente sabe quem será? São todos, com o seu dinheiro, com o dinheiro da câmara municipal, e isso é profundamente injusto, para não dizer errado do ponto de vista do tratamento do princípio de igualdade a que uma câmara municipal deveria estar sujeita.-----

Portanto, o que diz ao Sr. Presidente é que não vale a pena, sinceramente, vir acenar a "bandeirinha" de que está muito interessado em resolver o problema das pessoas, no mínimo está tão interessado em resolver o problema das pessoas, e melhor, para resolver um problema das pessoas deveria acautelar que todas as medidas aprovadas por esta câmara municipal são medidas que não beneficiam nem discriminam pessoas, são medidas justas, que é aquilo que, se isto for



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 060

Reunião de 2016/06/15

Proc.º NIPG 39580/16

Deliberação nº _____

aprovado, acabará por não acontecer.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há duas formas de encarar, os que querem resolver e os que não querem resolver, e o Partido Socialista quer resolver, naturalmente não sozinho, pois só são 5 membros, as outras forças políticas têm 6 membros, e se não houver mais alguém que o acompanhe, este processo não é aprovado. Contudo, já ouviu que a Coligação Novo Rumo também o acompanha, e ainda bem, sendo que, o que diz mais uma vez, de facto o executivo PS ponderou muito, verificou isto por vários ângulos e, ao contrário do que é dito, o Sr. Miranda Alves vai ter que pagar aquilo que tem de pagar em termos de infraestruturação, vai ter que pagar 1,4 milhões de euros em termos de infraestruturação.-----

É bom que se diga que o Partido Socialista, quando iniciou este processo, tinha 43 AUGI por resolver, neste momento faltam resolver 13, e provavelmente em agosto vêm a reunião mais 2 para resolver, o que quer dizer que ficam a faltar 11. Dessas 11, em 5 não há comissão, não há interlocutores, logo ter-se-á que saber, ou através de uma alteração legislativa, ou de outra forma jurídica que se está a analisar, o que se vai fazer àqueles espaços, àqueles territórios. Assim, em boa verdade, o que falta resolver desta caminhada de 43 AUGI, de alguns milhares de lotes, são 6.-----

A grande dificuldade que se tinha entre mãos era justamente a Fonte Santa, porque é a maior de todas, em conjunto, provavelmente, a AUGI da Fonte Santa corresponde a 60% ou 70% das AUGI, em termos de dimensão, que se têm, pelo que o executivo PS teve de encontrar uma solução, a solução possível e a mais equilibrada, mais sensata, que encontrou no desenvolvimento deste processo.-----

A CDU tem um outro pensamento e fica agarrada a determinados conceitos, que nada resolvem. Pede desculpa ao Sr. Vereador Nuno Libório, com todo o respeito por aquilo que disse, mas quer-lhe dizer que, como já referiu anteriormente, em determinados momentos se não se tiver a coragem de tomar as decisões, só se estão a prejudicar as pessoas, e o dever da câmara municipal é proteger as pessoas.-----

Portanto, o que lhe diz, enquanto representante da CDU, é que as pessoas que estão presentes querem é transmitir aqueles lotes aos seus familiares mais diretos um dia, com o problema já resolvido.-----




Recebe muitos “e-mails”, muitas queixas, muitas reivindicações, é impossível não estar atento e não tentar resolver, e hoje vai-se resolver. Os Srs. Vereadores têm a posição que têm, como diz, é respeitável, mas isso não conduz à resolução desta questão. -----

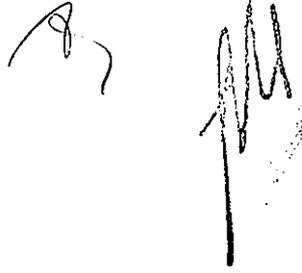
Procurar-se-á depois avançar com a infraestruturização da Fonte Santa, no que diz respeito, numa primeira fase, a toda a zona onde passam os transportes públicos, uma determinada coroa circular que existe, estando-se a trabalhar nesse processo. Por fim, quer dizer aos presentes a satisfação que o executivo PS tem de hoje ter conseguido encontrar uma solução. Não é, como sabem, uma solução unânime, mas é uma solução que vai permitir resolver os problemas que há muito reclamam, justamente, que fossem resolvidos. -----

Assim sendo, colocou os pontos à votação, perguntando quem vota contra o ponto 8 e quem vota a favor, concluindo que é aprovado por maioria. -----

Quanto ao ponto 9, questionou quem vota contra e quem vota a favor, concluindo que é aprovado por maioria, com os votos do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo. -----

Prosseguiu, dizendo que tanto o ponto 8 como o ponto 9 são votados com os votos contra da CDU, e se as pessoas presentes da Fonte Santa se quiserem retirar, que façam o favor, e agora vai-se trabalhar no seguinte. Podem contar, como sempre, com a equipa que os tem ajudado ao longo deste processo, o urbanista Ricardo Ramalho e a Eng^a Carla Alcobia, sobretudo, para depressa se cumprir o prazo que está estabelecido, e resolver esta situação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ESPECÍFICO DE RECONVERSÃO DO LOTEAMENTO CLANDESTINO FONTE SANTA - VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 92/16, de 07/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da alteração ao regulamento específico de reconversão do loteamento clandestino Fonte Santa, na freguesia de Vialonga, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 92/16, de 07/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, e regulamento específico de reconversão, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 8 da ordem do dia. ----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2016 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/16, de 07/06, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 4ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2016.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/16, de 07/06, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que nesta alteração vem o valor de 92 500,00€, de intervenção nas escolas de Povos e de Arcena, e os membros da CDU gostariam que fosse desenvolvido, gostariam de saber que obras são. -----
Depois, quanto à requalificação do espaço público, projetos, há 60 000,00€, e questionam que projetos são e para quê.-----
Por fim, há a anulação de uma verba, de parques e jardins, de 73 500,00€, em que questionam qual a razão, se foi para compensar as outras ou se há alguma justificação. -----
Não vai dizer que se vão pôr em causa os parques e os jardins, mas gostariam de saber sobre estas três questões. -----
Respondeu o Sr. Presidente que as questões vão ser respondidas, numa parte inicial, pelo Sr. Vereador António Félix, e depois, de uma forma mais fina, relativamente à questão da educação, pelo Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 066

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes e referindo que, quanto aos projetos, é uma série deles, nomeadamente a adaptação do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana para a assembleia municipal, e também uma intervenção no centro cultural do Bom Sucesso. Basicamente são estes dois, para além de alguns que têm a ver com a reabilitação do parque escolar, sendo pois o somatório de uma série de projetos.-----

A outra verba que é referida, e que é uma diminuição, trata-se de uma regularização, e não tem nada de especial.-----

Relativamente às obras, o Sr. Vice-Presidente vai responder.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dando conta que, quer a escola de Povos, quer a escola de Arcena, têm tido nos últimos anos uma intervenção bastante grande na parte edificada, nos edifícios propriamente ditos, e chegou agora a altura de proceder também à intervenção no espaço público.-----

Portanto, a expectativa que se tem nas obras de verão deste ano é intervir na zona dos recreios, quer da escola de Povos, quer da escola de Arcena, e esta alteração vem no sentido de reforçar e permitir esses trabalhos.-----

Neste mandato, sobretudo, as obras que se têm vindo a fazer durante o período de verão têm tido cada vez maiores dimensões, e este verão ir-se-á também proceder à substituição de um conjunto de equipamento e mobiliário em várias escolas. Daí, não só se tinha mais verba já prevista no plano este ano, como se encontrou aqui solução para reforçar essas verbas, e realizar mais intervenções de qualificação das escolas durante este período de verão.-----

Perguntou o Sr. Presidente ao Sr. Vereador Aurélio Marques se ficou esclarecido, ao que este respondeu afirmativamente.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 067

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº 387

1. Assunto: ACORDO PARASSOCIAL NO ÂMBITO DA VALORSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS REGIÕES DE LISBOA E DO OESTE, SA-----

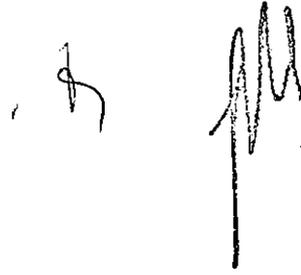
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação, datada de 06/06, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, para aprovação da minuta do acordo parassocial no âmbito da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação, datada de 06/06, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando ao Sr. Presidente se não quer fazer nenhuma apresentação.-----
O Sr. Presidente interveio, dizendo que pensa que daquilo que já se falou várias vezes e do documento em si, as questões estão todas muito claras, e só dará duas notas, que efetivamente houve várias reuniões, no sentido dos municípios, nomeadamente o de Vila Franca de Xira, desenvolver sobre aquilo que pensa que seriam as obrigações da Valorsul para com o município de Vila Franca de Xira.-----
Nesse sentido, nas reuniões, algumas bastante duras, foi possível encontrar soluções, que do ponto de vista do executivo PS beneficiam claramente os interesses do município, sendo que, no que diz respeito ao anterior acordo parassocial, que nunca foi reconhecido enquanto tal, essas matérias não estavam consagradas.-----
De modo que há uma anuência de princípio de todos os municípios que fazem



parte da Valorsul, se bem que aquilo que sempre se disse é que, obviamente, não se ia assinar o acordo parassocial, como julga que alguns terão feito, sem que esta matéria tivesse que vir a reunião de câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. Só depois é que se estaria em condições de subscrever finalmente este acordo parassocial, que o executivo pensa que é uma boa solução. -----

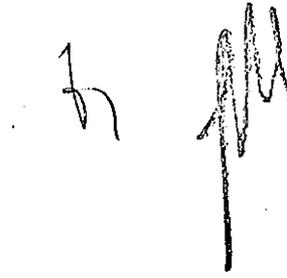
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo-se ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores presentes, apresentando uma declaração de voto dos membros da CDU, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, dizendo que a Valorsul, desde a sua criação, desde sempre que teve um acordo parassocial, que obrigava a que os acionistas, quer quanto à composição dos órgãos sociais dessa empresa, multimunicipal, quer quanto à salvaguarda do interesse particular dos municípios, tivessem consagrados direitos e proteções jurídicas no sentido, por exemplo, de precaver situações como a ampliação de unidades existentes ou a construção de novas unidades da empresa. Este acordo sempre foi respeitado por todos os acionistas, o que permitiu que ao longo de muitos anos a empresa Valorsul tivesse sido gerida com equilíbrio, e também tendo em conta o interesse dos municípios acionistas, onde se inclui Vila Franca de Xira. -----

Todavia, durante o processo que foi o da privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, e por consequência da Valorsul, como sistema multimunicipal, o anterior governo PSD e CDS, através do seu ministro do ambiente, deu indicações para que o acordo parassocial não fosse respeitado pelo acionista maioritário, o Estado português, alegando que este não se encontrava assinado. -----

São conhecidas as posições políticas e jurídicas tomadas pelos municípios, nas quais se incluiu, na dianteira também, o de Vila Franca de Xira, para impor o respeito pelo cumprimento desse acordo parassocial, que vigorava na empresa. -----

Esta posição e orientação do anterior governo teve fundamentalmente como objetivo dificultar a ação dos municípios contra a privatização da Valorsul, já que o acordo parassocial tinha diversas cláusulas que permitiam aos municípios desenvolver essa luta no campo institucional de forma mais consequente. -----

A proposta que hoje está presente para decisão dos vereadores mantém, no essencial, os pressupostos que regeram os acordos anteriores, devolvendo aos



municípios direitos já anteriormente consagrados, e algumas novas cláusulas das quais a CDU gostariam de destacar: -----
Existência de uma comissão executiva com efetivos poderes de gestão; -----
Funcionamento coletivo e participação a tempo inteiro dos municípios; -----
Manutenção da autonomia e capacidade técnica da empresa, incluindo em recursos humanos; -----
Obrigatoriedade de uma nova maioria ou de uma maioria qualificada, incluindo a maioria dos municípios, para decisões estratégicas, tais como o plano de investimentos, orçamentos anuais, investimentos a partir de 5 milhões de euros ou as decisões sobre o aumento da capacidade das instalações; -----
Obrigatoriedade de uma maioria qualificada para aprovar fusões, aquisições ou entrada de outros sistemas para o tratamento da Valorsul; -----
Criação e localização de novas instalações ou alterações significativas nas existentes só com o acordo obrigatório do município em que estejam sediadas, e a necessitar também de maioria qualificada; -----
Manutenção, nos municípios que assim entenderem conservar esse serviço, da recolha seletiva, e é importante ressaltar que o caderno de encargos apontava para a entrega de tudo à Valorsul privada, privatizada ou reprivatizada; -----
Cumprimento de compromissos assumidos anteriormente pela empresa, relativos a investimentos, e várias questões em cada município, onde se incluem os que são devidos a Vila Franca de Xira; -----
Consideração de verbas acumuladas pela empresa, consagrando a distribuição conforme a estrutura acionista; -----
Por fim, a consagração, no acordo parassocial, do cumprimento e respeito pelo atual acordo da empresa em vigor, defendendo os direitos dos trabalhadores da Valorsul. -----
Assim, perante o exposto, os vereadores da CDU reiteram a sua posição de que os municípios devem manter-se unidos na luta pela reversão desta privatização, obrigando assim o atual Governo ao cumprimento de um compromisso eleitoral, que se prepara para não cumprir, escudando-se em questões legais, quando tem todas as condições políticas para concretizar a reversão desta privatização, muito negativa para os municípios e para as populações. -----

Consideram ainda que a adoção deste acordo parassocial possibilita aos municípios prosseguirem com uma posição institucional mais reforçada, em conjunto com as populações, com os trabalhadores da Valorsul, a luta política e jurídica pela reversão do processo de privatização, e pela anulação do brutal aumento de tarifas dos resíduos sólidos urbanos imposto pelo governo PSD/CDS.-----
Dito isto, os membros da CDU votam a favor da proposta de acordo parassocial. ----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que está espantado, está absolutamente espantado, depois desta declaração toda, de terem “metido no saco” tudo o que andaram a dizer sobre a privatização da EGF, tudo, “meteram tudo no saco”, disseram tudo, agora dizem que votam a favor deste acordo parassocial. Votam a favor deste acordo porque os seus camaradas lhes disseram que têm de votar, a Câmara Municipal de Loures e outras, e já disseram: “Bem, vamos lá continuar a falar aqui na reversão da EGF, mas a verdade é que isto não é para reverter coisa nenhuma, e votem lá a favor”.-----
É a esquerda no seu melhor, a extrema-esquerda no seu melhor.-----
Quanto à reversão da EGF, diz ao Sr. Vereador o que lhe disse em reunião de câmara, quando fez um folclore, porque é o Sr. Vereador que traz folclores sem consequência. O Sr. Vereador Nuno Libório trouxe um folclore há umas reuniões, que era a favor da EGF, privatização, reprivatização, voltar atrás, e o próprio volta-lhe a dizer que o governo anterior foi muito mau, cheio de fascistas, gente má, e a verdade é que o povo voltou a votar no Dr. Passos Coelho, não votou no Partido Comunista, que até ficou lá atrás, muito atrás, atrás do Bloco de Esquerda.-----
O que lhe quer dizer é que neste momento o Sr. Vereador Nuno Libório tem um Governo, do qual faz parte, que é maioritário, portanto tem condições, no Governo, para lhe dizer: “Olhe, ou reverte a privatização, ou nós retiramos o apoio ao Governo”. Não retira, e o Sr. Vereador sabe porquê? -----
É porque para o Sr. Vereador os transportes e a preservação dos sindicatos dos transportes é mais importante. Não são os transportes, é a preservação do sindicato dos transportes, que é mais importante que o interesse das pessoas ou aquilo que os Srs. Vereadores andaram a dizer da EGF e da privatização.-----
Portanto, o que diz aos seus amigos, mais uma vez, é que não foi o Dr. Mário Soares que “meteu a esquerda na gaveta”, os Srs. Vereadores meteram a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 073

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

esquerda, meteram os princípios, meteram tudo, tudo o que andaram a dizer durante 40 anos está na gaveta, porque estão no Governo e não alteram coisa nenhuma. -----

Isto deve ficar para os anais da história, do que é que andaram a dizer, e ainda há uns dias disseram da EGF, fazem esta declaração, e no fim dizem, "voto a favor".---
Portanto, é absolutamente extraordinário aquilo que se diz, muitas vezes na oposição, inclusivamente das tarifas. Se as tarifas são assim tão más, como toda a gente reconhece que são, têm maioria, porque é que não alteram as tarifas? Porque é que não mudam as tarifas? Porque é que não dizem aqui que o Partido Comunista Português vai pôr uma proposta de lei no Parlamento, que se o Partido Socialista não aceitar está em causa o acordo da esquerda, porque é uma coisa importante para o povo português? Não diz, porque não é importante, porque acabou por "meter na gaveta". -----

De facto é absolutamente extraordinária esta situação a que aqui se assiste, e não deixa de ser magnífico e interessante avaliar isto até ao fim, todos estes grandes princípios propalados durante 40 anos, e em pouco mais de 6 meses todos guardados em baixo, num crematório, que é para ver se a "malta" se esquece rapidamente do que andaram a dizer durante 40 anos. -----

Interveio o Sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório, que pediu a palavra, pedindo-lhe que seja sucinto, se possível. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que não vai voltar às questões que o Sr. Presidente entende que o próprio deva voltar, era o que mais faltava sentir-se condicionado, antes pelo contrário, sente-se é muito estimulado a dar-lhe informação, para que possa ter uma presença mais tranquila, e é também um objetivo dos membros da CDU garantir a tranquilidade dos vereadores na câmara municipal, dando-lhes informações úteis. -----

A primeira informação útil que queria prestar à vereação do PSD, porque o Sr. Vereador Rui Rei não sabe, e pelos vistos teima em não querer aceder a essa informação, é que o processo de privatização, de alienação de uma empresa pública que gerava dividendos financeiros para o município, calculados, à época, mais ou menos 2 anos, num encaixe na ordem de pelo menos 800 000,00€ a mais de 1 milhão de euros anualmente, de destruição de um serviço público que era



eficiente, que garantia um serviço relevante às populações e até gerava lucro para os seus acionistas, foi decidido pelo seu partido.-----
Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando como é que o próprio votou.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que está claro, aqui é o PSD de Vila Franca de Xira, há outro PSD noutra sítio qualquer, está muito bem. -----
Continuou, dizendo que esse processo privatização foi decidido exatamente pelo governo do PSD, contestado desde a primeira fase e na primeira linha pelos municípios, onde se incluiu o de Vila Franca de Xira.-----
Mais grave ainda foi que o governo PSD/CDS criou um obstáculo complicadíssimo para o município de Vila Franca de Xira, que se dispôs a travar uma luta jurídica, entre outras, e, verdade seja dita, apoiado por outros municípios, dizendo que não existia acordo parassocial. A questão de fundo é esta, é que com essa orientação dada pelo anterior governo criou-se um obstáculo técnico-jurídico no campo do diferendo e da disputa judicial, prejudicando o interesse do país, claramente, porque o governo do PSD e do CDS, obstinado como era, só tinha como função destruir e vender aquilo que era serviço público e era fundamental para o país. Como se não bastasse essa decisão, ainda encontrou mais esta outra perturbação, foi dizendo que o acordo parassocial nunca poderia ser respeitado, o que levou a que, depois, no campo político-jurídico as coisas se complicassem da forma como todos hoje as reconhecem.-----
O mais grave no meio disto tudo, e pensa que, uma vez mais, a vereação do PSD, naquela ânsia de “bater em tudo o que mexe”, e querer explorar tudo aquilo que lhe aparece à frente, ou não ouviu, ou não quis ouvir a declaração política da CDU, é que os seus membros estão contra a privatização. No campo legislativo, incluindo na discussão político-partidária na Assembleia da República, e ao nível do município de Vila Franca de Xira, exigem que o Partido Socialista, que tem todas as condições, quer políticas, quer legislativas, para levar a efeito a revogação da privatização da EGF, o faça. Exigem que o Partido Socialista reverta o processo da privatização.-----
O PSD também defende o mesmo? Duvida, ou vêm-lhe dizer que o PSD de Vila Franca de Xira defende isso e o PSD, lá noutra sítio qualquer, defende outra coisa? Duvidam que o PSD acompanhe o PCP, se houver uma medida para votar, no



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 073

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

sentido de revogar a privatização, mas estão na dúvida, e o Sr. Vereador Rui Rei que diga que o PSD vai alterar o seu sentido de voto. -----

A segunda questão é que, tendo esta condição, que para os membros da CDU é obrigatória, que é a posição de reversão da privatização ter que ser decidida pelo Governo do Partido Socialista, neste momento, se não se estiver dentro do acordo parassocial, com a possibilidade que ele confere, caso seja aprovado pelo municípios, de, por exemplo, em decisões tão relevantes como a da ampliação de unidades, a sua modificação em termos de localização, e os investimentos, que são devidos ao município, deixa-se de ter capacidade de intervenção.-----

Sabe quem é que manda? É a Mota-Engil, a SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA. É isso que o Sr. Vereador Rui Rei propõe? Se calhar é, porque foi o PSD que aprovou o processo de privatização, e se calhar agora até está de acordo que os municípios não façam parte deste acordo parassocial, para não terem nenhuma capacidade de intervenção. Provavelmente é isso que está na mente do PSD, mas não é aquilo que está na mente dos membros da CDU, que, não estando de acordo com este processo, e irão lutar até ao fim para o reverter, porque é gravoso e danoso, contra todos os interesses, não abdicam de ter uma posição institucional na nova composição societária. Esta é que faz diferença, é a responsabilidade de quem está no processo e de querer intervir diretamente sobre ele. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo para intervir, só para um esclarecimento, pois tentou aprender alguma coisa, e agora só queria dar duas informações.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo então ao Sr. Vereador para o fazer, rapidamente.-----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando ao Sr. Vereador Nuno Libório quem era o representante da Câmara Municipal de Loures na Valorsul, e respondendo que era o vereador do PSD, eleito na Câmara Municipal de Loures, que suporta a governação do Partido Comunista. Afinal parece que há vários PSD, não é? Tem graça, tem piada, e é mais ou menos igual ao que agora está no Governo, o Partido Comunista, que está no Governo, que teima em fazer de conta que não está, mas está, está no Governo. -----

Portanto, quem era o representante da Câmara Municipal de Loures? Ao Sr.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 074

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Vereador Nuno Libório custa-lhe dizer o nome? O vereador do PSD na Câmara Municipal de Loures estava lá, nomeado pelo camarada do Sr. Vereador, Bernardino Soares. Portanto, uma parte do que o Sr. Vereador esteve a dizer, 80% do que esteve a dizer, caiu logo, e o Sr. Vereador Nuno Libório é que veio fazer um espetáculo difícil. -----

Agora o que lhe diz é que vem todo cheio de defensor das questões do Estado, um Estado que vende a preço de saldo o British Hospital por 16 milhões de euros, com desconto de 30%. O que é que o Sr. Vereador Nuno Libório tem a dizer? Tem zero. - Os camaradas do Sr. Vereador apoiaram e apoiam tudo isto, e o que lhe quer dizer é que não têm legitimidade, nem nenhuma moral para reprivatizarem, porque, na realidade, não o querem fazer. Se quisessem fazer, têm maioria no Parlamento para mudar, para baixar as taxas, não precisam do PSD nem do CDS, da mesma forma que aconteceu na anterior legislatura, em que a maioria era do PSD e do CDS, que não precisava do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. Neste momento a maioria de esquerda pode baixar as taxas que tanto reclamam, pode rever a privatização que tanto reclamam, e pode fazer isso tudo. Sabe o Sr. Vereador Nuno Libório porque é que não faz? É porque não querem fazer, estão a fazer de conta, fazem sistematicamente de conta, porque naquilo que lhes interessa o Partido Socialista cedeu e já cedeu várias vezes.-----
Portanto, o que diz é que os Srs. Vereadores só estão a fazer um jogo do faz de conta, e o Sr. Vereador pode levar lá para casa, falar com o comité central e dizer exatamente isto. É um jogo do faz de conta, e o Sr. Vereador Nuno Libório fez hoje um papel que é exatamente diferente do que fez há um mês e pouco atrás, quando trouxe também a privatização da EGF. O que é que votou o PSD desde o primeiro dia? Como é que votou o PSD desde o primeiro dia nesta câmara municipal? Como é que votou a proposta que o Sr. Vereador Nuno Libório apresentou nesta câmara municipal? -----

Os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor, e disseram ao Partido Socialista que tinham mudado de opinião. É assim, coisa que o Sr. Vereador Nuno Libório não consegue fazer, porque não se consegue impor aos seus camaradas, e não consegue dizer aos seus camaradas de Lisboa e de outros que o caminho que eles querem é mau para Vila Franca de Xira, porque o que manda, a Soeiro Pereira

Gomes, é superior ao que defendem os camaradas de Vila Franca de Xira. -----
Isto é uma verdade, e tem que ser dita, porque é mentira o que os Srs. Vereadores dizem, que querem reprivatizar. É zero. Proponham no Governo!-----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que vai terminar este ponto, dizendo que o município de Vila Franca de Xira, como está livre, como nunca teve nenhum representante na Valorsul a auferir fosse o que fosse, foi sempre "pro bono", está absolutamente à vontade para dizer o que bem entende, não tem o "rabo preso", como se costuma dizer, relativamente a esta matéria. Inclusivamente, na última assembleia-geral, através da sua pessoa, foi o único que votou contra alguns pontos da ordem de trabalhos. Por isso mesmo é que diz que, para si, enquanto presidente da câmara deste município, o que lhe interessa são justamente os interesses do município, nada mais. Já o disse várias vezes, e espera que os Srs. Vereadores façam o favor de acreditar. -----
Os factos são os factos, e quando chega a altura vê-se como é o comportamento de cada um. De facto, o executivo PS bateu-se pela necessidade de alterar aquilo que estava previsto inicialmente, que era ter um diretor-geral e já não era preciso comissão executiva. Entendeu que a comissão executiva devia existir, e felizmente que houve a capacidade de criar a comissão executiva e resolver um dos grandes problemas que o município reivindicou. -----
Também incluiu uma série de matérias que estão neste acordo parassocial, e pensa que os interesses do município foram suficientemente salvaguardados, muito tendo em consideração as questões que têm a ver com o aterro sanitário do Mato da Cruz. -----
O Partido Socialista esteve contra a privatização, alinhou na questão das ações que ainda estão em desenvolvimento, algumas das quais não tiveram provimento, no que diz respeito à reprivatização da Valorsul, de modo que a justiça tem que fazer o seu caminho, mas a justiça determina, e a partir daí, contrariados ou não, e mesmo que os pontos de vista que se têm não tenham vencimento, o que tem que se fazer é trabalhar com os municípios, juntamente, como diz o Sr. Vereador Nuno Libório, unidos naquilo que são os interesses dos mesmos, e trabalhar também com a empresa que hoje está a gerir a Valorsul e a EGF, considerando, como aliás já se teve oportunidade de referir, que a Valorsul é um sistema que não pode estar



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A
M

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 077

Reunião de 2016/06/15

Procº nº 02/16 APRV.AD.CM.

Deliberação nº 388

1. Assunto: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 243/16, de 03/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para autorização da escolha e do início do procedimento de ajuste direto, por critério material, ao abrigo do Acordo Quadro, celebrado pela CCE – AML – Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa, da respetiva despesa, bem como da constituição do júri e aprovação das peças concursais, referentes ao fornecimento de combustíveis rodoviários, e remessa à assembleia municipal para autorização da abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 243/16, de 03/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 078

Reunião de 2016/06/15

Procº 2/16 APRV.AD.SJ

Deliberação nº 389

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE UM AUTOCARRO DE 50 LUGARES PARA O MUNICÍPIO – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 117/16, de 15/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para autorização da escolha e do início do procedimento, da respetiva despesa, bem como da constituição do júri e aprovação das peças concursais, referentes à aquisição de um autocarro de 50 lugares para o município, e remessa à assembleia municipal para autorização da abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 117/16, de 15/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 37/16, de 07/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para remessa à assembleia municipal com proposta de nomeação da empresa Tocha, Chaves Associados, SROC, Lda, como auditor externo responsável para a certificação legal de contas da câmara municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, dos anos de 2016 e 2017.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 37/16, de 07/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata → 080

Reunião de 2016/06/15

Procº 30/16 DOVSM-EMP

Deliberação nº 391

1. Assunto: REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, SISTEMA DE AVAC E TELECOMUNICAÇÕES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALVERCA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL.-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 647/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, para autorização da escolha e do início do procedimento de concurso público, com o preço-base de 198 000,00€, acrescido do IVA, e o prazo de execução de 150 dias, bem como aprovação das peças do procedimento e da designação do júri e do perito, referentes à empreitada de remodelação das instalações elétricas, sistema de AVAC e telecomunicações da biblioteca municipal de Alverca, e remessa à assembleia municipal para autorização da abertura do procedimento, nos termos do disposto no nº 1, em conjugação com o nº 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, e autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 647/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que os membros da CDU estão de acordo com estas obras, e chamam à atenção para a necessidade, que até vem sendo colocada, de ponderar ou ver da hipótese, não dirá a médio ou curto prazo, tendo em conta o investimento que está a ser feito neste momento neste espaço, mas no futuro, de procurar um outro espaço, com outra dignidade, considerando, como é evidente, o montante de investimento que está a ser feito, e a necessidade do espaço, pois não é isso que está em causa.-----



Estão de acordo, mas solicitam que se possa ponderar ou pensar, no futuro, na criação de um outro espaço para a instalação desta biblioteca de Alverca. Deixam esta nota, neste sentido, mas estão de acordo. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com as obras, que já deveriam ter sido feitas há 2 anos, no mínimo, pois o que se passa hoje em Alverca é absolutamente inaceitável, com ventoinhas e tudo o resto lá colocado, na maior cidade do concelho, com a maior necessidade de serviços ligados às bibliotecas e à cultura. Tem-se este ponto de situação na biblioteca, pelo que as obras devem ser feitas o mais rapidamente possível, e resolvido o problema. -----

Não é de hoje que dizem, é de há muitos anos a esta parte, ainda do tempo do Partido Comunista, que não é aceitável que uma biblioteca esteja naquelas instalações, sendo que a câmara municipal chegou a pagar milhares de euros de condomínio para que a biblioteca ali estivesse naquele centro comercial. É o centro comercial que precisa da biblioteca, não é a biblioteca que precisa do centro comercial, têm que se repor as coisas no seu devido lugar, e a biblioteca já deveria ter saído daquele espaço há muito tempo. Se se forem avaliar os milhares de euros que se gastaram em condomínio naquela biblioteca, seguramente já se teria construído um espaço de raiz para a Biblioteca Municipal de Alverca do Ribatejo. ---

Há menos de 2 anos disseram, em reunião de câmara, que umas das possibilidades seria a das vivendas que existem em Alverca, da OGMA, poderem vir a ser utilizadas para o espaço da nova biblioteca, um espaço diferente, que incluísse a biblioteca e espaços de empreendedorismo para os jovens e não só. Disseram-no, trouxeram inclusivamente uma proposta, e quiseram discutir o assunto. -----

Portanto, há coisas que deviam ser efetivamente uma prioridade, e o caso da biblioteca de Alverca é paradigmático, de uma solução que tem de ser encontrada, uma solução definitiva para futuro, porque o espaço que tem neste momento no centro comercial, do ponto de vista que têm não se justifica, e não serve os interesses dos munícipes, não serve o centro comercial, não serve nada, e deveria servir, noutro espaço, os cidadãos de Alverca do Ribatejo. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando conta da importância deste procedimento em concreto para a resolução de um problema que nem sequer foi a câmara



municipal que gerou. Como se sabe, esta questão colocou-se por uma decisão do próprio condomínio do centro comercial, que acabou por afetar esta infraestrutura na parte da biblioteca. São pois decisões externas, e depois a câmara municipal fica afetada por elas, e, como são instalações já bastante antigas, de facto obrigou a um projeto algo complicado e complexo, e por isso também é que estas obras têm esta dimensão. -----

Sob o ponto de vista do futuro, a médio e longo prazo, o Partido Socialista está sempre aberto ao alargamento e à criação de novas condições para equipamentos culturais, e aliás tem feito isso ao longo do concelho todo e pretende continuar a fazer nos próximos anos e nos próximos mandatos, num conjunto de equipamentos em que, naturalmente, a questão da biblioteca de Alverca em concreto está também em cima da mesa.-----

Depois, provavelmente, um futuro equipamento desta natureza ou outros de âmbito cultural que também se têm em cima da mesa e se têm vindo a discutir, poderiam, eventualmente, se o Portugal 2020 tivesse sido vocacionado para esta área cultural, ter sido colocados neste processo. Como se sabe, o Portugal 2020 apenas agora está a abrir as candidaturas, já vai com 2 anos e meio de atraso, mas esta área cultural ficou completamente fora das prioridades governativas nacionais até 2020. -----

Tem alguma esperança que no âmbito da renegociação que possa vir a ser feita haja alguma janela de oportunidade, e se houver, como se sabe, a câmara municipal está sempre na "crista da onda" no que toca ao aproveitamento dos fundos comunitários, e pode aí gerar alguma possibilidade de financiamento que permita uma decisão mais profunda.-----

Hoje, e neste ponto em concreto, o que é realmente importante é que finalmente vai-se conseguir resolver um problema que não foi a câmara municipal que gerou, mas que finalmente está a conseguir resolver. -----

Interveio o Sr. Presidente, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 083

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.003.

Deliberação nº 392

1. Assunto: ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2016/2017 – COMPROMISSO DE VERBAS E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 245/16, de 27/05, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas a transferir para as entidades promotoras, no âmbito das atividades de animação e apoio à família na educação pré-escolar, ano letivo 2016/2017, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 245/16, de 27/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 03/007H Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 13503/2009, de 27 de maio.-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
O Sr. Presidente interveio, solicitando ao Sr. Vice-Presidente que fizesse a apresentação dos pontos 11 a 22, mais o 24, para os Srs. Vereadores depois, naturalmente, colocarem questões ponto a ponto sobre alguma matéria que suscite alguma necessidade de esclarecimento. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que fará uma apresentação breve sobre estes 12 pontos, que representam uma parte do pacote da educação para o próximo ano letivo, que ronda os 3,8 milhões de euros nas suas diversas vertentes. Não pode deixar, porque se está agora a iniciar o período de férias, de aproveitar para saudar os alunos, os professores, o pessoal não docente, as associações de pais e os restantes parceiros da comunidade educativa, nomeadamente as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social e as coletividades, que com a câmara municipal e com o pessoal da Divisão de Educação contribuíram para mais



um ano letivo cheio de projetos e atividades ao longo do concelho.-----
Foi um ano em que houve uma fortíssima redução nos horários duplos do 1º ciclo, que hoje são completamente residuais no concelho, que resolveram totalmente o problema de horários duplos que até este ano subsistiam, por exemplo, na freguesia do Forte da Casa, e passou tudo a horário normal, ou no Sobralinho, em que foi inaugurada a nova escola construída pela câmara municipal. -----
Foi um ano em que a câmara municipal ofereceu os manuais escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo e passou a suportar integralmente os custos com o prolongamento de horário do pré-escolar para as crianças carenciadas, na sequência aliás da negociação havida para a elaboração dos planos de atividades e orçamento com a Coligação Novo Rumo, fruto da disponibilidade e do rigor da gestão financeira que o Partido Socialista tem tido na câmara municipal.-----
Foi um ano em que se alargou a pareceria com as IPSS do concelho no apoio aos refeitórios escolares ao longo de todo o concelho, depois da experiência que se tinha desenvolvido no ano letivo anterior na freguesia da Póvoa de Santa Iria, que se estendeu ao concelho inteiro, permitindo sustentadamente ir reduzindo o número de pessoas com contrato CEI – Contrato Emprego-Inserção, a apoiar os refeitórios, que é aliás um caminho que consta deste pacote que hoje vem para votação.-----
Foi um ano em que arrancou a construção da nova escola básica nº 2 em Vialonga, com o acolhimento de todos os alunos que lá estavam com qualidade nas instalações do Ninho de Empresas, que funcionou como escola durante este ano letivo. -----
Foi também um ano importante porque foi o ano em que se concluiu a remoção completa das coberturas de fibrocimento com amianto em todas as escolas do concelho da responsabilidade da câmara municipal e em que se aumentou exponencialmente também as verbas investidas nas obras no período de verão nas diversas escolas. -----
Este é o caminho que se continuará a trilhar, na sequência do que o executivo tem vindo a negociar com as forças políticas presentes na câmara municipal, nomeadamente a Coligação Novo Rumo, e é essa a filosofia e o caminho que tem neste pacote da educação para 2016/2017. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 085

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.003.

Deliberação nº _____

Continuar-se-á a investir no parque escolar e no pré-escolar, inaugurar-se-á a nova escola nº 2 de Vialonga, por exemplo, e proceder-se-á ao “upgrade” do mobiliário e equipamento em diversas escolas. -----

A câmara municipal oferecerá os manuais escolares do 2º ao 4º anos, e, num dos pontos sobre esta matéria, é presente a verba necessária para oferecer as fichas de trabalho aos alunos do 1º ano, uma vez que o Governo irá oferecer os manuais escolares a todas as crianças do 1º ano. A câmara municipal, não oferecendo o Governo, oferece as fichas aos 2º, 3º e 4º anos, e tem também a verba referente às fichas para o 1º ano do ensino básico. -----

A câmara municipal continuará a suportar os custos com o prolongamento de horário no pré-escolar das famílias carenciadas, proporcionará às associações de pais e às IPSS a possibilidade de utilizarem as instalações escolares para o apoio à família, às ATL - Atividades de Tempos Livres e às AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular, e continuará a contar com os parceiros locais no fornecimento das refeições e no apoio aos refeitórios de forma ainda mais alargada, como disse há pouco, e continuará a apoiar mais aqueles que mais precisam no concelho. -----

Este pacote de propostas, que é apenas parte da totalidade do ano que vem, uma vez que já vieram à câmara municipal vários procedimentos, quer de aquisições de serviços, quer de procedimentos específicos relativamente, nomeadamente, às aquisições de livros e outros, que já vieram a reunião de câmara num momento anterior, só hoje representa um investimento superior a 3,8 milhões de euros e concretiza a prioridade da educação no concelho. -----

O próprio e os técnicos estão à disposição para responder a questões relativas a cada ponto, questões mais finas que os Srs. Vereadores pretendam colocar relativamente a qualquer uma das questões que aqui vem, seja o prolongamento de horário no pré-escolar, os subsídios aos agrupamentos de escolas, os transportes escolares, a ação social escolar, os refeitórios escolares e o reforço alimentar às crianças carenciadas, às AEC e às ATL. -----

Faz só uma referência que é importante sob o ponto de vista logístico ou operacional, estas medidas vêm à câmara municipal, nomeadamente das AEC, no pressuposto de que o enquadramento regulamentar se mantém para o ano que

vem, uma vez que tradicionalmente, como todos sabem, e o próprio também todos os anos diz, o Ministério da Educação emite um conjunto de regulamentação relativamente ao ano letivo subsequente, normalmente em julho ou agosto.-----
Não se espera que haja uma alteração significativa nos modelos, mas pode acontecer que a câmara municipal, e eventualmente a assembleia municipal, seja chamada a algum acerto caso haja entretanto alguma medida legislativa que neste momento não se consegue antecipar, mas o executivo não deixa de trazer atempadamente, com os tempos que são necessários, estes assuntos a reunião de câmara, e depois, se houver algum acerto a fazer para a frente, far-se-á com certeza.-----

Depois desta intervenção fica à disposição para responder a questões que eventualmente sejam colocadas em relação aos pontos 11 a 22 e 24, e pedia só que os Srs. Vereadores, quando fizessem a intervenção, referissem o ponto em concreto, para depois, em termos de ata, ser mais fácil elaborar essa documentação.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que em relação a todos estes pontos tinha duas notas, para que fique registado, nomeadamente no ponto 11 e também a questão concreta do ponto 19, e ainda uma outra, que pode dizer que é de índole pessoal, porque lhe foi questionado a si, e por acaso não teve oportunidade de discutir com os seus camaradas de bancada, que se prende com a escola do Sobralinho.-----

A ideia que pensa que muita gente tinha, o próprio por acaso também a tinha, é que a escola, depois de inaugurada, iria funcionar não só com o 1º ciclo, mas também o jardim de infância, e aquilo que lhe consta é que o jardim de infância nunca abriu, pelo que questiona se se desistiu de ter jardim de infância, se nunca esteve previsto ter jardim de infância a funcionar no Sobralinho, ou ainda vai haver.-----

Relativamente ao ponto 11, os membros da CDU queriam lembrar, e pensam que deveria ser assumido, o prolongamento de horário até às 19h00. Isso ainda não se verifica, ainda se passa um pouco a cedência do espaço e essa responsabilização para o lado das associações de pais ou de IPSS, é seu entendimento que deveria ser o município também a assegurar esse prolongamento de horário.-----



Muito rapidamente, em relação ao ponto 19, em matéria das AEC, consideram que deveria ser estudado e distribuído até ao longo da escolaridade do 1^o ciclo o cruzamento dessas atividades com o património concelhio nas suas várias vertentes, ou seja, mesmo atendendo ao programa de cada um dos anos do 1^o ciclo, que as crianças das escolas do concelho tivessem um conhecimento mais alargado sobre o que é a realidade do concelho onde vivem, nomeadamente do património natural, a Lezíria, os montes, tudo o que o concelho tem, o património histórico, as populações que cá existiram desde a pré-história, na antiguidade, e as civilizações que o foram visitando e não deixaram registos, e existem pontos de interesse, a história mais recente, alguns palácios, alguns fortes das Linhas de Torres, a questão cultural, desde os museus às associações culturais que existem, e também o próprio edificado, nomeadamente as próprias quintas municipais, entre outros pontos de interesse, como fontes antigas. -----

A câmara municipal poderia, e deveria, ter um programa municipal que abarcasse as escolas, nomeadamente as do 1^o ciclo, onde tem responsabilidades, que pudesse, ao abrigo das próprias AEC, conhecer todo este património concelhio. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao ponto 17, apoio aos refeitórios escolares, mencionando que antes de tecer uma ou outra consideração, queria dizer que, pelas suas contas, são 64 apoios, os valores estão certos para 64 apoios, mas na soma das, salvo erro, 19 ou 16 instituições, só conta 63. Já esteve a ver, a visibilidade do documento é um bocado defeituosa, mas pensa que alguma das instituições tem menos um apoio. -----

As contas que fez dão certo com os valores que estão no documento, sendo 64, mas insiste numa questão: A câmara municipal entende que estes 64 trabalhadores, ou 63, já se vai ver, são suficientes para assegurar o apoio às refeições? Diz isto porque mais à frente, já vem da última reunião, porque não foi discutido, têm-se 95 trabalhadores CEI, do Centro de Emprego, que vão também colaborar nisto. -----

Gostaria de saber qual é a relação contratual assumida pelas IPSS com estes trabalhadores, porque os membros da CDU têm preocupações, e pensa que todos têm, como é evidente, não são só os membros da CDU, não querem ter a veleidade de dizer que só os próprios é que têm essas preocupações, quanto à precariedade



destes trabalhadores. Assim, consideram que se deve caminhar para encontrar soluções para resolver esta precariedade. -----

Continuam a achar que não é uma questão sazonal, embora também tenham a noção que as IPSS não são empresas, como é evidente, não estão a misturar IPSS com empresas. -----

Eram estas as questões, se o Sr. Vice-Presidente lhe puder responder, e depois verificar se está a ver bem as somas, porque há alguém que tem menos um apoio.

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não tem que se dar como inevitável aquilo que pode ser evitável, e no âmbito da prestação de um serviço público na área da educação é obrigação da câmara municipal garantir os meios logísticos, financeiros e humanos para prossecução e assunção de responsabilidades que são da sua competência, onde se inclui, entre outras, na área da educação, o fornecimento de refeições ao abrigo de um programa de generalização das refeições escolares, que até é objeto de comparticipação financeira por parte da administração central.-----

O entendimento dos membros da CDU é que a câmara municipal tem uma postura errada relativamente à organização dos recintos escolares, não verificando com suficiente rigor as efetivas necessidades em termos de trabalhadores necessários para assegurar funções correntes imprescindíveis ao normal funcionamento dos estabelecimentos escolares que são de sua competência assegurar, designadamente jardins de infância e escolas básicas de 1º ciclo.-----

Mesmo havendo disponibilidade financeira, um município como o de Vila Franca de Xira que, até tendo em conta as declarações do presidente da câmara e de sucessivos representantes do Partido Socialista, goza de boa saúde financeira, depois confronta-se com situações como esta, em que não contrata os trabalhadores necessários para necessidades objetivas e permanentes para o funcionamento diário dos estabelecimentos escolares e recorre a uma figura como esta, do protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, para perpetuar a precarização de largas dezenas de trabalhadores para necessidades permanentes de trabalho.-----

O entendimento dos membros da CDU é que se há uma necessidade permanente de trabalho deve haver a correspondência com um contrato de trabalho



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 089

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.003.

Deliberação nº _____

igualmente permanente, com todos os direitos no âmbito do trabalhador de funções públicas.-----

O que está em causa, se esta medida for aprovada, de assunção de 95 pessoas ao abrigo do Contrato Emprego-Inserção para refeitórios de jardins de infância e de 1º ciclo, é o pagamento de apenas 211 000,00€, o que se traduz para cada trabalhador em 83,84€ de bolsa, mais um subsídio de 4,27€ para alimentação e transporte. -----

Têm o entendimento que politicamente esta questão deveria ser tratada com outra cautela, evitando-se ao máximo o recurso a situações desta natureza, que só podem ser constatadas ou assumidas em situações de absoluta necessidade, o que até à data ainda não foi minimamente demonstrado pelo Partido Socialista, e que nos termos do mapa de pessoal, que está igualmente para aprovação na presente reunião ordinária da câmara municipal, deveria contemplar mais esta situação, o que não se verifica. -----

Não acompanham o Partido Socialista, rejeitam esta como sendo uma solução para fazer face a necessidades permanentes e objetivas em termos de recursos para o serviço exclusivo da câmara municipal, pelo que, à semelhança do que fizeram em anos anteriores, votarão contra e exortam o Partido Socialista, até porque as condicionantes à contratação de trabalhadores na esfera da administração pública local foram alteradas, estão modificadas, não se colocam hoje os impedimentos e constrangimentos que o governo anterior impôs ao poder local, a que preveja, prepare e harmonize o seu mapa de pessoal em função também destas necessidades, e, repete, uma câmara municipal que se arvora no direito de dizer que tem boa saúde financeira, com um saldo de 17 milhões de euros, depois é confrontada com esta aparente inevitabilidade de ter que contratar 95 precários para necessidades permanentes de trabalho. É uma situação que não acompanham, lamentam e esperam que um dia, e que seja mais cedo do que tarde, possa ser efetivamente corrigida, e é uma decisão política fundamentalmente. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, solicitando ao seu adjunto que remeta ao Sr. Vereador Rui Pereira o catálogo educativo do concelho, que é muito extenso e tem atividades em todas as áreas que mencionou, e mais nalgumas que não



mencionou, que está disponível também na página da câmara municipal. Como está impresso far-lho-á chegar, uma vez que esse catálogo é utilizado pelas escolas e pelos agrupamentos todos do concelho para os diferentes níveis de ensino, tanto no que toca ao 1º ciclo na área pedagógica do horário normal, como naturalmente também das atividades de enriquecimento curricular.-----

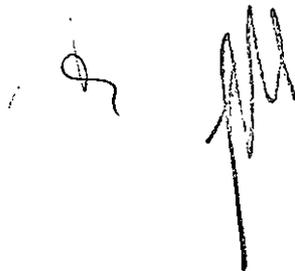
Como crê que o Sr. Vereador saberá, o número de horas de atividades de enriquecimento curricular reduziu, veio reduzindo ao longo dos anos, com aumento do período letivo, pelo que as saídas das escolas nesse processo são normalmente feitas no âmbito do trabalho pedagógico regular das próprias escolas, aliás, quer a qualidade, quer a diversidade, quer a dimensão do catálogo educativo do concelho, aconselha e é já hoje parte integrante da matéria lecionada pelos professores, daí que a questão que colocou não só está em pleno desenvolvimento no concelho, como ultrapassa em muito a sugestão que fez. Assim, far-lhe-á chegar essa informação, que talvez não tenha presente.-----

Relativamente ao prolongamento de horário no pré-escolar, faz-se exatamente conforme está definido na legislação, com uma hipótese de extensão até às 19h00, que hoje já se verifica no âmbito das ATL, que dão a sequência natural à extensão de horário do pré-escolar até às 17h30, e isso faz-se de forma natural ao longo de todo o concelho.-----

O que ficou combinado, e que aliás foi feito, na sequência do que também já disse, foi uma substituição no custo que caberia à família por parte desse prolongamento do pré-escolar às famílias carenciadas, em que o município este ano letivo já suportou integralmente os custos com esse prolongamento de horário que é feito na exata medida em que está definido na lei, e na sequência do que foi a articulação que foi feita com a Coligação Novo Rumo, como todos sabem.-----

Os Srs. Vereadores Aurélio Marques e Nuno Libório acabaram por tocar um pouco no mesmo assunto, uma vez que o ponto 24 também se interliga com os protocolos que vêm à câmara municipal para apoio aos refeitórios escolares, e quanto a isso faria três comentários que crê que são capazes de compreender. ----

A falta de funcionários para as atividades regulares e correntes, como lhes chamou o Sr. Vereador Nuno Libório, das escolas, estão definidas por lei e são cumpridas, e a câmara municipal cumpre com a contratação desses funcionários na exata



medida em que a lei os define. Portanto, essa questão em concreto, que tem a ver com a dotação corrente do número de funcionários correspondente às atividades letivas, por assim dizer é cumprida, e é cumprida com postos de trabalho a tempo indeterminado, tal como tem sido a prática da câmara municipal.-----

Uma coisa completamente distinta, e que não tem nada a ver com isto, como os Srs. Vereadores saberão, porque conhecem a lei e têm também ligações com outros municípios, pelo que não podem propriamente afirmar que uma coisa tem a ver com a outra, porque sabem que não tem, é que o que vem à câmara municipal é exclusivamente o serviço de apoio às refeições, que não é, nem permanente, nem regular, e não se confunde com o acompanhamento das crianças fora daquele momento exato de servir as refeições. -----

O recurso aos CEI é uma medida legislativa de integração profissional que não pode ser desprezada sob o ponto de vista da sua função social, mas o município de Vila Franca de Xira tem feito um esforço sustentado, aliás, não só porque corresponde à vontade do Partido Socialista fazê-lo, mas porque também é permeável às opiniões que têm sido dadas em reuniões da câmara municipal, e tem vindo a reduzir, mais uma vez recorrendo também à comunidade educativa local, na tradição do que é o comportamento do Partido Socialista desde que está à frente da câmara municipal neste processo. Por isso é que há 2 anos letivos se lançou um projeto experimental na Póvoa de Santa Iria, correu bem, as IPSS responderam bem e as escolas gostaram, no ano letivo que agora terminou estendeu-se essa solução ao concelho inteiro, e reduziu-se o número de pessoas em CEI. O que vem hoje à reunião de câmara é uma redução ainda suplementar do número de pessoas em CEI, o que se está a fazer de forma sustentável e possível, porque estas questões não podem ser feitas de forma avulsa, ou de forma desequilibrada, uma vez que isso não contribui para a sustentabilidade do próprio sistema, e os parceiros têm vindo também a acompanhar e a trabalhar com a câmara municipal neste sentido. -----

Os Srs. Vereadores dar-se-ão conta, se analisaram os documentos que foram entregues, e analisaram-nos, tendo em conta o detalhe com que o Sr. Vereador Aurélio Marques falou deles, em algumas situações inclusivamente passarão a ser os próprios fornecedores das refeições a assegurar a totalidade daquele serviço,



tendo em conta a dimensão ou a localização geográfica das escolas. É um caminho que se está a fazer. -----

Respondendo a uma opinião também discutida aqui na câmara municipal, e olhando para os últimos 2 anos, vê-se uma evolução que vai exatamente no sentido que se tem vindo a discutir, pelo que diria que, em teoria, não há razão para, tendo aprovado o processo para mais situações de CEI, haja agora a intenção de reprovar um processo em que há menos pessoas em CEI. Não tem lógica, sabe-se que nas posições políticas nem sempre a lógica é necessária, mas não queria deixar de realçar o esforço que a câmara municipal está a fazer neste sentido, que é público e que recorre mais uma vez, como diz, aos parceiros locais, que são quem em primeira linha tem vindo a contribuir para o sucesso do sistema no concelho de Vila Franca de Xira. -----

A qualidade, aliás, dos serviços prestados, cresceu exponencialmente, pelo que, de facto, também, e, por exemplo, são servidas mais de 4000 refeições diárias, mais de 1500 lanches no concelho, que são ao final do ano letivo mais de 600 000 contactos de refeições diretas nas escolas, e o número de reclamações é completamente residual. O próprio diria que não chega às duas mãos de reclamações, uma vez que qualquer questão que surja é imediatamente resolvida entre a escola e a IPSS que ali está ao pé, e isto é uma opção de qualidade enorme. -----

O alargamento do pré-escolar pelo concelho tem vindo a ser feito, continuará a ser feito, pelo que chegará também a vez do Sobralinho, no momento em que for possível tratar desse assunto. -----

Terminou, dizendo crer que deu resposta a todas as questões que foram levantadas.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo, sobre a questão do pré-escolar, que se deve aprender alguma coisa com o passado ou com a experiência do passado.-----

Falando exatamente do Sobralinho, é bom que se pense como é que se fará esse alargamento, porque se o município assumir todas as responsabilidades que lhe dizem respeito, se calhar a instituição que lá está no Sobralinho vai ter efetivamente dificuldades a prazo.-----

Se calhar faz todo o sentido que em muitos locais do concelho, em vez de se irem



construir instalações novas, deviam-se aproveitar as instalações e a oferta que se tem lá, de um conjunto de IPSS, e que muito daquele valor que lá está investido foi investido pelo Estado, quando não foi pelo Estado foi pela câmara municipal, e o diferencial foi pela instituição, quer dizer que foi sempre com dinheiro público, com dinheiro dos cidadãos, porque não há dinheiro público, há dinheiro das pessoas e é dinheiro das pessoas que é canalizado para uma entidade central. -----
Convém que numa matéria destas não se ponham questões ideológicas à frente das decisões que devem ser racionais, e se se tem oferta e condições covinha que a câmara municipal trabalhasse com os seus parceiros, nomeadamente IPSS, que são parceiros desde o primeiro dia da câmara municipal e do Estado. -----
Em vez de se construírem instalações de raiz, convinha que se aproveitassem essas instalações, se fizessem parcerias e, a ser necessário, se ajudasse a instituição, ou a própria câmara municipal as construísse, mas com a gestão da instituição, e sim, a câmara municipal assumiria a parte que lhe compete do pagamento, e o pai, ou a mãe, têm a sua criança lá, da mesma forma que têm num ATL público. Não há é necessidade de se duplicar ou triplicar instalações, porque isso não se traduz num melhor serviço para as pessoas, vai-se traduzir sim em abandono de instalações e em desemprego das pessoas, é no que se vai traduzir a prazo. Aliás, há IPSS deste concelho a despedirem pessoas, e não estamos perante um “governo fascista” do PSD, estamos perante um governo de esquerda e da extrema-esquerda, mas há instituições no concelho a despedirem pessoas, algumas até do Partido Comunista, que o próprio pensou que isso era só uma prerrogativa de outros tipos que não tinham coração. -----
Há tempos foi ao médico, que ao início lhe disse: “Você deve ter o coração aumentado”. O próprio disse “deve haver aí um erro”, porque é impossível ter o coração aumentado. É ligado aos “tipos” da direita, o seu coração deve ser do tamanho de uma ervilha, qual coração aumentado? Se fosse um tipo da esquerda é que tinha o coração aumentado. Depois, fez um outro exame e realmente tem um coração normal, que também não faz sentido, devia ser mais pequeno. -----
Verdadeiramente tem é que não se pôr a ideologia à frente das decisões racionais, e espera que se tenha aprendido alguma coisa e não se volte a cometer o erro, por exemplo, que aconteceu na Póvoa de Santa Iria, em que no Casal da Serra se

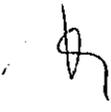
construiu o pré-escolar na entrada dos Caniços, a escola na zona livre da Quinta da Piedade - 2ª fase, e ao lado da escola, em vez de ter o pré-escolar, tem a esquadra da PSP. -----

Onde está o pré-escolar é que devia estar a esquadra da PSP e ao lado da escola devia estar o pré-escolar, porque aí sim, criava-se ali uma sinergia, mas não, fez-se exatamente ao contrário. Isto chama-se não aproveitar a economia de escala, não aproveitar o espaço e criar todo aquele espaço para dedicá-lo às crianças. -----

Espera que se possam pôr as pessoas à frente de outro tipo de decisões, que é para depois não se vir dizer “ai, ai, ai que a IPSS que está ali ao lado deixou de ter razão de existir, ai, ai, ai”. É bom que se pense nisto, porque já aconteceu em dois ou três sítios do concelho, até aqui, na cidade de Vila Franca de Xira, portanto, convinha avaliar. -----

Em relação aos recursos que a câmara municipal coloca, ouviu a intervenção do Sr. Vereador Nuno Libório e ela é feita hoje com 15 dias de atraso, porque isso foi a proposta da Coligação Novo Rumo de há 15 dias, foi a discussão que se fez na reunião sobre os recursos ou não que a câmara municipal deve colocar ao serviço das escolas, e que em determinada altura até se disse que os trabalhadores das escolas eram sazonais, mais ou menos como a apanha do tomate. O tomate não é todo o ano, tem uma época, e portanto só se contratam os trabalhadores naquela altura, e depois não tem. A escola não é assim, e isto só prova que não é por falar muito na escola pública que depois se defende a escola pública, porque defender a escola pública ou qualquer outra instituição pública implica que se esteja disponível para defender essa instituição e, se for necessário, meter lá recursos financeiros. É assim que defende a escola pública ou uma instituição pública, não é de outra forma, tal como o acionista privado que tem um investimento privado, quando é necessário, em teoria, porque depois o Estado muitas vezes ajuda e não devia, deve lá ser posto é o dinheiro dos acionistas, não é o seu. -----

No caso da instituição pública não, são as instituições públicas, neste caso a câmara municipal, responsável do 1º ciclo, que devem lá colocar os recursos, para os filhos de todos terem condições de semelhante igualdade face a outras instituições. Isso, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, é o que faz sentido. -----




Neste caso, está-se em junho, mais dia, menos dia estar-se-á a preparar o orçamento municipal, e convém que se avaliem estas matérias, até porque os membros da Coligação Novo Rumo falam disto há muito tempo e é fundamental que a escola pública seja dotada de meios e de condições, para si é absolutamente essencial. Não sabe se isto os transforma num segundo PSD ou num terceiro PSD, não faz ideia se os transforma nessa matéria, mas a verdade é que exemplos que vê, e vê alguns bons exemplos nalguns municípios, é uma aposta na escola pública colocando lá meios, e para isso é fundamental que aqui em Vila Franca de Xira também se faça, que é para não voltar a acontecer o que aconteceu há 2 anos, nomeadamente na Póvoa de Santa Iria, em que as crianças não iniciaram o seu ano letivo porque não tinham recursos para lhes dar as refeições e para fazer o acompanhamento.-----

Nesta matéria a escola pública tem que se dotar de recursos, de meios, financeiros e humanos.-----

Para si, não deixando de encarar a questão do regime de emprego-inserção, que nalguns casos pode e deve ser utilizado, não deve é ser utilizado com carácter permanente e regular aquilo que deve ser feito por um funcionário contratado em regime de permanência. Isso é que não pode ser, e não pode ser porque não é justo, e não pode ser por quem defende no país que se deve acabar com os contratos precários, que então tem ainda uma dupla obrigação, que é demonstrar que na sua casa não se faz assim. É assim que se faz.-----

Não se pode ser como a secretária de Estado, que é contra os colégios privados mas os filhos estudam no Colégio Alemão, pensa que não se enganou, não sabe se é assim, mas isto é que não faz sentido. Acha que não faz muito sentido dizer ao outro "come o gelado de chocolate, então, o gelado de chocolate é bom" mas o próprio depois vai comer o gelado de morango, porque para si há de morango, para o outro é que só há de chocolate. É um bocadinho de igualdade mas não comem todos, só comem alguns, os que têm dinheiro. Não pode ser.-----

Na sua opinião a igualdade tem que ser verdadeira e universal, Vila Franca de Xira é um concelho progressista, é um concelho que se arroga no direito de dizer que é progressista, que apoia as entidades públicas, então vamos lá embora, apoiar isto, e os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para as dotar de



melhores condições. Não dizem também que tem que se fazer tudo de um dia para o outro, nunca disseram isso e não estão a dizê-lo, agora, há condições para o fazer, porque a câmara municipal tem recursos financeiros para o fazer, passou com cerca de 16 milhões de euros, portanto tem dinheiro para o fazer, e o dinheiro é para ser colocado ao serviço das pessoas, é assim que se devem colocar estas questões. -----

Quanto ao prolongamento de horário, o Partido Socialista sabe que os membros da Coligação Novo Rumo têm falado sobre este assunto variadíssimas vezes e têm que o voltar a discutir para se definir o que se vai fazer. -----

Para si não é aceitável que haja diferenças entre as crianças. Há crianças que pagam 50,00€, e menos, e há crianças que pagam quase 200,00€ pelo mesmo prolongamento de horário. Isso para si não é aceitável, da mesma forma que dizem que as IPSS têm que ser suportadas, algumas IPSS não têm que fazer repercutir as suas ineficiências no cidadão. -----

Não se pode cobrar a um pai e a uma mãe, por 2 ou 3 horas, o mesmo, ou sensivelmente o mesmo que se cobra por um dia inteiro, não faz sentido, o próprio percebe, mas não faz sentido, até porque depois há instituições privadas, que não têm lá um cêntimo do Estado, que oferecem valores que são um terço do que algumas instituições estão a fazer. -----

O próprio defende as IPSS, o seu filho estuda numa IPSS, e as coisas têm que ser reguladas e aplicadas. Não está a dizer que a câmara municipal tem que se meter na gestão da IPSS, longe disso, tem a sua direção, agora, tem que se meter nas suas instituições, que são as instituições públicas, deve chamar as IPSS e deve dizer, vamos conversar, ou não vamos conversar. Se forem conversar, muito bem, se não forem conversar, a câmara municipal tem que atuar e que defender os pais, e os filhos, que são a razão da existência da escola pública, é a educação das crianças, não é o resto, tudo o resto está ao serviço das crianças, mas infelizmente não tem sido isso. -----

Há um conjunto de matérias que querem ver discutidas brevemente, até porque serão colocados perante os instrumentos de gestão para o próximo ano, e vão querer discutir e modificar isto, porque é uma questão de elementar justiça para com os cidadãos. -----



Prosseguiu, referindo a questão das refeições, em que até viu algumas coisas requeitadas serem colocadas na Internet.-----

Só quer dizer que julga saber que o que acontece em Vila Franca de Xira, e acontece em todo o lado, é que não há nenhuma criança que fique sem o seu almoço se os pais não tiverem condições para pagar, pertença ao escalão A, B, C ou D, ou o que seja, do que julga saber, não há nenhuma criança que fique sem almoçar se não houver condições financeiras para suportar, porque uma criança é uma criança, e uma criança não tem responsabilidade por algumas coisas que fazem os pais, ou pelas dificuldades que têm os pais, e aí todos têm que ajudar quem precisa e responsabilizar quem, não precisando, não cumpre as suas obrigações, mas a criança tem que ser salvaguardada deste processo. -----

Portanto, tudo o que gira à volta disto é mera especulação, que não leva à resolução de nenhum problema, o importante é que as crianças, tendo dificuldades, possam almoçar, independentemente das questões financeiras, estando salvaguardado isso tudo o resto é uma questão lateral. Pode-se é discutir se faz ou não faz sentido, nalguns casos, alargar os fornecimentos de refeições. Isto pode ser avaliado, e deve ser avaliado em conjunto, a câmara municipal, com as IPSS e a sua área social, para que isto seja feito. -----

Terminou, com a questão dos livros escolares, em que a sua posição não é consensual no PSD, e no PSD local também não é consensual. Pessoalmente defende que os livros escolares devem ser gratuitos para todos, sem exceção, no ensino obrigatório, para si é uma questão essencial e fundamental. Mais uma vez diz que não é consensual, há quem tenha outras opiniões, mas para si é absolutamente essencial. Se a escolaridade é obrigatória e é um desígnio nacional, deve ser gratuito para todos, com regras, objetivamente, regras de cuidar dos manuais, tudo, mas gratuito, e deve ser uma função do Estado. -----

Há coisas que entende que os pais devem contribuir, há coisas básicas que acha que não há necessidade, no século em que vivemos, em 2016, de pedir aos pais. Pensa que é fundamental que os pais contribuam para a melhoria das condições da escola, agora, pedir papel higiénico e papel de fotocópia, com franqueza, as escolas, a câmara municipal e os agrupamentos têm todas as condições para dotar essas questões, que são básicas.-----



Os pais associarem-se para melhorar as condições das escolas, acha muito bem, até ajuda a que todos se possam envolver na escola, mas questões básicas como estas, considera que em Portugal, em Vila Franca de Xira em particular, não é aceitável, porque o município não precisa, tem recursos financeiros suficientes para que as suas escolas e as instituições do concelho tenham qualidade na prestação de um serviço ao cidadão. Isto é o que particularmente acredita, independentemente das questões ideológicas, acredita que efetivamente a câmara municipal tem condições para ter um serviço público de educação bom, muito bom, que não deixe ninguém envergonhado e que não deixe ninguém à partida com uma diferença para outros que têm capacidade económica para colocar no sítio "X" ou no sítio "Y".-----

Concluiu, dizendo que esta é a posição dos membros da Coligação Novo Rumo face a estas matérias que estão em cima da mesa. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo, relativamente às questões que levantou e às respostas que o Sr. Vice-Presidente deu, uma delas era a questão do jardim de infância do Sobralinho, de não estar ainda previsto, e os membros da CDU também estarão de acordo que as coisas têm que ser pensadas, não é a "toque de caixa" quando há muita pressão e tem que se fazer qualquer coisa, mas quer dizer ao Sr. Vice-Presidente que não está de acordo com a sua afirmação, quando diz "o que existe é tudo o que disse e muito mais", e então faz uma interpretação, e também já se sabe que a "malta" que vem de Direito, em 20 ou 100 juristas, se calhar são 100 ou 20 interpretações diferentes, 100 ou 20 pareceres diferentes, e é natural que, sendo essa também a sua formação, assim o faça.-----

Quem o ouve falar já sabe que tudo o que é o seu departamento está perfeito, deve ser estupendo lá trabalhar, está tudo tão bom e tão perfeito que mesmo as melhorias que às vezes possam ser aconselhadas não fazem sentido, o que depois choca com as suas próprias palavras, que está aberto e até há coisas que se vão mudando porque se dá ouvidos às outras opiniões, as coisas depois não encaixam. Relativamente àquilo que o próprio propôs em nome da bancada da CDU, este cruzamento das AEC com o conhecimento do património do concelho às crianças do 1º ciclo, não é haver um catálogo e os professores que escolham, é haver uma



atividade regular. Obviamente não vai ser para o próximo ano letivo, mas é uma coisa que se calhar tem que se ir pensando, haver visitas normalmente atribuídas àquele ano de escolaridade e de acordo com o que está definido. -----

Dizer que há um catálogo e o professor que escolha, depende muito do professor, se for um professor que nem sequer se deveria chamar professor, está lá para cumprir o seu horário, está-se "borrifando" para sair com os miúdos para algum lado. -----

O que está a dizer é que, dentro das possibilidades que a câmara municipal tem, possa ser criado um programa municipal de visitas com consequência. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, para lembrar, e não sabe se na intervenção que o Sr. Vice-Presidente vai fazer a seguir vai esclarecer, porque não esclareceu na primeira, a discrepância de que falou dos números. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não concordam com a visão que o Partido Socialista tem da gestão da escola pública, que é sua competência primeira nos termos da legislação das autarquias locais, republicada em 2005. -----

A generalização das refeições é um pressuposto para a garantia da escola pública, é condição obrigatória da câmara municipal dispor dos meios logísticos, financeiros e humanos necessários para cumprir o desiderato da escola pública, nesse sentido a utilização da figura do protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional é, do ponto de vista político, para a CDU, um abuso por parte do Partido Socialista, e se não consegue resolver de uma vez por todas, deve mostrar sinais claros de que quer resolver. -----

Na área da educação e para esta atividade em particular das refeições e da generalização das refeições para o 1º ciclo e jardins de infância, o Partido Socialista teima em apostar numa estratégia de precarização. -----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Nuno Libório e dizendo-lhe que o executivo já percebeu, ao fim ao cabo o Sr. Vereador está a dizer justamente aquilo que acabou de dizer inicialmente. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o Sr. Vice-Presidente também diz o mesmo há 5 anos, os membros da CDU também dizem o mesmo, é coerência. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que é justamente o que o Sr. Vereador acabou



de dizer, coerência. No dia em que o Sr. Vereador lhe disser qual é o município da CDU que não tem este tipo de contratos, nesse mesmo momento, nesse mesmo dia, arranja outra solução. Isto é coerência, a coerência é dizer uma coisa num determinado sítio e nos outros sítios então ser de maneira diferente, porque efetivamente são outros bons exemplos. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que pode dar esses exemplos. -----
Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que o que o executivo PS tem vindo a fazer é reduzir drasticamente esses contratos, e espera um dia que não se tenha necessidade de os ter, e justamente por isso é que traz a reunião de câmara uma alteração ao mapa de pessoal. -----

É preciso também ter a capacidade de perceber o esforço que tem sido feito ao longo deste tempo. Só estar a dizer “precariedade”, “a precariedade”, “o Partido Socialista promove a precariedade”, e não sabe o quê, para já, não há precariedade, precariedade é um contrato a termo, isso é que é precariedade, isto é outra coisa. Em segundo lugar, esta tem sido uma possibilidade que as juntas de freguesia neste concelho e, quase se atrevia a dizer, em todo o país, e município, recorrem. É uma situação que se deve evitar? Com certeza que sim, e a câmara municipal está a trabalhar para isso, mas tenha-se calma na abordagem destas coisas. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que, efetivamente, como o Sr. Vereador Nuno Libório sabe, já lhe foi explicado várias vezes e consta da lei, o pessoal do 1º ciclo não é da câmara municipal, nem compete à câmara municipal, por isso o que lhe compete é exclusivamente a questão do serviço de refeições. -----

Depois, faz só duas referências à intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, sem embargo de num outro momento então discutir-se mais finamente este assunto. Assim, o Partido Socialista tem vindo sistematicamente a alargar o ensino obrigatório e a universalidade do ensino obrigatório. Fê-lo nos 12 anos de escolaridade e está agora a fazê-lo também na universalização do pré-escolar. Já houve inclusivamente declarações sobre esta matéria, que uma das hipóteses que está em cima da mesa é exatamente o protocolar com a rede de IPSS existentes no terreno esta possibilidade de serem elas próprias a assegurar esta universalidade. Enfim, está a ser estudado, e o próprio diria que, se vier a ser assim, com o qual



está de acordo, espera também ouvir o Sr. Vereador saudar essa medida do Governo do Partido Socialista, mas crê que está a ir no sentido que o Sr. Vereador aqui referiu.-----

Está neste momento também a ser preparada uma reformulação do quadro geral das competências da educação, entre o Estado e os municípios. Ainda não se chegou a um modelo generalizado, de qualquer forma crê que pode haver novidades sobre essa matéria e também a reflexão pode ficar enriquecida logo que exista essa definição por parte do Governo e da Assembleia da República. -----

Quanto à questão mais fina levantada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, os quadros financeiros de facto batem certos com os 64, depois na descrição, e o próprio pediu para lhe verificarem isso, há um desfaseamento na distribuição entre as instituições. -----

Pretende dar conta, e fica também registado em ata, porque o assunto depois vai à assembleia municipal para aprovação, que relativamente ao Sobralinho são 13, e não 11, como está dito, e relativamente ao CASBA – Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena são 4, e não 5, o que dá os 64, que no quadro financeiro, que é o que importa para esta autorização, está correto, mas já agora fica esta referência.-
Interveio o Sr. Presidente, concluindo que os pontos 11 a 22 foram aprovados por unanimidade e o ponto 24 foi aprovado por maioria, com os votos contra dos membros da CDU. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, de facto, há autarquias da CDU que não têm o que o Sr. Presidente acabou de dizer, mas agora já lá vai, sendo que o Sr. Presidente até sabe tão bem quanto o próprio. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não sabe.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 102

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.001.

Deliberação nº 393

1. Assunto: SUBSÍDIO AO FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES - ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 252/16, de 31/05, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com os agrupamentos de escolas, referente aos subsídios ao funcionamento e atividades nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2016/2017, bem como do respetivo compromisso de verbas, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 252/16, de 31/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

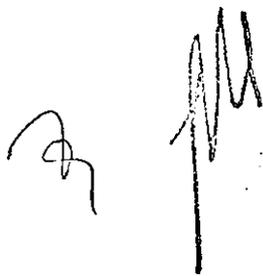
4. Dotação orçamental: Plano 04.01.04.015B Orçam. 05/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O CENTRO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SOBRALINHO E A ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 254/16, de 31/05, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com o Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho e a Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, referente aos circuitos especiais dos transportes escolares, no ano letivo 2016/2017, bem como autorização da despesa e respetivo compromisso de verbas, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 254/16, de 31/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004F Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 104

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.009.

Deliberação nº 395

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 – TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 256/16, de 01/06, do DEC/DE, para aprovação da autorização de despesa e compromisso de verbas relativas à colaboração da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz e União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, no âmbito dos circuitos especiais dos transportes escolares, ano letivo 2016/2017, e remessa à assembleia municipal para aprovação e autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 256/16, de 01/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004B Orçam. 05/04.05.01.02 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 105

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.009.

Deliberação nº 396

1. Assunto: TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 267/16, de 08/06, do DEC/DE, para aprovação do compromisso de verbas e autorização da despesa, para a aquisição de serviços no âmbito dos transportes escolares para o ensino básico e secundário, no ano letivo 2016/2017, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 267/16, de 08/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/004D Orçam. 05/02.02.10 -----
----- Plano 04/01/03/004E Orçam. 05/02.02.10 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 106

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.007.

Deliberação nº 397

1. Assunto: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 2016/2017 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA VISITAS DE ESTUDO, MATERIAL ESCOLAR E LIVROS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 253/16, de 31/05, do DEC/DE, para aprovação da atribuição de subsídios para visitas de estudo, material escolar e livros, aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, bem como dos respetivos compromissos de verbas, no âmbito do programa de Ação Social Escolar, no ano letivo 2016/2017, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 253/16, de 31/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001F Orçam. 05/04.03.01-----
-----Plano 04/01/03/001H Orçam. 05/04.03.01-----
-----Plano 04/01/03/001G Orçam. 05/04.03.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira
Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 107

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.006.

Deliberação nº 398

1. Assunto: APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM IPSS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 249/16, de 31/05, do DEC/DE, para aprovação da minuta dos protocolos a celebrar com 9 instituições particulares de solidariedade social do concelho, para apoio aos refeitórios escolares nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2016/2017, e respetivos compromissos de verbas, bem como remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 249/16, de 31/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.03.0010 Orçam. 05/04.07.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 108

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.006.

Deliberação nº 39

1. Assunto: REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM IPSS – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 248/16, de 30/05, do DEC/DE, para aprovação da minuta dos protocolos a celebrar com 9 instituições particulares de solidariedade social do concelho, para fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2016/2017, e respetivos compromissos de verbas, bem como remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 248/16, de 30/05, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.03.001E Orçam. 02/02.01.05-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 109

Reunião de 2016/06/15

Procº EDUCA.00SE.011.

Deliberação nº 400

1. Assunto: ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2016/2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 268/16, de 08/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo de colaboração tripartido, a celebrar entre a câmara municipal, agrupamentos de escolas e entidade parceira, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, no 1º ciclo do ensino básico, ano letivo 2016/2017, bem como do compromisso de verbas, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 268/16, de 08/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01/03.006B Orçam. 05/04.07.01-----

5. Disposições legais aplicáveis: Portaria nº 644-A/2015, de 24/08. -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 - PROTOCOLO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. ANTÓNIO DE ATAÍDE – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 262/16, de 07/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, para assegurar o fornecimento de lanches aos alunos do 1º ciclo com escalão A da ação social escolar, no âmbito do serviço de refeições escolares para o ano letivo 2016/2017, bem como do respetivo compromisso de verbas, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 262/16, de 07/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04/01/03/001B Orçam. 05/04.03.01 -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DA EB DR. VASCO MONIZ – ANO LETIVO 2016/2017 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 264/16, de 07/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas Alves Redol, para o fornecimento de refeições escolares na EB Dr. Vasco Moniz, no ano letivo 2016/2017.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 264/16, de 07/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO NA EB DR. VASCO MONIZ – ANO LETIVO 2016/2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 266/16, de 07/06, do DEC/DE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira, para o fornecimento de refeições aos alunos do 2º ciclo do ensino básico na EB Dr. Vasco Moniz, no ano letivo 2016/2017, bem como do respetivo compromisso de verbas, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 266/16, de 07/06, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

4. Dotação orçamental: Plano 04.01.03.001E Orçam. 02/02.01.05-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

3

[Handwritten signature]

1. Assunto: CANDIDATURA AO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP) – APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO LETIVO 2016/2017 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1916/16, de 24/05, do DGAFJ/DRH, para autorização da despesa relativa à candidatura ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para 95 pessoas, em regime de Contrato Emprego-Inserção, para apoio aos refeitórios escolares dos jardins de infância e escolas do 1º ciclo, no ano letivo 2016/2017.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 1916/16, de 24/05, do DGAFJ/DRH e 229/2016, de 20/05, da DEC/DE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 11 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 115

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
RUA JUDITE SALES – ALPRIATE - VIALONGA-----

Interveio o munícipe, Sr. António do Carmo Costa, cumprimentando os presentes e referindo que mora no Casal do Freixo, em Vialonga, e vem agradecer em nome da população pelo trabalho executado de substituição da conduta das águas e os passeios realizado o ano passado. O Sr. Presidente disse que concluíra os passeios até ao final de 2015, e foi concretizado.-----

Aquilo que o traz também a reunião, e de que já falou duas vezes em assembleia, é a rua Judite Sales, que vem do largo de Alpriate para a rotunda da Serra, para Santa Iria de Azóia, que agora se encontra em más condições, piores do que já estava.-----

Passaram lá os autocarros, e passaram muitos carros, porque para fazer a rotunda da variante cortou-se a estrada principal de Alpriate, pois esteve-se a fazer a obra, e agora cada vez tem mais buracos. -----

Assim, solicita ao Sr. Presidente que o próprio ou alguém da sua competência lá possa dar uma vista de olhos, para se fazer alguma reparação naquela estrada ou mandar repavimentar.-----

Respondeu o Sr. Presidente que se irá lá rapidamente fazer a avaliação. -----

Prosseguiu o munícipe, mencionando que já falou da estrada duas vezes em assembleia, tem um buraco com 1 metro de fundura, que é um sumidouro que rebentou, e já falou disso várias vezes ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, que até lhe perguntou como é que se fazia a obra.-----

Trabalha na construção, mas não é o próprio que tem de dizer à junta como é que tem de preparar um sumidouro, mas está ali um perigo, e não sabe como é que será se um carro ali cair. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o Sr. Presidente da junta, por muito boa vontade que tenha, não é competência dele. Não é que não pudesse fazer, mas não é da sua competência, pelo que, ao referir-se da forma como o munícipe está a dizer que se referiu, foi justamente para dizer ao munícipe que não tem condições objetivas para fazer a obra.-----

Portanto, neste caso julga que será uma obra dos SMAS, e pede ao Sr. Vereador António Oliveira para ver estas duas questões.-----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2016-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2067/16, de 07/06, do DGAFJ/DRH, para aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal da câmara municipal de 2016, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2067/16, de 07/06, do DGAFJ/DRH, ofício do STAL, proposta de alteração ao mapa de pessoal, informação nº 1744/16, de 12/05, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 98/16, de 11/03, do DDE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que, no fundo, trata-se de suprir algumas questões que foram colocadas pelos serviços, que não estavam previstas inicialmente, e tem-se também o parecer do STAL, como é obrigatório, e é um parecer favorável. Logo, isto é o reflexo justamente daquilo que se quer vir a fazer, dotar de pessoal técnico, administrativo e operacional, os diversos serviços, para que o desempenho das funções seja feito adequadamente.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU registam e valorizam a disponibilidade política para alteração do mapa de pessoal, no sentido de corrigir situações onde há manifesta necessidade de pessoal para necessidades permanentes.-----
De qualquer forma, solicitam alguns esclarecimentos sobre os motivos que assistiram, do ponto de vista político, para estas decisões, uma vez que apenas têm justificação para uma das áreas de serviço, que é precisamente a do desporto. Contudo, globalmente, como é óbvio, estão de acordo com a abertura de novos procedimentos e a consagração de mais 28 postos de trabalho. -----




Fl. Livro _____

Fl. Ata - 118

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

Na opinião que têm a câmara municipal deveria, deverá, ir mais longe, indo exatamente ao encontro da correção daquela necessidade que atrás se discutiu, para pessoal auxiliar na área de educação para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que naturalmente que estes são sinais claros daquilo que se pretende fazer, e não só o mapa de pessoal anterior, como esta alteração ao mapa de pessoal, são sinais claros daquilo que anima o executivo, ter, numa gestão equilibrada, o pessoal necessário para desenvolver as tarefas da câmara municipal. Em termos de princípio geral, é este, e já foi reconhecido também pelo Sr. Vereador Nuno Libório. -----

Quanto à pergunta clara, é um concurso que está em aberto, há algumas pessoas que estão em mobilidade intercarreiras, de maneira que é aproveitar justamente esse concurso para resolver problemas que já há muito deveriam ter sido resolvidos e ainda não foi possível fazê-lo. Irão fazê-lo agora desta forma, e era necessário, para o efeito, ter esta proposta de alteração do mapa de pessoal. -----

Hoje, na área da educação física, dos equipamentos, etc., exige-se ter técnicos nesta área, e é justamente isso que se vai fazer. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pensa que o Sr. Presidente não terá compreendido a questão dos membros da CDU. -----

Perguntou o Sr. Presidente se não foi sobre isto que o Sr. Vereador falou. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que foi, que têm a proposta, ou a abertura de vagas para ocupar 28 postos de trabalho, dos quais 6 técnicos superiores, 1 técnico de informática, 10 assistentes técnicos, 11 assistentes operacionais, dos quais apenas 3 auxiliares de educação. -----

Portanto, a questão é que, à semelhança do que aparece para justificar os trabalhadores necessários para a área de serviço da Divisão de Desporto e Equipamentos, na opinião que têm, a proposta deveria estar fundamentada para as outras necessidades permanentes de trabalho. Foi isso que disse. -----

O Sr. Presidente, eventualmente, disse-o, sendo essa a justificação para todos os outros, mas essa justificação não consta da proposta que está para deliberação. ----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que esta alteração vem na sequência dos pedidos que chegam dos diversos serviços. São analisados com os



vereadores, etc, e faz-se então a alteração. É uma alteração relativamente pequena, e ir-se-á ao encontro dessas mesmas necessidades. Se o Sr. Vereador Nuno Libório verificar, nos lugares que ficam nas auxiliares de ação educativa, salvo erro estão lá 15 ou 13, não são só 3, são mais 3, o que permitirá ir buscar pessoas no âmbito do concurso que lá está. Há um concurso que está ainda eficaz durante um período de 18 meses, e durante essa possibilidade, como foram solicitados mais auxiliares de ação educativa, no número solicitado tinham que se colocar mais 3 para além dos que já estão no próprio mapa. -----

Agora conseguir-se-á ir ao encontro daquilo que foi solicitado, mas para isso têm que se colocar lá mais 3 lugares para o conjunto das necessidades gerais. Portanto, não são só 3, é muito mais que isso. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sobre esta matéria pergunta se não deveria estar também o parecer do sindicato da UGT, e, eventualmente, do sindicato independente, se existir. Ou não há sindicalizados da UGT em Vila Franca de Xira? -----

Respondeu o Sr. Presidente que essa pergunta é uma pergunta marota, mas aquilo que pode dizer é que reconhece que deveria ter sido pedido também. -----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que não está na documentação a comissão sindical, e o que é obrigatório é consultar a comissão sindical, não são os sindicatos. Contudo, consultou-se o sindicato, e se se consultou um têm que se consultar todos, dever-se-iam consultar todos. -----

Depois, ainda tem mais, do seu ponto de vista o sindicato não se pronuncia sobre coisa nenhuma. Do seu ponto de vista a única coisa que faz é "chapa 5", não faz nada, não defende nada, não defende ninguém. Esta é a sua opinião, e não é sindicalizado no STAL, porque se fosse ia perguntar a quem é que estes senhores estão a defender, porque aos trabalhadores não são de certeza. Não podem ser, porque a resposta que dão é: "Acusamos a receção do "e-mail" de 3 de junho, do qual agradecemos. No seguimento do nosso ofício, e após audição à estrutura sindical, congratulamo-nos com o facto de a proposta regularizar situações precárias". -----

Assim, pergunta, então e os outros? Então e o sindicato não tem obrigação, do seu ponto de vista, de deixar escrito, ou o STAL também já está "domado", entre



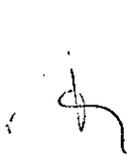
aspas, e já não faz a sua função de defender os trabalhadores, e não defende? Do seu ponto de vista o sindicato não cumpre a sua missão aqui, mas é um problema do sindicato, e enquanto agente político achava que o próprio é que era o político e os outros é que defendiam os trabalhadores. -----

Pensava, mas pelos vistos pensa mal, porque o sindicato até podia estar de acordo com esta proposta, e os membros da Coligação Novo Rumo também estão de acordo, mas convinha que chamasse à atenção de um conjunto de outros trabalhadores que estão a prestar serviço com carácter regular, e estão contratados com prestação de serviços, como por exemplo o caso das piscinas. -----

Quanto ao caso das piscinas, não foi o primeiro a levantar a questão, já o Bloco de Esquerda, que está no Governo, levantou o assunto das piscinas do Estádio Nacional, onde a situação é semelhante. Portanto, o sindicato não conhece o universo municipal, é o que lhe parece, porque os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com a abertura destes lugares no quadro, mas pensam que, efetivamente, não é suficiente, e voltam à questão, que é a de que se está em altura de avaliar o futuro, e deve-se avaliar o futuro. Deve-se avaliar o futuro e estar em condições de avaliar que serviços se estão a fazer neste momento com os tais trabalhadores precários que alguns, pelos vistos, agora se esqueceu aqui de mencionar, sendo que às vezes isto também tem o efeito de defender, e também se esquece de alguns, porque não se acompanham todos, ou não se tem o mesmo nível de sindicalização em alguns sítios, e depois não se conhece, o que também pode acontecer. -----

O que pensam é que o discurso tem que ter aplicabilidade prática, e, mais uma vez, não foi o próprio que andou no país, e que anda ainda hoje no país, a dizer que é preciso acabar com os trabalhadores precários, não foram os membros da Coligação Novo Rumo que andaram a dizer isso. -----

Aliás, andaram a ser acusados de não terem nem alma nem coração, foi do que andaram a ser acusados, de gerir sem ter preocupação com as pessoas. A única coisa que agora pedem é que se aplique na nossa casa aquilo que se anda a dizer todos os dias no país, que é acabar com estas situações, ou pelo menos mostrarem-lhe um plano que visa acabar com elas, que é: Em primeiro, quanto à mobilidade intercarreias, quantos se têm e os concursos que se vão abrir para



resolver estes problemas; Em segundo, quanto aos Contratos Emprego-Inserção, tem-se hoje 90 e poucos, qual é o plano para se acabar, pelo menos, na área da educação, com esta situação. Não está a dizer que a câmara municipal não possa usar pontualmente esta situação para questões pontuais, ou então não possa, inclusivamente, dar oportunidade a um conjunto de pessoas que, infelizmente, e pode acontecer a todos, cai numa situação de desemprego, e o facto de ter uma oportunidade num determinado setor dá-lhe uma nova oportunidade.-----

O próprio assistiu a algumas pessoas que tiveram essa oportunidade e eram excelentes profissionais, pelo que se deve fazer, mas outra coisa é ter levas permanentes, todos os anos, para a mesma função e de forma recorrente. Parece-lhe que isso é um aproveitamento da situação para reduzir os custos da administração pública, e, feito por "fascistas", até percebe, mas feito por "malta de esquerda" com "coração grande" não entende. Não pode entender e não é correto, porque não bate certo com o discurso.-----

Assim, não podem estar de acordo, e como são "gente de esquerda", querem resolver estes problemas.-----

Na área das piscinas, foi aprovada com os votos do Partido Comunista aquela atividade que lá está, e houve oportunidade de os incorporar na câmara municipal, mas o Partido Comunista votou a favor. Portanto, o que dizem é que até podem existir situações de prestação de serviços, há é serviços que podem ser incorporados na câmara municipal, podem e devem, e deve-se avaliar essa situação.-----

É o que esperam, hoje e para futuro, que se possa ter um plano para resolver estes problemas e dar melhores condições de vida e de oportunidade aos concidadãos do município.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que passará à votação, perguntado quem vota contra, quem se abstém, e concluindo que o ponto é votado por unanimidade.-----

Tomou ainda a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se se vai pedir também a declaração à UGT, tendo o Sr. Presidente respondido que se vai pedir, em futuros momentos, apesar da expressão que for. A convicção que se tem é que a expressão é relativamente diminuta, mas basta ter um, que merece tanto respeito como todos os demais.-----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se calhar tem que se fazer aquilo que o Partido Socialista combateu em 1974, se calhar é altura de resolver e criar a unicidade sindical em 2016.-----

Esclareceu o Sr. Vereador Ernesto Ferreira que o ofício é dirigido à comissão sindical, o STAL depois é que responde.-----

Concluiu então o Sr. Vereador Rui Rei que isso quer dizer que o STAL e a comissão sindical são a mesma coisa.-----

Respondeu o Sr. Presidente que isso não impede nada. Há um ACEEP - Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, que foi assinado por duas estruturas sindicais, logo, por maioria de razão, pensa que o Sr. Vereador Rui Rei tem razão.--

Disse o Sr. Vereador Ernesto Ferreira que nesse aspeto sim.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DA RUA DO CURADO E RUA JOAQUIM PEDRO MONTEIRO – VILA FRANCA DE XIRA – REJEIÇÃO DAS LISTAS DE ERROS E OMISSÕES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 656/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da rejeição da lista de erros e omissões apresentada, mantendo-se o prazo fixado para a apresentação das propostas, referente à empreitada de reabilitação da rua do Curado e rua Joaquim Pedro Monteiro, em Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 656/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a única coisa que tem a dizer é que os membros da Coligação Novo Rumo colocaram aquelas questões da última vez, e não percebem qual é a quantidade ou a redução do número de estacionamento que se vai ter na área. -----
Respondeu o Sr. Presidente que é o mesmo número. -----
Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que o número de estacionamento não deve ficar igual, ao que o Sr. Presidente respondeu que é igualzinho.-----
O Sr. Vereador Rui Rei interveio de novo, dizendo que então é a primeira obra que se vai fazer em que o número de estacionamento é igual, e o que diz ao Sr. Presidente é: Cuidado! -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que na reunião que se teve com os moradores e os comerciantes, e agora não vai abrir essa conversa, porque haverá de ser respondida em tempo oportuno, de acordo com as questões que se colocaram, uma das matérias que foi colocada foi justamente a do estacionamento. Foram



feitas algumas sugestões, não só de moradores, mas também de comerciantes, que num ou outro aspeto haveria a possibilidade de se conseguir mais estacionamento.-----

O compromisso que ficou foi o de que se iam estudar estas soluções, e inclusivamente em obra muitas das vezes poderão ser encontradas soluções que no próprio projeto não se consigam. Nomeadamente foi colocada a possibilidade de se alterar o posicionamento ou a implantação de passagens de peões, que estão num determinado sítio e eventualmente seria mais interessante trocá-las ou reposicioná-las.-----

Assim, houve uma série de questões e alguns compromissos assumidos com as pessoas que estavam presentes, pelo que o número de lugares de estacionamento que está no projeto é exatamente igual, e é possível, talvez, conseguir ainda encontrar mais uma outra solução.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que, ultrapassada essa questão, ou pelo menos a tentativa de se vir a ultrapassar, o próprio chamava à atenção, de novo, que há espaços na zona que são públicos, são do Estado, e eventualmente a câmara municipal deveria tentar que alguns pudessem vir a ser utilizados como estacionamento até uma futura requalificação da área.-----

Aquela zona da Agricultura e outras deveriam ser reavaliadas e vistas, porque há muitos espaços dentro da cidade de Vila Franca de Xira que devem ser equacionados, intervenções quarteirão a quarteirão, e devem ser avaliados os espaços estratégicos, porque, caso contrário, embeleza-se a superfície mas não se deixa espaço depois para as pessoas verdadeiramente usufruírem deles, pois não têm um sítio onde pararem.-----

Respondeu o Sr. Presidente que está de acordo, passando seguidamente à votação do ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém, e concluindo que é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 126

Reunião de 2016/06/15

Procº GAMAJ

Deliberação nº 407

1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À AUDIÇÃO DE JOVENS MÚSICOS DA ESCOLA DE MÚSICA DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 118/16, de 06/06, do GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Póvoa de Santa Iria, de apoio municipal à realização da audição de jovens músicos da sua escola de música, no âmbito do apoio a iniciativas culturais do movimento associativo.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 118/16, de 06/06, do GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que pensa que esta é uma boa notícia, questionando se há alguma questão que os Srs. Vereadores queiram colocar.-----
Não havendo, colocou o ponto a votação, questionando quem vota contra, e quem se abstém, concluindo que é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO DE HOMENAGEM AO MAESTRO JOSÉ JÚLIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 223/16, de 03/06, da Adjunta do Sr. Presidente, para aprovação do preço de venda ao público do livro “José Júlio – Vida e Tauromaquia”, no valor de 30,00€, excetuando na data do lançamento, 27 de junho, em que terá o valor de 25,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 223/16, de 03/06, da Adjunta do Sr. Presidente, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: VENDA AO PÚBLICO DO CATÁLOGO E POSTAIS ILUSTRADOS DA EXPOSIÇÃO “É DE VILA FRANCA E CHAMA-SE JOSÉ JÚLIO”-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 201/16, de 23/05, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação do preço de venda ao público do catálogo e postais ilustrados da exposição “É de Vila Franca e chama-se José Júlio”, sendo o valor do catálogo de 15,00€, a série de postais de 2,50€, e de 0,50€ cada postal.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 201/16, de 23/05, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: PRÉMIO DE TEATRO MÁRIO RUI GONÇALVES – ALTERAÇÃO ÀS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 112/16, de 03/06, do DEC/SAC/Teatro, para aprovação da alteração das normas de participação no prémio de teatro Mário Rui Gonçalves, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 112/16, de 03/06, do DEC/SAC/Teatro, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que tem uma questão muito simples sobre estas alterações às normas de participação no prémio de teatro Mário Rui Gonçalves. Na documentação vem a relação total, já com as alterações e, a exemplo, e bom exemplo, que tem havido nesta câmara municipal, nem sempre, mas na maioria das vezes, é justo dizê-lo, e pode dar o exemplo da discussão do projeto de alteração do regulamento do PAMA, vinham devidamente destacadas as alterações que se fizeram. Na altura elogiou, e agora volta a afirmá-lo. -----
Nesta situação nem vem a negrito, o chamado “bold”, ou a cores, não vem nada, e acha estranho. Quem fez isto não teve o incómodo de fazer o serviço como os membros da CDU pensam que deveria ser feito, e quis dar trabalho aos vereadores da oposição, que não têm pelouros, nem a tempo inteiro, nem a meio tempo.-----
Só regista isto, embora elogie tudo o que tem sido feito, volta a dizer, e se calhar até é do mesmo pelouro. Um bom trabalho no regulamento do PAMA e aqui um



mau trabalho, na sua opinião, mas não é nenhuma questão pessoal contra ninguém.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se remeterá esse documento com as alterações assinaladas que, como diz o Sr. Vereador, são de detalhe, mas não custava nada terem vindo. Assim, remeterá o documento, mas quer também que conste em ata que a razão por não ter vindo essa alteração foi porque era realmente muito simples. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que é mais uma razão, pois, se é simples, não seria muito o tempo para fazer isso.-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que não teve nada a ver com o facto de dar mais trabalho, nem menos trabalho, mas queria que ficasse o que disse em ata. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO TEMPORÁRIO – COLÓQUIOS DA SEMANA DA CULTURA TAUROMÁQUICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 223/16, de 02/06, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aprovação de um fundo de maneiio de caráter temporário, no valor total de 1 000,00€, para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis, nomeadamente combustíveis e refeições inerentes às deslocações dos conferencistas, no âmbito dos colóquios da Semana da Cultura Tauromáquica de 2016, o qual ficará à responsabilidade da coordenadora técnica, Anabela Fernandes.

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 223/16, de 02/06, do DEC/DCTPM/M, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental:-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

[Handwritten initials]

1. Assunto: PROGRAMA FÉRIAS DESPORTIVAS DE VERÃO 2016 - ATRIBUIÇÃO DA 1ª FASE DE SUBSÍDIOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 180/16, de 19/05, do DASDEDS/DDE, para aprovação da atribuição da 1ª fase de subsídios, no valor de 4 312,50€, às coletividades/entidades promotoras das atividades, no âmbito do Programa Férias Desportivas de Verão 2016.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 180/16, de 19/05, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

- A
- M
1. Assunto: ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO - REGIME GERAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA NA ÁREA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL - REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

 2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 207/16, de 08/06, da EMRU, para aprovação da abertura de procedimento, por ajuste direto, do regime geral, para a prestação de serviços por avença, na Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, de uma técnica superior na área de psicologia educacional, e remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

 3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 207/16, de 08/06, da EMRU, informação nº 1697/16, de 10/05, do DGAFJ/DRH, e comunicação interna nº 158/16, de 03/05, do EMRU, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

 4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

 5. Disposições legais aplicáveis:-----

 6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, apesar da reformulação dos documentos que vieram na reunião anterior, confessa, e fala por si, não está ganho, ou os membros da CDU não estão ganhos, para a bondade deste ajuste direto para a prestação de serviços desta psicóloga de educação. -----
Às vezes estas coisas até parecem “fato feito à medida”, mas não vai entrar por aqui, e já não é a primeira vez que esta senhora tem trabalhado para a câmara municipal, pelo que, a exemplo do que defenderam no ponto anterior, da outra reunião, e defendem constantemente, questionam porque é que para estas situações não se começa a pensar na abertura de um procedimento concursal.-----



Pensa que isso é importante, sabe que lhe vão dizer que há 50% que não se paga (e agora iria dizer que é sazonal, por influência da discussão que se teve há pouco) ou que é temporário, mas o que diz, mais uma vez, é que os membros da CDU não vão estar muito mais tempo disponíveis, no futuro, para casos idênticos. -----
Não vão inviabilizar, vão-se abster, e força mais isto pelo próprio, não que a sua bancada não esteja de acordo com o que está a dizer, pois não está ganho para esta situação, e não está a fazer processos de intenção seja a quem for. -----
Assim, vão-se abster, não vão inviabilizar. -----

Perguntou o Sr. Presidente ao Sr. Vice-Presidente se quer contribuir para mais algum esclarecimento sobre o porquê desta pessoa em particular. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que, no fundo, quer só dar conta que relativamente à reunião de câmara anterior tinha sido pedido um conjunto de esclarecimentos, que vêm e estão anexos à documentação, e remete para ela essa explicação. -----

Trata-se de um acréscimo de pressão, sob o ponto de vista da elaboração de candidaturas, que resulta da abertura muito recente do Portugal 2020, que já devia ter sido aberto em 2014 e só agora é que abriu, ainda por cima numa área concreta relativamente à qual agora é preciso um trabalho muito mais especializado, numa área inabitual sob o ponto de vista do quadro comunitário do Portugal 2020. -----

O facto de haver verbas especificamente para a preparação destas candidaturas faz com que esta seja a melhor forma de o conseguir, e por isso vem a reunião.-----
No fundo, pretendeu apenas esclarecer só para ficar registado em ata, mais do que outra coisa.-----

Interveio o Sr. Presidente, colocando o ponto à votação, perguntando quem vota contra, quem se abstém e quem vota a favor, concluindo que o ponto é aprovado com a abstenção da CDU, e os votos a favor do PS e da Coligação Novo Rumo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 2050/16, de 06/06, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2016/05/18 e 2016/06/03.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 2050/16, de 06/06, do DGAFJ/DRH, e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2016/05/25 e 2016/06/07, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

3. Informações/pareceres: -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten initials and signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 138

Reunião de 2016/06/15

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal: -----
Dotações Orçamentais-----24 927 767,13€
Dotações não Orçamentais----- 2 133 423,82€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: -----
Dotações Orçamentais----- 4 486 030,37€
Dotações não Orçamentais----- 655 775,46€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: EMPREITADA DE RECARGAS DE PAVIMENTOS – 2016 NO CONCELHO – MINUTA DO CONTRATO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 128/16, de 06/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato, referente à empreitada de recargas de pavimentos – 2016 no concelho, no valor de 436 950,81€, acrescido de IVA, adjudicada à Construções Pragosa, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 128/16, de 06/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicações internas nºs 17 e 18/16, de 23/05 e 06/06, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2016/05/09 a 2016/06/05, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 17 e 18/16, de 23/05 e 06/06, do DGUPRU/SAPRE, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

- A* *M*
1. Assunto: REVOGAÇÃO DA ESCRITURA Nº 11/08, COM MANUTENÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE ATRIBUÍDO AO FUTEBOL CLUBE DE ALVERCA EM ESCRITURA Nº 02/04, E ALTERAÇÃO DO OBJETO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, COMÉRCIO E SERVIÇOS -----

 2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 7/16, de 07/06, do DGUPRU/DGU, para aprovação da revogação da escritura nº 11/08, de 6/03, com manutenção do direito de superfície atribuído ao Futebol Clube de Alverca em escritura nº 02/04, de 14/01, e alteração do objeto do direito de superfície de instalação de um posto de abastecimento de combustível para restauração e bebidas, comércio e serviços, solicitada pelo Futebol Clube de Alverca, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

 3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 7/16, de 07/06, do DGUPRU/DGU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

 4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

 5. Disposições legais aplicáveis:-----

 6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que, sem prejuízo das explicações que constam na informação técnica, os membros da CDU gostariam que o Sr. Presidente pudesse aprofundar os motivos que levam a que esta situação tenha que ser hoje deliberada pela câmara municipal. -----
Respondeu o Sr. Presidente que há uma questão que é eminentemente técnica, do foro do serviço de Notariado, que crê que está bem explícita, mas, em termos de facto, como todos se recordam, tinha sido cedido ao Futebol Clube de Alverca um



espaço para uma bomba de gasolina, que depois foi rejeitado e houve a revogação dessa decisão. No entanto, o Futebol Clube de Alverca há muito tempo que tem vindo a solicitar que essa cedência se mantivesse, com outro uso.-----

É uma matéria que tem vindo a ser falada, houve reuniões inclusivamente com os moradores da zona, que num determinado contexto colocaram uma série de questões sobre a construção do centro de formação, e foi possível, de facto, através dessas reuniões com os moradores, permitir, e há um documento nesse sentido, de não oposição, de que nesse espaço que estava previsto ser uma bomba de gasolina, pudesse ser agora um espaço de cafetaria. Até estava previsto, não sabe se está também considerado, um pequeno espaço para a loja de venda de produtos do próprio Futebol Clube de Alverca.-----

O que vem hoje a reunião de câmara é justamente isso, a revogação dessa escritura de cedência, que nunca tinha sido feita.-----

Há problemas de carácter administrativo que não foram resolvidos em tempo oportuno, foram andando estes anos todos, e agora há a necessidade de clarificar tudo isto.-----

Solicita ao Dr. Fernando Barreiros que o corrija se não for assim, mas, em primeiro lugar, é preciso revogar esta escritura de cedência, e mais tarde trazer uma outra proposta para a cedência do mesmo espaço. -----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, referindo que já está tudo na proposta.-----

Reafirmou o Sr. Presidente que está tudo contemplado na proposta, solicitando ao Dr. Fernando Barreiros que explique, por favor, porque acompanhou o processo e sabe explicar melhor do que o próprio.-----

Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, mencionando que, como o Sr. Presidente disse, houve várias vicissitudes a nível desta situação, mas houve sempre uma intenção de deixar este direito de superfície para o Futebol Clube de Alverca. Efetivamente houve essa primeira revogação, mas como havia esta situação transitória de ver como se ficava, nunca se levou a registo essa escritura de revogação. -----

Vem agora o Futebol Clube de Alverca solicitar a manutenção desse primeiro direito de superfície, e o Sr. Presidente agora falou que já estão ultrapassados todos os problemas, de maneira que o que é preciso fazer agora é revogar essa



escritura de revogação e alterar-lhe o objeto, ou seja, mantém-se tudo como estava inicialmente e foi deliberado pela câmara municipal, e altera-se apenas o objeto. -----

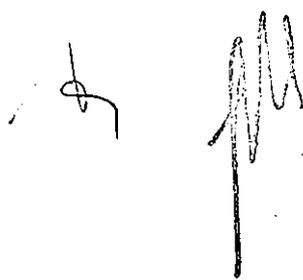
Deste modo, no direito de superfície, onde constava que era para ficar a bomba de gasolina, passa a constar que é para restauração, comércio e serviços, precisamente para contemplar aquilo que o Sr. Presidente também referiu, que é a possibilidade do Futebol Clube de Alverca amanhã ter ali um espaço onde possa vender os produtos alusivos ao próprio clube. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo que o Sr. Presidente lhe permita que faça uma correção. Isto está para além da intenção, há deliberações da câmara municipal sucessivas sobre esta matéria que garantem, na opinião dos membros da CDU, o usufruto para espaço de restauração para o Futebol Clube de Alverca. ---

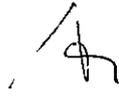
Portanto, é uma questão que está para além da vontade expressa por esta câmara municipal. Houve, de facto, um lapso no processo administrativo consequente, que é alheio à deliberação da câmara municipal, e os membros da CDU gostavam de fazer esta pequena precisão. -----

A segunda questão prende-se com o futuro desta infraestrutura. A câmara municipal mantém no seu orçamento uma verba para levar a efeito a comparticipação que lhe diz respeito no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, o Futebol Clube de Alverca informa sucessivas vezes que mantém a sua intenção de levar a bom porto este projeto, e a pergunta que fazem é se a câmara municipal tem conhecimento se este empreendimento desportivo, que abrange muitas vantagens para além das que decorrem do projeto de formação desportiva do Futebol Clube de Alverca, pode ser, ou não, uma realidade a curto-médio prazo. -----

Respondeu o Sr. Presidente que, das reuniões que se têm tido com o clube, há uma manifestação de interesse de construir o centro de formação, e essa manifestação de interesse tem a ver também com algumas possibilidades financeiras que entretanto teve, de transação de jogadores, em que o Futebol Clube de Alverca tinha também interesse em termos dos valores da formação, e conseguiu através disso algumas receitas interessantes. Isto quer dizer que, em termos financeiros, o Futebol Clube de Alverca não tem o valor necessário para o efeito, tem é a



possibilidade da sua comparticipação estar garantida. É aquilo que o clube lhe diz. Aquilo que há muitos anos a câmara municipal aprovou foi o apoio financeiro caso a administração central também comparticipasse.-----
Tem-se vindo a tentar perceber, e ainda há cerca de 2 meses houve uma reunião, onde esteve o Sr. Vice-Presidente, justamente para se reanalisar o processo, porque para a câmara municipal, da análise que faz, e da análise jurídica que é feita, o processo continua eficaz.-----
Uma coisa é ter eficácia, outra coisa são as questões de caráter financeiro, se não tivesse eficácia o problema estava morto à nascença, já não havia condições nenhuma de avançar, se estiver eficaz, é uma questão de se encontrarem as condições financeiras para também a administração central participar com a parte que lhe compete e, nesse caso, a câmara municipal depois também avançar. Se tudo isso não evoluir nesse sentido, os membros da câmara municipal terão que tomar uma decisão sobre a aprovação do apoio que foi concedido num determinado contexto, qual o sentido que se irá dar àquele apoio, ou se mantém, e de que forma, ou não se mantém. -----
Assim que, efetivamente, em termos processuais, se tiver um documento da administração central e da secretaria de Estado respetiva a dizer que “sim, o processo continua válido”, ou, “não, o processo caducou”, a câmara municipal terá que tomar uma decisão.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que esta é uma informação nova, pelo menos uma informação de que os membros da CDU não dispunham, ou seja, o Governo, através do Subprograma 1, deixou de garantir a comparticipação financeira para levar a efeito esta infraestrutura.-----
Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que não disse isso.-----
Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se o Sr. Presidente não disse isso, por que razão é que neste momento, ou através da câmara municipal, ou através do clube, foi suscitada a necessidade de clarificação do apoio financeiro para este projeto em particular, não se percebe. -----
Havia um contrato previsto, no âmbito de um regulamento de comparticipação financeira, que incluía três partes, de acordo com diferentes esforços financeiros, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Subprograma 1, através do orçamento



do Estado, e fundos próprios do Futebol Clube de Alverca.-----
Se interpretou corretamente o que o Sr. Presidente disse, uma das partes financiadoras alegou dúvidas sobre se o processo tem ou não eficácia. Sendo assim, podem tirar a conclusão que para um dos parceiros financiadores deste empreendimento desportivo foi suscitada a sua obrigatoriedade de não pagar, ou, neste caso, foi suscitada a pertinência de honrar com o seu compromisso. Perguntam porque é que isso aconteceu, porque passou muito tempo? Será porque houve por parte da administração central e do Governo uma reavaliação da mais-valia deste projeto? Será porque os termos de referência financeiros para levar a efeito esta obra estão hoje alterados, para mais ou para menos? Ou seja, o que é que levou a administração central a mudar de opinião, porque terão existido, seguramente, compromissos escritos sobre esta matéria?-----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que a administração central, como o Sr. Vereador sabe, pagou uma parte de alguns trabalhos que foram feitos, porém, o tempo que passou e, sobretudo, a não evolução do processo, devido ao facto da Construsan ter entrado em insolvência, criou uma série de dificuldades ao normal procedimento da obra e do pagamento dos autos. O Governo de então fez aquilo que lhe parece lógico, estava ali um dinheiro que não se movimentava, fez uma afetação de meios financeiros para suprir outras necessidades. Foi isso que aconteceu, e acha que é normal que assim seja, não podem lá estar os valores financeiros eternamente.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando qual o valor que o Estado ainda deve ao Futebol Clube de Alverca.-----
Respondeu o Sr. Presidente que não sabe.-----
Disse ainda o Sr. Vereador Rui Rei que as pessoas podem estar a achar que é um milhão de euros.-----
Respondeu o Sr. Presidente que não, é relativamente pouco.-----
Referiu ainda o Sr. Vereador Rui Rei que, se calhar é 10% do valor que disse.-----
Reafirmou o Sr. Presidente que é relativamente pouco, aliás o apoio da câmara municipal é superior ao da administração central.-----
O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, referindo que o problema do Futebol Clube de Alverca é se tiver que devolver o dinheiro, o problema não está na

administração central.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que este é um processo que a câmara municipal tem estado a desenvolver, na parte final do Governo anterior houve uma reunião também com o Sr. Secretário de Estado, que foi muito compreensivo e simpático nesta matéria, mas depois o trabalho não teve sequência e retomou-se outra vez, com este novo Governo.-----

Foram criadas algumas expectativas de solução, as mesmas expectativas que com o anterior secretário de Estado, porque efetivamente os secretários de Estado estão lá é para tentar resolver problemas, e não para complicar problemas, de modo que a câmara municipal está na expectativa que, de facto, este processo possa ser reavaliado e possa seguir. Se assim for, com documentação acessória e fundamentada a câmara municipal pode começar a disponibilizar as verbas para as quais aprovou esse mesmo apoio. -----

Está-se a falar de um apoio relativamente pequeno, tendo em consideração o volume da obra e o apoio da própria câmara municipal. -----

Como disse, há de chegar o momento em que se terá que fechar este processo, e saber qual é o caminho a seguir. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que efetivamente a opinião dos membros da Coligação Novo Rumo é que é preciso que as entidades se ponham de acordo. --

Daquilo que tem percebido, o Alverca reavaliou o seu projeto, e o projeto que era para executar no passado já não é o que é para executar hoje. -----

O problema não está na execução do projeto, não está nos 100 000,00€ ou pouco mais que o Estado ainda "deve" ao Alverca.-----

Daquilo que julga saber, à época, o problema seria se alguém viesse a colocar em causa as obras que foram executadas e a possibilidade de devolver o dinheiro das obras que lá foram feitas. -----

Portanto, o problema neste momento do Alverca executar, ou não executar, não são 100 000,00€ do Estado, porque a CCDR-LVT – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, terá dito que não havia problema, e por aí fora. -----

O problema está em reavaliar o projeto, a direção do Alverca definir o que é que quer efetivamente fazer, e a câmara municipal avaliar se é prioritário ou não, e

A

M

depois ver, enquadrado se o Governo apoia ou não alguma coisa, ou se a câmara municipal através disto, ou através de outras, que os membros da CDU já votaram contra nalguns momentos, noutras instituições, vai aceitar ajudar o Alverca ou não. A diferença é só esta, não é mais nenhuma, agora vai-se é ver se se ajudará o Alverca, mesmo tendo votado em situações semelhantes contra. Os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor, agora vai-se ver é, em relação ao Alverca, quem vota a favor ou vota contra, tal como noutras circunstâncias. A diferença é só esta, não há mais nenhuma. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo estarão em condições, desde que o projeto seja importante para a cidade, para a região e para a prática desportiva, estarão em condições de apoiar, em igualdade de circunstâncias em que apoiaram outros clubes. Não diria que outros estariam na mesma posição, se tiver que haver aqui algumas situações, até no âmbito desta reversão, eventualmente, que o Alverca venha a precisar de outro tipo de investimentos exteriores, para viabilizar o seu complexo desportivo. Isso é que não sabe, se estarão todos nas mesmas condições de apoiar. -----

Se for para a prática desportiva, para apoiar, bem como a viabilização do clube, e conseqüentemente os seus atletas, os membros da Coligação Novo Rumo estarão em condições de apoiar, a exemplo de que apoiaram outros. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá pôr à consideração o ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten initials and signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 148

Reunião de 2016/06/15

Procº 30/16 CERTAUGI

Deliberação nº 416

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 191, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 141/16, de 20/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 191 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, no valor de 2 592,75€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por António Maria Miguel.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 141/16, de 20/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 192 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 142/16, de 20/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 192 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, no valor de 2 198,20€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por António Maria Miguel.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 142/16, de 20/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 238, DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 155/16, de 06/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 238 do loteamento da Quinta da Ponte, em São João dos Montes, no valor de 2 624,84€, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2015-AUGI, de 25/03, solicitado por Bruno Miguel Soares Santos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 155/16, de 06/06, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

[Handwritten initials]

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2011-AUGI, DE 23/03 – AUGI FONTE SANTA, PARCELA 1, ARTIGO 24º, SECÇÃO F - VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/16, de 24/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação da alteração ao estudo de loteamento, titulado pelo alvará de loteamento nº 1/2011-AUGI, de 23/03, referente à parcela 1, do artigo 24º, da secção F, na freguesia de Vialonga, nos termos da alínea b), do nº 1, do artigo 4º, da Lei nº 91/95, com as várias alterações.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/16, de 24/05, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DE SANTA SOFIA – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA E CONTA FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 574/16, de 20/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final, datada de 2016/05/18, do auto de vistoria e receção definitiva, datado de 2016/05/18, bem como autorização da liberação de todas e quaisquer quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que o empreiteiro tiver direito e da extinção da caução prestada, referentes à empreitada de execução do parque urbano de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira, adjudicada ao Consórcio Vibeiras, SA / Mota-Engil, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 574/16, de 20/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo deslocaram-se ao local e verificaram que existem algumas irregularidades que serão necessárias colmatar, e até fizeram um levantamento fotográfico, que entregarão ao Sr. Presidente, para agilizar também, face ao adiantado da hora, sendo que, no fundo, são melhorias de manutenção que entendem que a câmara municipal terá que fazer para o bom funcionamento do parque urbano de Santa Sofia. -----
Há uma série de problemas elencados, com as fotografias, e passará a entregar o documento, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---
Interveio o Sr. Presidente, perguntando à Srª Vereadora se na sua perceção são questões de má construção ou de utilização.-----
Respondeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que, por exemplo, a



passadeira em frente ao parque urbano tem o rebaixamento do passeio do lado que vem do ringue, e depois, na passadeira em frente há pilaretes, e não tem o rebaixamento. As pessoas conseguem passar entre os pilaretes, mas não tem lógica, pois se vier um carrinho de bebé ou coisa que o valha, ou uma cadeira de rodas, não passa, não tem o rebaixamento equivalente aos 2 lados. Tem de um lado, do outro não tem, e tem pilaretes. -----

Respondeu o Sr. Presidente que aparentemente é um erro de conceção. -----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo ainda que o chão da ponte está com madeiras levantadas. -----

No entanto, os membros da Coligação Novo Ruvo aprovam o ponto, com isto que colocam, não tem problema nenhum, mas são problemas como, por exemplo, o facto da placa identificativa da estátua já estar toda descorada e precisar de ser substituída. Depois, uma parte do piso abateu, numa zona em que têm uma fotografia, e as margens da ribeira precisam de ser limpas. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se vai procurar resolver isso, principalmente a questão do passeio, que lhe parece um pouco mais complicada. --

De seguida, passou à votação do ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém, concluindo que é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA NA VALA DO CARREGADO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 639/16, de 01/06, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção definitiva parcial, datado de 2016/05/17, dos trabalhos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, e dos relativos a elementos construtivos não estruturais, bem como autorização da liberação total da caução, restantes 10%, no valor de 3 388,63€, referentes à empreitada de execução de equipamento de utilização coletiva na Vala do Carregado, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Nogueira e Santos de Almeida, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 639/16, de 01/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que os membros da CDU estão de acordo com este auto de vistoria e receção definitiva parcial, no valor de 3 388,63€, mas tem uma questão, para seu esclarecimento. O prazo até 10 anos pensa que é para os defeitos relativos a elementos construtivos estruturais e o prazo de 5 anos é para os não estruturais. Assim, os elementos construtivos estruturais ficam lá, no valor de 26 711,28€ + IVA, e gostaria de saber se para estes elementos construtivos estruturais há uma caução. Pensa que deve haver, que se acaba a caução dos 3 388,63€ e que há uma caução, com um valor "x", que garanta esta situação.-----
O Sr. Vereador António Oliveira interveio, cumprimentando todos os presentes,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~ 155

Reunião de 2016/06/15

Procº DOVSM. 02.02.20.

Deliberação nº _____

dizendo que sabe que o Sr. Vereador, quando o próprio lhe diz que sim, acredita, mas tem todo o direito de duvidar, e já foi dito hoje que só não erra quem não faz nada.-----

Quanto à questão, os trabalhos relativos aos elementos construtivos estruturais, no valor de 26 711,28€, não estão considerados nesta receção definitiva, em virtude de terem um prazo de garantia de 10 anos. Portanto, isso está salvaguardado, e o Sr. Vereador fica confortado.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que pressupunha que sim, mas gostaria de confirmar.-----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, dizendo que sobre esta obra queria dizer só uma "coisinha", que é mais um dos símbolos, se calhar, de coisas que não se deveriam ter feito. Gastaram-se 400 000,00€, e só gostava de saber, antes de continuar a sua intervenção, para o que é que serve aquela obra ali. Aquela obra foi feita para uma instituição, por manifesta pressão política, que não foi do PSD, como é óbvio, e gostava de saber o que é que hoje se utiliza desta obra.-----

Respondeu o Sr. Presidente que efetivamente o Sr. Vereador diz bem, sendo que houve um processo de fusão entre associações na Vala do Carregado, e transformaram-se numa só associação. Aquele edifício foi construído inicialmente para usufruto do rancho folclórico da Vala do Carregado, mas depois não foi assim, por motivos vários, que nem sabe em pormenor, porque já lá vão muitos anos e também não acompanhou esse processo.-----

Portanto, não tem o detalhe da situação, nem sequer se lembra, mesmo que tivesse, sendo que, de uma forma muito sintética, foi construído para esse efeito, mas a obra foi interrompida, e esteve assim durante muito tempo, até que houve esta questão da fusão dos clubes, da Columbófila, do clube que lá existe e do próprio rancho. Quanto à solução em si, até tinha interesse, porque era uma mais-valia e uma economia de escala.-----

Assim sendo, completou-se a obra, adaptou-se à questão da área da columbofilia, que era a parte mais forte, e o processo prosseguiu. Porém, como às vezes há situações que acontecem no movimento associativo, os sócios decidiram, em assembleia-geral, extinguir a associação, e o edifício passou para a posse da câmara municipal.-----



Depois de se pensar qual era a utilização a dar, houve, da parte da APS – Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, uma proposta de utilização para construir ali uma valência que é muito necessária na zona, que é uma residência de idosos, centro de dia ou mesmo de internamento.-----
É nesse sentido que, no âmbito do urbanismo, está a decorrer já em parte final a alteração do edifício, para se adaptar ao efeito. Assim sendo, pensa que finalmente se encontrou uma solução adequada, e é isso que pode dizer. -----
Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que conhece essa história que o Sr. Presidente contou, e a mais recente também, até porque foi um compromisso eleitoral sem a validação desta câmara municipal, da ex-presidente de câmara, com o presidente da APS, apoiante da câmara municipal, e na altura os membros da Coligação Novo Rumo tiveram oportunidade de dizer que isso não fazia muito sentido, eticamente era reprovável, e pior, a APS não tinha a valência em questão, pelo que se calhar outros é que deveriam gerir essa matéria. Neste sentido, espera que não se volte a cometer um segundo erro. -----
O primeiro foi um erro, até porque foi quando o próprio teve o pelouro durante um tempo que os serviços terminaram a obra. O próprio já estava na câmara municipal, e aquilo foi claramente terminar uma obra para fazer serviço à medida a um conjunto de instituições e a um conjunto de prioridades políticas, que se veio a demonstrar que não tinham nada a ver com a população, até porque quando uma ou duas pessoas saíram aquilo desmoronou-se.-----
O que quer dizer com isto é muito simples, é que o problema de Vila Franca de Xira e o problema do país não é dinheiro, o problema são os diferentes sítios onde se coloca o dinheiro. Anda-se a falar que há problemas da GNR na Castanheira, mas gastaram-se 400 000,00€ num sítio que está fechado. Há problemas no centro de saúde, mas gastaram-se 400 000,00€ num sítio que está fechado. -----
Só quer demonstrar que, se calhar, e não é se calhar, é de certeza, o problema não é dinheiro, é que as prioridades estão invertidas, e a verdade é que a população não tinha aquela necessidade, porque se tivesse aquilo estava aberto. -----
Assim, só espera, porque já o disse em reunião, quando foi da aprovação, que não se venha a cometer um segundo erro. O dinheiro é uma coisa cara, não basta querer fazer uma coisa, tem que se ter “know-how” e capacidade para fazer,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 157

Reunião de 2016/06/15

Procº DOVSM. 02.02.20.

Deliberação nº _____

portanto, espera sinceramente que não se venha a cometer um novo erro naquela matéria, quando o que se devia fazer era apoiar efetivamente quem tem as respetivas valências, crescê-las e consolidá-las. -----

A câmara municipal, se quiser olhar para o estado geral do concelho, das suas instituições, do setor económico privado e público, percebe perfeitamente que há problemas, que não vale a pena dividir, e o que se tem muitas vezes que fazer é unir, e no caso das instituições aplica-se isto na prática. -----

O próprio já solicitou uma vez em reunião que a câmara municipal fizesse uma avaliação do retrato social do concelho e das avaliações das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, para se poderem antecipar e ajudar alguns problemas, pelo que esta questão é essencial, é melhor unir do que dividir, porque a prazo não haverá espaço para todos. -----

Não haverá espaço para todos nas crianças, e haverá aqui espaço para os mais idosos, porque todos caminham para mais velhos, mas é preciso cuidado, pois a maior parte dos idosos não tem 1 000,00€ para pagar por uma cama numa IPSS. É a maior parte, são 80 ou 90% dos idosos, e o próprio questiona-se, pois o Estado tem que colocar dinheiro numa IPSS, que a seguir leva a um idoso 1 000,00€. Isto não tem nada de social, e o que se está a financiar não são os idosos que recebem 300,00€ de pensão social, estão-se a financiar os idosos que têm condição financeira. É o que se está a financiar, e isso não é função do Estado, sendo que até parece um “tipo” da extrema-esquerda, mas é assim. -----

Depois, há instituições neste concelho excelentes, e dá o exemplo da Póvoa de Santa Iria, mas em que a maior parte dos idosos nunca conseguirá ir para lá, com o fruto do seu trabalho e o fruto da sua reforma. Considera que isto é absolutamente injusto, um país que não cuida, nem dos seus jovens, nem dos seus idosos, tem um problema muito sério pela frente, pois não respeita nem deve ser efetivamente respeitado. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, sobre o que foi dito, que se está a falar de questões de carácter social, foram ditas algumas coisas que, em particular, não tinham muito a ver com o ponto em si, mas o que se tentou fazer num determinado contexto foi unir, encontrar uma solução de fusão, que do seu ponto de vista é o futuro do associativismo, e não só do associativismo como de outras




coisas. -----

Na altura estava-se animado e esperançado, numa grande expectativa que funcionasse, mas se os clubes “de per si”, pelo menos um deles, que era a Columbófila, funcionavam, todos juntos criavam maior sinergias e certamente que a coisa podia resultar, mas infelizmente não resultou. -----

Sobre esta questão da APS, pensa que este novo Governo tem uma perspetiva de se focalizar, de apoiar muito aquilo que respeita à questão do Estado social, e muito em particular nesta área dos seniores, das pessoas da terceira-idade, particularmente os que maiores patologias têm na área psicológica e das demências, pelo menos foi aquilo que ouviu publicamente. -----

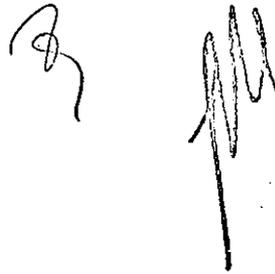
Não sabe se é assim se não, mas espera que seja, e este projeto da APS pode-se incluir perfeitamente nessa sequência. -----

O que diz ao Sr. Vereador é que não tem certezas, a única certeza que tem é que se tem a obrigação de, em cada momento, encontrar soluções para potenciar espaços que estão devolutos e que deveriam estar ao serviço da população. É a única certeza que tem. -----

Portanto, é isto que hoje se traz, não propriamente as questões de fundo que foram faladas, mas a execução deste equipamento. -----

Terminou, colocando à consideração o ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o mesmo é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Durante a discussão do ponto 38 da ordem do dia, interveio o Sr. Presidente, mencionando que não sabe se os Srs. Vereadores da CDU têm condições de votar o ponto, e, se não tiverem, passará para a próxima, porque já passa das 14h00.-----
Tendo os Srs. Vereadores anuído, prosseguiu, referindo que quase que se atrevera até a perguntar se têm alguma dificuldade até ao ponto 47 da ordem do dia.-----
Após a votação deste ponto, tomou de novo a palavra, referindo que a reunião de câmara fica por aqui. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU colocam à consideração que se possam aprovar os pontos até ao 47, sendo que no 47 o seu camarada tem uma pequena questão para colocar. -----
Referiu o Sr. Presidente que da parte do Partido Socialista com certeza que sim, os seus membros acompanham a CDU, mas da parte da Coligação Novo Rumo não sabe. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo acompanharão, e esperam que numa próxima oportunidade o reverso da medalha seja verdadeiro. Acompanham até ao ponto 47, não tem problema nenhum, mas quer dizer que da próxima vez que for o inverso, esperam que os Srs. Vereadores também estejam de acordo. -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que se trata de facilitar a organização, e ficam então aprovados os pontos até ao ponto 46, ficando o 47 para a próxima reunião de câmara, pois não sabe que discussão se pretende fazer sobre ele. -----
Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que espera que as pessoas não tenham nenhum problema em assumir compromissos. O próprio vota o ponto 47, espera é que amanhã, quando os membros da Coligação Novo Rumo precisem de votar um outro ponto, os Srs. Vereadores estejam de acordo, é só isso. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que isso já aconteceu algumas vezes, e questionando se o Sr. Vereador está esquecido, pois os membros da CDU já o fizeram. -----
Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que se vai votar até ao ponto 46, e o 47 fica para a próxima reunião.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que só têm uma "questãozinha".---
Respondeu o Sr. Presidente que então se falará do ponto. -----



1. Assunto: 2ª CORRIDA CIDADE DE ALVERCA – ASSOCIAÇÃO PORTUGAL TALENTUS -
ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 551/16, de
17/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de
condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º,
do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2016, solicitada pela Associação
Portugal Talentus, para a realização da 2ª Corrida Cidade de Alverca.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 551/16, de 17/05, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CAMINHADA/PASSEIO PEDONAL DE COMEMORAÇÃO DOS 42 ANOS DO 25 DE ABRIL – CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESPORTO - ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 584/16, de 23/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2016, solicitada pelo Centro Popular de Cultura e Desporto, pela realização de uma caminhada/passeio pedonal de comemoração dos 42 anos do 25 de Abril. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 584/16, de 23/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----




1. Assunto: REALIZAÇÃO DE FESTAS ANUAIS EM HONRA DA PADROEIRA – PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA - ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 579/16, de 23/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 722,96€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2016, solicitada pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, para a realização das festas em honra da Padroeira, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 579/16, de 23/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **163**

Reunião de 2016/06/15

Procº 144/16 DOVSM-CT

Deliberação nº _____ **428**

1. Assunto: 10ª CORRIDA SOLIDÁRIA – ASSOCIAÇÃO POPULAR DE APOIO À CRIANÇA – ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 630/16, de 01/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28 €, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2016, solicitada pela Associação Popular de Apoio à Criança (APAC), referente à realização da 10ª corrida solidária.--

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 630/16, de 01/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: VI MERCADO MEDIEVAL – CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL – ISENÇÃO DE TAXA DE CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 653/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 309,84€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2016, solicitada pelo Centro de Bem Estar Infantil (CBEI), referente à realização do VI Mercado Medieval, em Vila Franca de Xira. -----

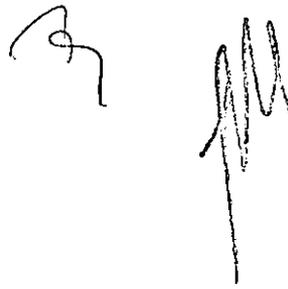
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 653/16, de 06/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA VARIANTE DE VIALONGA COM A EM DE ALPRIATE – VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 102/16, de 12/05, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela Nicolau de Macedo, Lda, no montante de 306,05€, com IVA incluído, pelas peças do procedimento referente à empreitada da rotunda no entroncamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate, em Vialonga.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 102/16, de 12/05, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA VARIANTE DE VIALONGA COM A EM DE ALPRIATE – VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 123/16, de 03/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela Construções Pragosa, SA, no montante de 306,05€, com IVA incluído, pelas peças do procedimento referente à empreitada da rotunda no entroncamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate, em Vialonga.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 123/16, de 03/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata ----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

Handwritten initials and a signature.

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2016 NO CONCELHO – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 119/16, de 02/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor pago pela Alves Ribeiro, SA, no montante de 86,32€, com IVA incluído, pelas peças do procedimento referente à empreitada de Recargas de Pavimentos 2016 no concelho.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 119/16, de 02/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata ----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONCLUSÃO DA RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB Nº 2 E JARDIM DE INFÂNCIA Nº 4 EM ALVERCA DO RIBATEJO – LIBERAÇÃO DE GARANTIAS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 619/16, de 30/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da liberação da quantia retida como garantia e da extinção da caução prestada no contrato, no valor de 4 501,34€, referente à empreitada de conclusão da recuperação e ampliação da EB nº 2 e Jardim de Infância nº 4, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Costa & Carvalho, SA, correspondente ao depósito da caução de 10% sobre o valor da revisão de preços, o qual não foi incluído no valor total da caução, motivo pelo qual não foi restituído quando se procedeu à liberação da caução. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 619/16, de 30/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, mencionando que se trata da libertação de garantias em relação a esta construção, e daquilo que é do conhecimento dos membros da CDU existem problemas na construção. Assim, ao aprovarem, questionam se estão salvaguardadas depois as obras a fazer. -----
Esta é a única questão que têm, e se há garantias que, libertando estas verbas, a câmara municipal não vai ficar com o prejuízo.-----
Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que esta situação já é conhecida da camara municipal, o Sr. Presidente já a expôs, e diz respeito à construção, não diz às infraestruturas. Assim, está-se a falar de duas coisas diferentes. -----
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que, apesar de serem questões diferentes, pergunta o que é que a câmara municipal fez, nomeadamente desde a



última vez que se falou até hoje sobre esta matéria.-----

O que é que existe em concreto, para responsabilizar o arquiteto? O próprio já disse que teve uma vez uma reunião com o arquiteto, e aliás o Engº José Fernandes, que está presente, também teve. O Engº José Fernandes não o vai deixar mentir com certeza, e se disser algum disparate agradece que o mesmo o corrija, porque às vezes a sua memória já não é boa, sendo que o arquiteto, a determinada altura, exaltou-se, e disse: “Os senhores já decidiram que eu sou o responsável, mas eu não vou pagar nada”. O próprio respondeu-lhe “Olhe, o senhor deve estar enganado, porque a única pessoa aqui que não vai pagar nada sou eu, com certeza”.-----

Foi mais ou menos assim, mais uma pitada para cima, mais para o lado, a reunião teve outros antecedentes, mas houve esta questão, pelo que o que pergunta é o que é que a câmara municipal fez entretanto para responsabilizar o arquiteto.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo sabem que existe o projeto, que veio duma entidade terceira, mas não interessa, é preciso saber o que é que a câmara municipal fez entretanto para esta matéria.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que aquilo que se fez era o que se devia ter feito, ou seja, convocou-se, mais do que uma vez, a Imocochão, que foi quem teve a responsabilidade de construir, através de um projeto do arquiteto em causa, exigiu-se, e vai ter que se responsabilizar sobre aquilo que não está bem feito, que é um abatimento, pois faltam uma ou duas fundações.-----

Havia uma dúvida, se era má construção ou erro de projeto, fez-se uma sondagem, abriu-se um buraco, e concluiu-se que o construtor construiu de acordo com aquilo que o projeto definia, nem mais, nem ontem, simplesmente o projeto era deficiente, ao ponto de um abatimento que ainda não se conseguiu resolver, e só será resolvido quando houver uma intervenção da câmara municipal.-----

Para o efeito a Imocochão vai ter que se responsabilizar por isso, e aquilo que se disse à mesma é que, se entende que não é diretamente responsável, então responsabilize quem deve responsabilizar, e aquilo que sabe é que acionou o projetista.-----

De qualquer modo, perante a câmara municipal quem é o responsável é a Imocochão, e nesse sentido qualquer intervenção e valor que a câmara municipal



vá investir na reparação daquela questão vai ter que ser ressarcido pela Imocochão.-----

O Sr. Vereador Rui Pereira tomou a palavra, questionando se o arquiteto em causa, que teve aquela reunião, é da Imocochão ou é projetista.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que o arquiteto é um arquiteto terceiro, que trabalhava regularmente com a câmara municipal.-----

Prosseguiu, mencionando que formalmente até pode concordar, mas pensa é que a Imocochão não tem nenhuma responsabilidade, tem zero de responsabilidade. O arquiteto é o responsável disto tudo, e espera que a câmara municipal não o convide mais para nenhum trabalho, muito menos trabalhos por convite.-----

Disse o Sr. Presidente que essa é uma questão do Sr. Vereador ver neste mandato, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que não disse que convidou, o que disse foi que espera que não convide.-----

O arquiteto fez várias obras no concelho, não fez só aquela, e por isso está a dizer que pensa que o que se está a fazer, ao responsabilizar a Imocochão, do seu ponto de vista é cometer um erro. Do seu ponto de vista a escolha do arquiteto não coube à Imocochão, logo, não tem nenhuma responsabilidade, o arquiteto em questão é o responsável, e era ele que devia ser acionado, e quanto muito a câmara municipal, em conjunto com a Imocochão, deviam acioná-lo.-----

Até pode não poder, não sabe, mas tem uma ilustre jurista à sua esquerda, e os juristas com certeza que encontrariam 45 caminhos para lá chegar. Não tem nenhuma dúvida, agora, pensa, ao mesmo tempo, e não está a defender a Imocochão, que às vezes é preciso "o seu, a seu dono", e naquele caso, pois noutros pode não ser, o arquiteto é efetivamente o responsável, como se veio a verificar, porque efetivamente o construtor desde o primeiro dia que disse que construiu de acordo com o projeto, a fiscalização corroborou, e os serviços também. Toda a gente verificou que tinha sido construído de acordo com o projeto.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

